



# **boletim#5**

**II CONFERÊNCIA NACIONAL  
DO BLOCO DE ESQUERDA**

# informações úteis

## ALOJAMENTO

Os/as camaradas que vêm de fora da área metropolitana de Lisboa e necessitam de alojamento têm a opção do alojamento solidário (em casa de outros/as camaradas) ou podem optar por assumir a sua despesa de alojamento. Para este último caso, fizemos uma listagem de alojamento na proximidade da Conferência, com indicação de contactos e preços. Consulta a folha.

## DESLOCAÇÃO

A deslocação dos/as aderentes de fora da área metropolitana de Lisboa para a Conferência será feita de autocarro; de carro desde que com 4 ou mais pessoas; de transportes públicos (se nenhuma das situações anteriores for possível). Opções diferentes destas não serão reembolsadas.

## ALIMENTAÇÃO

No espaço da Conferência vai estar em funcionamento permanente um bar com serviço de pastelaria. À hora de almoço de sábado e domingo será possível almoçar na cantina da Faculdade de Ciências por 5€ (Sopa e prato principal) ou por 7€ (com quiche, sopa, pão, prato principal e sobremesa OU fruta).

Nome	Telefone	Morada	Single	Duplo		
Radisson Blu Lisboa	21 004 5000	Avenida Marechal Craveiro Lopes 390, Campo Grande	75€	85€		
Hotel NH Campo Grande	21 791 7600	Campo Grande 7, 1700-087 Lisboa	67€	76 €		
Hotel 3K Europa	21 192 6050	Avenida da República 93, 1050-190 Lisboa	70€	80€		
Hotel 3K Barcelona	21 795 4273	Rua Laura Alves 10, 1050-138 Lisboa	55 €	60 €	triplo /4pax/5pax	Peq.Alm
PENSÃO FONTE LUMINOSA	21 840 4896	Al. D. Afonso Henriques 70,6ºE 1000-124 LISBOA <a href="http://www.fonteluminosa.pa-net.pt">www.fonteluminosa.pa-net.pt</a>	33€	40€	50€	sim
PENSÃO RESIDÊNCIAL O PARADOURO	21 815 3256	Av.ª Almirante Reis, Nº106 - 7ºAndar <a href="mailto:residencial.paradouro@gmail.com">residencial.paradouro@gmail.com</a>	30€	33€		sim
HOTEL DO CHILE	21 353 0630	Rua António Pedro 40 1000-039 LISBOA <a href="mailto:albergaria.chille@mail.telepac.pt">albergaria.chille@mail.telepac.pt</a>	40€	50€	75€	sim
HOTEL ALBERGARIA PAX	21 356 1861	Rua José Estêvão 20-r/c 1150-202 LISBOA Av. Frei Miguel Contreiras, 52 1749-086 Lisboa	30€	35€		sim
POUSADA JUVENTUDE LISBOA	21 353 2696	R. Andrade Corvo, 46 1050-009 Lisboa <a href="mailto:lisboa@movijovem.pt">lisboa@movijovem.pt</a>		40€	14€*	sim
GOHOSTEL LISBON	21 822 9816	Rua Maria da Fonte nº 55 1170-220 Lisboa <a href="mailto:gohostellisbon@gmail.com">gohostellisbon@gmail.com</a>		13€	9€*	sim
UNREAL YOUTH HOSTEL	21 315 3101	Reservas apenas por mail: <a href="mailto:info@unrealhostel.com">info@unrealhostel.com</a>	35€	46€	13€*	sim

\*preço camarata

# horário dos trabalhos

## **Sábado 15**

- 10h Abertura credenciação
- 11h Votação mesa da Conferência
- 11h15 Intervenção de abertura da Conferência
- 11h30 Abertura ponto Organização
- 13h Almoço
- 14h30 Continuação ponto Organização
- 17h30 Encerramento ponto Organização
- 17:45 Abertura ponto Europa
- 19h30 Interrupção dos trabalhos

## **Domingo 16**

- 9h30 Reabertura dos trabalhos: Continuação ponto Europa
- 13h Almoço
- 14h30 Continuação ponto Europa
- 16h Encerramento dos trabalhos

**parte 01**

**projetos  
recomendação  
organização  
e propostas de alteração**

Tema: Trabalho de direção,  
organização de base e  
intervenção do partido  
nos problemas locais, em-  
presas, setores profissionais e  
movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

1. O Bloco irrompeu na política portuguesa motivado pela conquista de uma alternativa de esquerda aos sucessivos ciclos da alternância. Trouxe para a agenda política causas civilizacionais e direitos até aí encerrados na marginalidade e no conservadorismo. Afirmou a centralidade do trabalho, dos combates às injustiças e fragilidades da economia, das múltiplas lutas contra a persistência de atrasos e profundas desigualdades, apoiou ativamente os movimentos alternativos à globalização financeira e ao império.
2. As lições retiradas das velhas experiências dos regimes do leste europeu ajudaram a configurar o Bloco. A rutura com a supressão de liberdades e dos direitos políticos, com a eliminação do pluralismo e a não separação entre Estado e partido, enraizaram a convicção de que a democracia não pode ser suspensa, contornada, negociada ou sujeita a estados de exceção nos partidos e nem na nova sociedade a construir.
3. O Bloco cortou com a tradição sectária, ampliou o espaço da luta socialista e tornou evidente a sua vocação unitária. Reconfigurou o fechado mapa político português e fez emergir uma nova esquerda plural.
4. É sobre este partido/movimento de características novas que a Conferência Nacional tem a responsabilidade de iniciar uma reflexão sobre o seu rumo e arquitetura. O Bloco tem de ser capaz de desafiar o instituído, lutar contra as discriminações e desigualdades; precisa de ter iniciativa e ser alternativa; obter forte ligação aos movimentos sociais e tem de ser profundamente democrático, participativo e plural.
5. Num quadro político complexo em que a direita anuncia uma estratégia determinada pelo Tratado Orçamental, aprovado também pelo PS, que aprofundará o ciclo de perpétua austeridade, de empobrecimento do país e das famílias, o Bloco assume o compromisso de contribuir para a construção do movimento cidadão de resistência e de mudança, com a ampliação do espaço alternativo das esquerdas, a sua crescente inserção e enraizamento nas lutas quotidianas, nos movimentos e na sociedade.
6. Para que se cumpram esses objetivos de organização, procedimentos e atitude política, o Bloco precisa de progredir no aprofundamento da intensidade da sua democracia, dos mecanismos de participação dos aderentes e simpatizantes, no debate e na decisão, na circulação da informação e num forte comprometimento com os anseios e as lutas sociais.
7. Uma organização do tipo piramidal que funcione essencialmente de “cima para baixo” não é democrática, não estimula o compromisso individual e coletivo e não responde à realidade dos dias de hoje, marcada por fluxos de informação e iniciativa horizontais, que podem partir de um simples telemóvel e atingir rapidamente milhares de pessoas. A democracia constitui o mais poderoso veículo de sedimentação orgânica e de mobilização dos nossos ativismos e, como tal, só pode estar no centro do processo de construção do Bloco, que se deve escorar no princípio da auscultação e da participação, da decisão e da informação coletiva da base ao topo, no respeito pelas competências estatutárias de cada órgão.
8. O Bloco precisa de se transformar numa ampla rede de participação democrática e de influência política e social, necessariamente estruturada a partir dos órgãos definidos estatutariamente, mas concentrada na formação de núcleos, grupos de trabalho e coletivos, ligados por espaços de debate

Tema: Trabalho de direção,  
organização de base e  
intervenção do partido  
nos problemas locais, em-  
presas, setores profissionais e  
movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

transversal e generalizado nas diversas escalas (setorial, concelhio, distrital, nacional ou de uma simples iniciativa), gerador de grande capacidade de intervenção política.

9. Não subvalorizando a disputa política dos setores mais progressistas da base social de apoio do PS, o Bloco deve focar energias no vastíssimo “exército de abstencionistas” onde hoje se encontram os setores mais radicalizados - ainda que, grosso modo, pouco politizados - da sociedade portuguesa. Nesses setores reside um grande potencial de crescimento para o Bloco. As estruturas de base do Bloco - as concelhias, os núcleos e outros coletivos de ativismo, devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade, abrirem-se aos simpatizantes, à orla, aos cidadãos sem partido que queiram participar, colaborar, intervir, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes.
10. A partir do reconhecimento de que faltam no Bloco “processos de participação que se acrescentem às assembleias de debate e aos organismos eleitos”, a VIII Convenção definiu como prioridades de organização “a criação de formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo e o alargamento da rede de comunicação de ideias”, através da realização mais regular de plenários distritais e concelhios mas, também, da formação de: - Coletivos de iniciativa que se reúnam por temas ou por acontecimentos, para criar capacidade militante; - Coletivos sectoriais para juntar forças, estimular a criação de alternativas de esquerda ou apoiar o trabalho de eleitos ou ativistas nos movimentos sociais, nas autarquias, empresas e setores profissionais.
11. Da moção aprovada consta ainda que “o partido deve estimular os coletivos existentes e dinamizar a atividade regular que melhore a disputa de influência social” e a possibilidade de realizar “assembleias distritais no modelo de convenção, com debate político e votação de moções de orientação”. O objetivo é claro: “criar o espaço para garantir que a base de um partido de massas seja constituída por muitos ativistas organizados em permanência e em rede”.
12. Pelas circunstâncias da sua própria génese, o Bloco afirmou-se rapidamente pela representação política institucional, ganhou reconhecimento popular, principalmente nos sectores mais jovens, obteve progressos na sua consolidação nas grandes áreas metropolitanas, desempenhou papel mobilizador em muitas campanhas e lutas populares. Porém, manteve debilidades de implantação em vastas áreas do território, insuficiências na articulação com movimentos sociais estruturados e na construção de uma rede de organizações bloquistas que constituísse a necessária capilaridade de ligação, diálogo e elaboração/divulgação das propostas do Bloco nos diferentes setores sociais, nos ativismos e nas comunidades.
13. O debate realizado após as últimas eleições autárquicas (29 setembro 2013), no que respeita ao estado da organização do Bloco e à sua capacidade de intervenção política, foram evidenciadas as referidas insuficiências e o atraso da concretização das orientações da Convenção nesse campo.
14. A organização do Bloco tem como primeira finalidade reunir e mobilizar os aderentes para a intervenção política a partir de ativismos, militâncias, interesses e disponibilidades muito diferentes e, também, em contextos locais muito variados.

Tema: Trabalho de direção,  
organização de base e  
intervenção do partido  
nos problemas locais, em-  
presas, setores profissionais e  
movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

15. Não organizamos para termos um organigrama perfeito mas sim para que a organização permita respostas sociais e políticas que o Bloco deve protagonizar ou animar. A vida política no Bloco deve intensificar-se e assegurar os espaços elementares da democracia e da participação interna.
16. As estruturas de base devem ser acompanhadas no sentido de cruzarem a sua atividade com as nossas agendas de luta - política, laboral, social, feminista, ecológica, com a atenção estratégica a dedicar ao setor da juventude e com a preocupação de se firmarem como polos aglutinadores da unidade à esquerda. O aumento consistente do número de aderentes depende fundamentalmente deste esforço, como deve, naturalmente, beneficiar das políticas nacionais desenvolvidas centralmente ou por via parlamentar.
17. As organizações do Bloco devem realizar plenários frequentes (no mínimo de dois em dois meses) e devem discutir a constituição de coletivos de aderentes, permanentes ou não, em função da atividade que realizam e da resposta social que o Bloco quer dinamizar (autarquias, empresas, organizações ou movimentos sociais, setores profissionais, intervenção na juventude, tarefas internas, formação política). No contexto atual e de acordo com as condições locais, deve ser valorizada a organização e intervenção junto dos eleitos autárquicos, das principais empresas, dos jovens e estudantes, dos reformados e dos trabalhadores precários.
18. É neste contexto que, em função do estágio de desenvolvimento de cada organização, se coloca a necessidade de maior regularidade nas assembleias concelhias e distritais, na divisão da atividade por áreas e frentes de trabalho, na implementação quer de processos de planificação realista das atividades quer do seu regular balanço de execução, na base de uma cultura de responsabilidade partilhada.
19. A inexistência de uma sede em cada concelho onde haja organização, designadamente com representação autárquica, é um fator objetivo de asfixia, de condicionamento da sua capacidade de trabalho. Os custos para manter abertas sedes devem ser tendencialmente autossustentados. Devem constituir espaços de encontro, onde se prepara o trabalho partidário, mas onde se organizam também redes de sociabilidade à esquerda, espaços de tertúlia, de debate, de formação formal ou informal ou de apoio a movimentos e iniciativas unitárias, pontos de interseção de uma multiplicidade de circuitos de pensamento crítico e alternativo.
20. O objetivo deverá ser o de multiplicar o número de núcleos (concelhios ou outros) e de grupos de trabalho existentes, com capacidade e autonomia de intervenção, envolvendo mais aderentes na atividade do Bloco. Também a política de finanças e os orçamentos do Bloco de Esquerda devem refletir esta prioridade - todo o apoio às estruturas de base. O reforço de recolha de fundos por parte dessas estruturas, na perspetiva de aumento das margens de autofinanciamento, deve ser objeto de acompanhamento e de planeamento no médio e no longo prazo.
21. A circulação de informação e o debate político têm de ser assegurados de forma transversal a toda a organização. A Comissão Política deve garantir de forma regular e contínua a interação das organizações do Bloco em todos os distritos/regiões, com participação periódica quer nos plenários quer nas reuniões dos órgãos de direção das estruturas locais. O Bloco deve

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

persistir na construção participativa de decisões centrais para a organização e reforçar processos participativos de construção de programas eleitorais e projetos de lei como aconteceu no caso da lei dos turnos ou na utilização do teatro legislativo. Os coletivos setoriais ou temáticos devem ter um papel ativo na definição da linha política do BE sobre os setores ou temas em causa e a sua opinião deve ser tida em conta.

22. A Comissão Política acompanha as organizações distritais e regionais, dinamizando e apoiando as respetivas capacidades de iniciativa autónomas. Será constituído um grupo de trabalho respondendo em permanência sobre temas pertinentes neste âmbito (informação e articulação política, propaganda, iniciativas, campanhas, deslocações de dirigentes nacionais, etc.). Caberá ainda a este grupo de trabalho apoiar a preparação e edição de materiais de campanha adaptados à realidade local, com conteúdos específicos, etc. As Coordenadoras Nacionais (trabalho, estudantes, autarquias) devem reforçar a sua articulação com as organizações locais, contribuindo para dinamizar os núcleos existentes ou a criar.
23. O Bloco tem presença em diversos movimentos sociais e frentes de luta (reformados, precários, professores, lgbt, género). Porém, verifica-se que, no Bloco, está ainda ausente ou é muito escassa a reflexão e discussão coletiva sobre essa experiência. Isto é verdade em quase todos os setores, se excetuarmos os do trabalho autárquico, laboral e estudantil. O Bloco deve voltar a promover formas de encontro e debate em áreas e setores de movimento social onde não o tem feito (mulheres e LGBT, por ex.).
24. A atividade das Coordenadoras distritais tem refletido a necessidade do reforço do apoio da direção a diversos distritos com profundas debilidades políticas e organizativas. Em alguns desses distritos, onde as dificuldades são mais graves, as estruturas e assembleias plenárias distritais deverão aprovar planos de implantação distrital, identificando recursos, meios, metas e objetivos para cada um dos casos. Nestes distritos, deverá competir às assembleias distritais a articulação da atividade e intervenção políticas, podendo ser criadas estruturas de ligação interconcelhias que assegurem a execução dos planos de implantação e a articulação de trabalho entre as concelhias que existirem. Estas situações deverão ser sempre objeto de debate e de decisão nas respetivas assembleias distritais.
25. As coordenadoras distritais, nomeadamente nas regiões de maior implantação do Bloco, devem avaliar o seu funcionamento e discutir outros modelos de funcionamento da coordenadora que não apenas a habitual reunião plenária, nomeadamente, agregando concelhos por critérios de proximidade, implantação ou outros (urbanos, rurais), criando formas de articulação interconcelhias no âmbito da coordenadora.
26. A rede de funcionários dedicados ao apoio à intervenção local do Bloco reflete as restrições que atingiram toda a estrutura profissional do partido. A atual distribuição de funcionários não satisfaz todas as necessidades, sobretudo no interior mas também nas organizações com maiores exigências políticas. Neste quadro, é de valorizar sempre mais o perfil e a capacidade política na seleção dos funcionários e reavaliar as prioridades na sua distribuição.
27. Regularmente, a direção do Bloco deve promover reuniões com dirigentes distritais e funcionários com trabalho junto das organizações locais, para debate político e formação.

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

28. O Bloco de Esquerda promove já espaços de formação com regularidade anual e com ampla participação: Socialismo, Inconformação, Acampamento de Jovens. Para além disso, tem tido iniciativas descentralizadas através da Cultra (Pensar os pensadores do Socialismo, Conversas do Senso Comum) e pela iniciativa de alguns concelhos e distritos (debates em torno do documentário Donos de Portugal, por exemplo). Estas iniciativas devem continuar e ser aprofundadas.
29. É necessário implementar espaços de formação que respondam a necessidades de intervenção concreta a nível autárquico, laboral e estudantil. No segundo semestre de 2014, o Bloco de Esquerda deve realizar três encontros regionais (Norte, Centro e Sul) com esta finalidade.
30. O aumento do número de aderentes é um objetivo imediato, que deve ser conseguido, antes de mais, a partir do trabalho político realizado na campanha das eleições europeias. Durante essa campanha, serão contactados e envolvidos na atividade centenas de pessoas sem filiação que constituem hoje uma grande reserva para o crescimento do Bloco. É sobre essas pessoas que deve incidir desde já a campanha de recrutamento decidida pela Mesa Nacional.
31. Para essa campanha serão criados instrumentos próprios. As coordenadoras distritais e concelhias devem procurar integrar os novos aderentes em grupos de trabalho, de acordo com as características e disponibilidades de cada um, criando novos "nós" da rede de debate, intervenção e influência que o Bloco precisa de ampliar.
32. O papel dos Grupos de Trabalho Permanentes sobre políticas setoriais aprovados na última Mesa Nacional (economia e finanças, agricultura e desenvolvimento rural, educação e cultura, saúde, ambiente) deve dirigir-se para alargar a participação de aderentes na definição das políticas defendidas pelo Bloco e na preparação de iniciativas políticas e legislativas, fazer o levantamento dos aderentes ligados a essas áreas, articular com distritais. Estes grupos de trabalho são coordenados por um membro da Comissão Política.
33. A Mesa Nacional deverá aprovar a constituição de um Grupo de Trabalho sobre organização interna e revisão de Estatutos que discuta e/ou consensualize amplamente modelos organizativos da pluralidade política que o Bloco representa. Seria também importante, encarando de forma saudável a diversidade de opiniões, a edição de um boletim interno bimestral.
34. Um trabalho sistemático na juventude implica, antes de mais, vontade e empenho político de todos os dirigentes do Bloco. Se é certo que, fora do setor estudantil, temos tido dificuldades em alargar a nossa implantação, é também certo que algumas iniciativas realizadas por algumas estruturas locais ou pelo setor estudantil demonstram que é possível aproximar jovens e criar formas de participação que desenvolvam o seu ativismo no Bloco. A intervenção do setor estudantil não pode esgotar a iniciativa juvenil do Bloco.
35. A Comissão Política deve conceber e articular, em diálogo com os jovens militantes do Bloco e com as estruturas regionais e locais, um calendário de agitação e presença que nos permita melhorar a nossa influência na juventude.

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

36. O Bloco deve equacionar, quando e onde possível, o papel de um partido de solidariedade ativa, envolvendo-se em respostas diretas à crise e na auto-organização dos/as trabalhadores, desempregados, estudantes e reformados.

**NOTA:**

**AS ALTERAÇÕES DOS SUBSCRITORES ENCONTRAM-SE ASSINALADAS COM SUBLINHADO**

### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO 01

**SUBSCRITORES:** ADÃO ISAQUE MOREIRA, AGOSTINHO MOREIRA FERREIRA, ALBANO ESTEVES MARTINS, ALBANO SOUSA, ALBERTO FERREIRA DOS SANTOS, AMÉRICO CAMPOS, ARMANDO HERCULANO FERREIRA, CARLOS RIBEIRO, FAUSTINO CAMPOS, FERNANDO MOREIRA, GABRIEL CAMPOS, JAIME SANTOS, JOANA CAMPOS JÚNIOR, JOAQUIM DE ALMEIDA, JOSÉ BELMIRO SOUSA, LAURINDO DA SILVA, MANUEL FAUSTINO GRILO DOS SANTOS, MARCOS TEIXEIRA, MARIA DE FÁTIMA SANTO, MARIA INÊS BESSA, MARIA JOÃO RODRIGUES, MARIA JOAQUINA FERREIRA, MÓNICA FERREIRA, PAULO TELES, SUSANA CAMPOS

A colocar no final do texto:

#### **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO LOCAL NO CRESCIMENTO DO BE**

Nos últimos anos, o Bloco de Esquerda estagnou no seu necessário crescimento, pois os novos aderentes mal chegam para suprir aqueles que se afastam, muitas vezes impedidos de desenvolverem um trabalho profícuo nos seus núcleos, por não pertencerem à corrente «certa» ou, ainda pior, por ficarem marcados por certos dirigentes.

O nosso partido está muito fechado sobre si próprio, não conseguindo chegar aos potenciais novos aderentes. Temos sido bastante eficazes na divulgação das nossas propostas, mas muito ineficientes no recrutamento que se deveria seguir à mobilização.

Por não termos um trabalho local visível, temos dificuldade em chegar às pessoas, nos seus locais de trabalho, nos seus locais de lazer, nas redes sociais, etc. e só conseguimos chegar perto das pessoas, quando elas estão envolvidas em alguma luta apoiada por nós. Acontece que a esmagadora maioria da população não está habitualmente envolvida em qualquer luta e precisamos de chegar a essas pessoas.

Muito menos temos a capacidade de criar eventos locais, que mobilizem a população. E se, pontualmente, conseguimos mobilizar, não somos capazes de aproveitar essa mobilização para convencer as pessoas envolvidas a entrarem para o nosso partido.

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

Por não termos suficiente número de militantes em muitas localidades, não temos capacidade para fazer trabalho local. Por não termos trabalho local não conseguimos recrutar novos aderentes.

### Como sair deste círculo vicioso e transformá-lo num círculo virtuoso?

Todos nós, ativistas do BE, temos de centrar a nossa estratégia de intervenção política, sempre com o objetivo de angariar mais aderentes, para ficarmos cada vez mais fortes.

Devemos criar eventos voltados para fora do nosso círculo de aderentes e, mesmo quando realizamos um evento interno devemos convidar para esse evento não-aderentes do Bloco.

Temos de acelerar o processo de criação de núcleos nos locais de trabalho, nas escolas e no maior número possível de localidades do país. Só assim seremos capazes de chegar ao cidadão comum.

No fundo, temos de trabalhar muito mais, desenvolver atividades, criar eventos, criar núcleos, para sermos capazes de crescer.

A definição das tarefas que podemos e devemos desenvolver compete aos coletivos concelhios, que conhecem melhor as especificidades locais.

Quando não existirem coletivos concelhios, 15 anos após a fundação do BE, temos de pedir responsabilidades aos coletivos distritais, por não estarem a desenvolver cabalmente o seu trabalho.

Se o coletivo distrital não funciona como deve ser, temos de pedir satisfações à Mesa Nacional, por não estar, eventualmente, a desenvolver da forma mais adequada o seu trabalho de direção e coordenação.

Precisamos também de **aprofundar a democracia interna**, de modo a prevenir no futuro situações anómalas como as que ocorreram no distrito do Porto, em que se chegou ao cúmulo de vetar a entrada de novos aderentes, com evidente prejuízo do coletivo bloquista e apenas com o intuito de fazer prevalecer ambições pessoais ilegítimas e antidemocráticas. Precisamos, pois, de ser mais criteriosos na escolha dos nossos dirigentes.

Não podemos ter dirigentes que insultam, ameaçam, mandam cortar a eletricidade para boicotar reuniões, que seduzem militantes a troco de cargos, que bloqueiam decisões democráticas, inscrevem aderentes fantasmas, devassam a vida privada de camaradas, caluniam, fazem tudo para afastar quem se lhes opõe, ao mesmo tempo que promovem aqueles que alinham com eles nos seus esquemas sujos, indignos de um militante do BE.

Corremos o risco de desaparecer, se persistirem no nosso coletivo dirigentes deste calibre.

Consideramos que a existência de **tendências** dentro do BE constitui uma mais-valia que enriquece o nosso património e dá mais profundidade à democracia interna. Não transformemos esta saudável diversidade ideológica num palco de vaidades onde o que mais conta é o protagonismo individual, em detrimento dos nossos objectivos coletivos. Em **todas** as tendências do BE existem pessoas da melhor qualidade e são essas pessoas que devem ter lugar de destaque e de

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

direção e não aqueles oportunistas que se aproveitam de sermos um partido aberto, democrático e tolerante para treparem à nossa custa e à custa dos nossos princípios socialistas e democráticos.

Os nossos **Estatutos** não incluem uma cláusula fundamental num organismo democrático, que é a possibilidade expressa de um grupo de aderentes poder convocar uma reunião plenária de qualquer organismo do BE. Sugerimos que, no futuro, seja contemplada a possibilidade de um grupo de aderentes que represente 10% do coletivo a que pertence, possa convocar uma reunião plenária desse organismo.

### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO 02

**SUBSCRITORES:** JOSÉ SOEIRO, ANDRÉ PEREIRA, CATARINA PRÍNCIPE, DALILA TEIXEIRA, FILIPA GONÇALVES, INÊS TAVARES, JOÃO ANTUNES, JOÃO CURVÊLO, JOÃO MINEIRO, JORGE PAIVA, JOSÉ MIRANDA, JÚLIA PEREIRA, MARIA MANUEL ROLA, MARIANA MORTÁGUA, NUNO MONIZ, RICARDO COELHO, RICARDO GOUVEIA, RICARDO SÁ FERREIRA, SAMUEL CARDOSO, SARA SIMÕES

Proposta de alteração:

PONTO 30. A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda deve responsabilizar-se no imediato pela discussão e aprovação de uma estratégia concreta de intervenção junto da juventude. Reconhecendo a debilidade da nossa implantação juvenil, deve constituir uma comissão que se responsabilize pela elaboração de um plano de agitação e presença na juventude, bem como pelo acompanhamento dos grupos de jovens que existem ou venham a existir ao nível concelhio e distrital. Essa comissão deve ter uma composição ampla, incluindo ativistas que intervêm em diferentes setores e distritos. O plano a aprovar deve pensar a intervenção em banda larga, com iniciativas de agitação e de formação capazes de percorrer temas que vão da luta internacionalista às questões da precariedade e da habitação, da contracultura ao ecosocialismo, das sexualidades à propriedade intelectual. A esta Comissão caberá, em articulação com a Comissão Política, a coordenadora estudantil e outras estruturas setoriais e territoriais, a organização do acampamento Liberdade e de outras iniciativas nacionais.

### PROPOSTA DE ALTERAÇÃO 03

**SUBSCRITORES:** ALEXANDRE CARNEIRO, GONÇALO CABRAL FERREIRA, LUÍS MONTEIRO, SARA SCHUH, NATASHA FERREIRA

Proposta de alteração:

PONTO 8. Um trabalho sistemático na juventude implica, antes de mais, repensar o atual modelo de Coordenadora de Estudantes. Para existir vontade e empenho de todos os jovens do Bloco é necessário que esta Coordenadora seja mais abrangente nas áreas que atua. O setor estudantil tem sido um travão à participação dos militantes jovens do Bloco neste órgão nacional pela sua restrição nos espaços onde faz o seu ativismo. São hoje as organizações locais - regionais, distritais, concelhias - que garantem um trabalho mais alargado na

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Um Bloco mais participado e socialmente enraizado

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

juventude do Bloco. A intervenção não se pode ficar pelo setor estudantil nem este pode existir assim: esgotar a iniciativa juvenil do Bloco.

Os restantes espaços do Bloco e órgãos eleitos devem articular-se com os jovens do Bloco, nas suas várias estruturas nacional e locais, criando um programa de agitação e presença que nos permitam melhorar a nossa influência na juventude.

Tema: Trabalho de direcção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Vertebrar e oxigenar

### Caminhos para a construção do Bloco de Esquerda como partido de massas

ADELINO FORTUNATO  
ALBÉRICO AFONSO  
AMÁLIA OLIVEIRA  
AMANDIO GONÇALVES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANDRÉ ANTUNES  
CARLOS GAIVOTO  
DANIEL BAPTISTA  
DIOGO MARTINS  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HELENA PEIXOTO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOANA VITORINO  
JOÃO MADEIRA  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ ESPINHEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI CURADO SILVA

## 1.

### A quinze anos da sua fundação e a caminho da nossa IX Convenção, o Bloco continua a debater-se com um problema organizativo tremendo.

Do ponto de vista formal, tudo parece estar no sítio certo - uma Direcção eleita em Convenção, que reúne periodicamente e que dispõe de uma Comissão Política; um grupo parlamentar dotado de autonomia e articulado com a Direcção; um aparelho central de funcionários e um corpo de assessores parlamentares; uma rede de Comissões Distritais e Comissões Concelhias, algumas estruturas sectoriais – juventude, trabalho, autarquias... e plasmando tudo isto, um conjunto de procedimentos estatutariamente consagrados destinado a assegurar os mecanismos de decisão e a participação dos aderentes.

Todavia, e ainda recentemente, a propósito do resultado das eleições autárquicas, a realidade voltou-nos a revelar uma organização débil, pouco inserida socialmente e com fraco activismo político. Por outro lado, em largos sectores do Bloco, são extensas e recorrentes as críticas aos processos de decisão, à desvalorização das estruturas locais, à falta de comunicação e de informação interna.

No último ano em particular, mal encerrada ainda a VIII Convenção, desenvolve-se todo um conjunto de movimentações por parte da antiga e agora fragmentada maioria, no sentido da constituição de tendências, chamem-se elas “Plataforma Socialismo” ou “Esquerda Alternativa”, ocupando o centro das atenções da vida interna do Bloco e substituindo o indispensável reforço organizativo, numa lógica aliás mais de fracção do que de tendência, a olhar para a repartição interna de posições e lugares no aparelho.

Foi, deste ponto de vista, mais de um ano perdido num contexto de queda eleitoral e debilitação interna.

## 2.

### O Bloco não se conseguiu ainda libertar das suas especificidades de raiz.

Surge da convergência de três pequenas organizações, com escasso número de militantes, consideravelmente exauridas pelas suas próprias experiências históricas, o que foi compensado pela frescura do seu discurso propositivo, pelo mediatismo da primeira geração de dirigentes e, até certa altura, pela multiplicadora capacidade de crescimento do seu grupo parlamentar, pela boa imprensa e pela irreverência de alguns segmentos do seu activismo. Mas nasceu de cima para baixo e o processo orgânico que experimentou daí para cá cristalizou-o assim mesmo.

Com poucas estruturas concelhias dotadas de funcionamento regular e capacidade de intervenção local, particularmente fora dos grandes centros, com estruturas distritais frequentemente enquistadas, o Bloco perde capacidade de

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Vertebrar e oxigenar

### Caminhos para a construção do Bloco de Esquerda como partido de massas

ADELINO FORTUNATO  
ALBÉRICO AFONSO  
AMÁLIA OLIVEIRA  
AMANDIO GONÇALVES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANDRÉ ANTUNES  
CARLOS GAIVOTO  
DANIEL BAPTISTA  
DIOGO MARTINS  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HELENA PEIXOTO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOANA VITORINO  
JOÃO MADEIRA  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ ESPINHEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI CURADO SILVA

responder às campanhas de agitação determinadas centralmente para serem executadas localmente, assistindo-se a uma erosão progressiva da sua base militante.

Em consequência, e a partir da estabilidade proporcionada pelos segmentos profissionalizados do Bloco, adquirem prevalência tendências parlamentaristas, burocráticas e centralistas.

**Parlamentaristas**, porque planificando o Grupo Parlamentar a sua actividade a partir dos gabinetes de S. Bento e centrando-se no mediatismo possível proporcionado pela comunicação social, se desligam da dinâmica de base nos locais de trabalho e de habitação.

**Burocráticas**, porque enleados num conjunto rotinado de procedimentos com sede na Rua da Palma, desconhecem o estado da organização e do que se passa em baixo, na periferia e no interior mais afastado.

**Centralistas**, porque não se conseguiram libertar, apesar de o proclamarem, de um visco de raíz, que não digeriu e muito menos adaptou velhas heranças em matéria de organização, que objectivamente colocam a Comissão Política e o seu Secretariado no centro de decisão, desvalorizando a Mesa Nacional e os processos de informação e de auscultação às estruturas de base e aos aderentes.

### 3.

A transformação do Bloco num partido de massas implica a rejeição categórica das viscosidades que nos continuam a amarrar a um partido de quadros, dotado de uma direcção restrita e iluminada, que irradia esclarecimento e vontade de cima para baixo, de modo artificial, democraticamente deficitário e desfasado da realidade orgânica.

**Não há nem valorização do trabalho local e autárquico, nem intervenção política persistente, nem capacidade de iniciativa para desbloquear convergências à esquerda sem estruturas de base consolidadas.**

E a solução para isso passa em boa medida pelo **reforço do funcionamento colectivo das organizações distritais**, fundamentais no acompanhamento às concelhias, pela discussão colectiva dos problemas organizativos, na implementação de um espírito de entreajuda, na disponibilização de recursos, na existência de uma rede de sedes, na elevação do nível de debate político e ideológico, na adopção de medidas organizativas mais adequadas ao esforço de implantação, mas fundamentalmente na discussão dos problemas centrais em cada concelho, designadamente dos que adquirem dimensão regional, em coadjuvação com os grupos sectoriais, que devem ter funções auxiliares de carácter propositivo.

**As estruturas de base do Bloco – as concelhias, os núcleos e outros colectivos de activismo devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade, abrirem-se aos simpatizantes, à orla, aos cidadãos sem partido que queiram participar, colaborar, intervir, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes.**

O nível de participação e o grau de envolvimento de cada aderente é

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Vertebrar e oxigenar

### Caminhos para a construção do Bloco de Esquerda como partido de massas

ADELINO FORTUNATO  
ALBÉRICO AFONSO  
AMÁLIA OLIVEIRA  
AMANDIO GONÇALVES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANDRÉ ANTUNES  
CARLOS GAIVOTO  
DANIEL BAPTISTA  
DIOGO MARTINS  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HELENA PEIXOTO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOANA VITORINO  
JOÃO MADEIRA  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ ESPINHEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI CURADO SILVA

naturalmente diferenciado e o seu enquadramento orgânico suficientemente flexível para respeitar quer o grau de disponibilidade quer a sua sensibilidade para intervir em áreas mais estritamente partidárias ou em movimentos sociais, sem que, em qualquer destas opções, os seus direitos possam ser diminuídos. A autonomia de cada aderente que ocupe cargos electivos de carácter institucional, a nível local ou nacional, deve ser respeitada no estrito âmbito da sua articulação com as estruturas partidárias correspondentes, que o devem apoiar.

**A inexistência de uma sede em cada concelho onde haja organização, designadamente com representação autárquica, é um factor objectivo de asfixia, de condicionamento da sua capacidade de trabalho.** Os custos para manter abertas sedes devem ser tendencialmente auto-sustentados, libertando-se esses espaços do carácter desmazelado, sombrio e de depósito de materiais, para darem lugar a espaços de encontro, onde se prepara o trabalho partidário, mas onde se organizam também redes de sociabilidade à esquerda, espaços de tertúlia, de debate, de formação, formal ou informal ou de apoio a movimentos e iniciativas unitárias, pontos de intersecção de uma multiplicidade de circuitos de pensamento crítico e alternativo.

**As estruturas de base devem ser acompanhadas no sentido de cruzarem a sua actividade com as nossas agendas de luta – política, laboral, social, feminista, ecológica, com a atenção estratégica a dedicar ao sector de juventude e com a preocupação de se firmarem como pólos aglutinadores da unidade à esquerda.**

O aumento consistente do número de aderentes depende fundamentalmente deste esforço, como deve, naturalmente, beneficiar das políticas nacionais desenvolvidas centralmente ou por via parlamentar.

**A política de Finanças e os Orçamentos do Bloco de Esquerda devem reflectir esta prioridade – todo o apoio às estruturas de base.** O reforço de recolha de fundos por parte dessas estruturas, na perspectiva de aumento das margens de autofinanciamento, deve ser objecto de acompanhamento e de planeamento no médio e no longo prazo.

É neste contexto que, em função do estágio de desenvolvimento de cada organização, se coloca a necessidade de **maior regularidade nas assembleias concelhias e distritais, na divisão da actividade por áreas e frentes de trabalho, na implementação quer de processos de planificação realista das actividades quer do seu regular balanço de execução**, na base de uma cultura de responsabilidade partilhada.

#### 4.

Se as estruturas de base são simultaneamente espinha dorsal e sistema nervoso central do Bloco de Esquerda, **a democracia constitui o seu sistema arterial.** Em matéria de democracia o Bloco não precisa só de parecer sério, tem de ser sério. O BE só pode ser exemplarmente democrático.

**A democracia constitui o mais poderoso veículo de sedimentação orgânica e de mobilização dos nossos activismos e, como tal, só pode estar no centro do processo de construção do Bloco, que se deve escorar no princí-**

Tema: Trabalho de direcção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Vertebrar e oxigenar

### Caminhos para a construção do Bloco de Esquerda como partido de massas

ADELINO FORTUNATO  
ALBÉRICO AFONSO  
AMÁLIA OLIVEIRA  
AMANDIO GONÇALVES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANDRÉ ANTUNES  
CARLOS GAIVOTO  
DANIEL BAPTISTA  
DIOGO MARTINS  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HELENA PEIXOTO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOANA VITORINO  
JOÃO MADEIRA  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ ESPINHEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI CURADO SILVA

**pio da auscultação e da participação, da decisão e da informação colectiva da base ao topo, no respeito pelas competências estatutárias de cada órgão.**

O princípio electivo das estruturas de coordenação e de direcção deve ser generalizado, independentemente do escalão ou da sua dimensão, e, nas condições existentes, expressar representatividade e revigoração.

Os mecanismos de informação devem ser igualmente generalizados, designadamente fixando minutas de cada reunião e distribuindo-as prontamente pelos membros da estrutura a que a mesma corresponde.

**A Mesa Nacional, como órgão máximo entre Convenções deve ser valorizada e as minutas das suas reuniões distribuídas por todos aderentes, conjuntamente com as Resoluções aprovadas, através do Correio da Mesa e do portal do Bloco.**

A substituição da designação de Comissão Política por Comissão Permanente deve representar mais do que um sinal, uma intenção de recentrar as suas funções nos estritos limites determinados pela aplicação das decisões da Mesa Nacional

**Os processos de selecção dos funcionários, seguindo critérios e procedimentos gerais e comuns previamente definidos, devem ser assumidos pelas estruturas que os vão integrar, na base de um esforço de objectividade e de transparência, não excluindo a possibilidade da candidatura de aderentes a essas funções.** Os funcionários não devem integrar organismos com carácter executivo e devem constituir minoria em quaisquer órgãos, designadamente de direcção.

## 5.

Neste momento decisivo da vida do Bloco, organizar significa corresponder adequadamente às exigências que esta conjuntura de destruição dos direitos sociais, de empobrecimento acentuado de largos sectores da população, do alastramento crescente da fome e da miséria, do retrocesso civilizacional, significa dispor de um partido que saiba intervir política, social e culturalmente a partir dos locais de trabalho e de habitação, ampliar a sua influência e contribuir para a reconfiguração da esquerda num caudal que devolva esperança, dignidade e justiça social, no caminho por novas e profundas rupturas políticas e sociais.

**Vertebrar, dando prioridade às organizações de base, e oxigenar, conferindo democracia, participação e transparência nos processos de decisão interna, constituem por isso os dois grandes eixos que se nos colocam para tornar o BE num verdadeiro partido de massas.**

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Recomeçar de novo: a crise na resposta anticapitalista à crise

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
DAVID SILVA  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO DIAS  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LEONARDO SILVA  
LINO ROMÃO  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

A situação da maior crise social com que o Bloco de Esquerda se deparou na sua existência encontra-o na sua maior crise interna. Uma crise que se traduz em derrotas eleitorais sucessivas mas que vai muito além disso. Uma crise que deriva das dificuldades criadas pela crise económica e pela pressão da hegemonia em tempo de austeridade mas que começou ainda antes. Uma crise que se junta a um processo de mudança de porta-vozes mas que não se esgota numa crise da aparência mediática do partido. Com esta crise, o tempo do otimismo exagerado sobre as possibilidades do partido deu lugar a um tempo da depressão organizativa que é urgente reverter.

### 1- A crise do BE é uma crise da forma de fazer política

O BE surgiu na vida política do país como a esperança de uma nova forma de fazer política e como a certeza de uma esquerda de confiança. Hoje, essa esperança encontra-se bloqueada na medida em que o BE passa a imagem de ser um partido como os outros, sem arrojo político e sem chama mobilizadora, vindo de diversas derrotas eleitorais e acossado por cisões e instabilidade interna.

O BE focou-se numa grande opção tática eleitoral de disputar os sectores mais progressistas do PS, visando, em última análise, a divisão e enfraquecimento do campo social-democrata e do centro político. Durante os anos do Governo Sócrates pode dizer-se que, com algumas dificuldades de percurso, o partido teve sucesso nessa atuação, crescendo social e eleitoralmente. Só que essa escolha, e a procura de construir a imagem de um partido responsável, com capacidade de ser governo, moldaram o próprio Bloco: a institucionalização e a mediatização da forma de fazer política e a moderação do discurso limitaram a radicalidade do programa e do *modus operandi* na tentativa de fazer emergir, primeiro, a “maioria de esquerda”, e depois, o “governo de esquerda”. Pelo caminho parecem ter ficado a irreverência e a criatividade vistos como pecados de juventude sem espaço na política a sério.

Esta opção tática do Bloco revelou-se incapaz de conseguir penetrar nos sectores mais moderados da classe média a quem se dirigia e alienou parte daqueles que se reviam na sua radicalidade.

### 2- A crise do BE é uma crise de militância e de organização

À forma de fazer política há que associar também uma crise organizativa. Esta forma de fazer política foi transformando o Bloco num partido de quadros, centrado no grupo parlamentar o que o tornou ainda mais dependente do carisma dos seus e das suas deputadas e do mediatismo garantido através da comunicação social.

Assim, a centralização de todas as decisões fundamentais num pequeno grupo dirigente, a “profissionalização” da militância e o estreitamento de espaços de participação, de militância e de construção conjunta de propostas pesam hoje fortemente na forma como o Bloco se organiza. Trata-se de problemas

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Recomeçar de novo: a crise na resposta anticapitalista à crise

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
DAVID SILVA  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO DIAS  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LEONARDO SILVA  
LINO ROMÃO  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

que, pela sua natureza, se colocam a todas as organizações, que se devem quer à precarização das vidas e à destruição das solidariedades de classe quer ao peso da divisão de trabalho enquanto facto permanente no capitalismo. Só que, numa organização anticapitalista, estes têm efeitos mais corrosivos porque contraditórios com o seu ideário emancipatório e socialista – o exercício de todas as tarefas da comunidade, incluindo as de gestão política, deve estar ao alcance de todas/os e não dependente de um grupo específico e especializado.

Por “profissionalização” da militância, sublinhe-se, não se entende a simples existência de funcionários políticos, facto inevitável e desejável numa organização de dimensão nacional. O problema será assumir esta profissionalização enquanto corolário lógico de uma organização política vertical que concentra na sua Comissão Política – na sua maioria composta por deputados/as e funcionários/as – o essencial dos debates e decisões políticas estratégicos do partido, pouco espaço reservando e nenhuma relevância concedendo à discussão e decisão política das suas estruturas intermédias e de base. A “profissionalização” de estruturas dirigentes acarreta riscos sérios de distanciamento da realidade social e de um fechamento do partido na vida parlamentar. E o sentimento que se estava a construir um partido de espectadores que assistiam à política do seu partido via comunicação e não um “partido de massas” apresentou-se como mais um elemento de desmobilização da militância.

### 3- A crise do BE tornou-se a crise interna do seu espaço maioritário

Para além de tudo isto, o espaço maioritário, que tinha até agora revelado uma coesão forte simbolizada na teoria da “hegemonia partilhada” entre as correntes tradicionais – uma coesão, aliás, que foi também contribuindo para a centralização e para o fechamento de muitas discussões na esfera limitada da direção – vive hoje uma crise. O ex-coordenador e os seus sucessores envolveram-se diretamente na fundação de uma nova tendência do Bloco, a Tendência Socialismo, a qual pretende desempenhar um papel hegemónico na direção política do partido, e que deixou de fora outra parte da maioria, com destaque para os aderentes afetos à UDP que agora protagonizam uma outra tendência. Por si só, o estilhaçar da maioria em correntes diferentes não será negativo e a sua legitimidade é indiscutível. O discurso “anti-correntes” corre sempre o risco de parecer querer limitar o direito de organização. É preciso assim reafirmar que o direito de tendência e a organização da pluralidade são património indiscutível da esquerda que queremos.

A crise no espaço maioritário só é questão para o conjunto do Bloco pelos perigos de dissolução que possa acarretar ou pelos perigos de um novo arranjo nas cúpulas aumentar o sentimento de exclusão dos processos de decisão de parte significativa da organização. A crise no espaço maioritário só é nociva porque se tem traduzido na ideia de que o Bloco não se entende não se entendendo contudo porquê. Ou seja, não se percebendo o que divide em termos ideológicos as novas correntes, há também o perigo de se construir a imagem de uma disputa de lugares sem base política.

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Recomeçar de novo: a crise na resposta anticapitalista à crise

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
DAVID SILVA  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO DIAS  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LEONARDO SILVA  
LINO ROMÃO  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

### 4- Recomendações para a Conferência do Bloco

Em primeiro lugar, como dizia o manifesto fundador do Bloco “Começar de Novo”, urge “recuperar para a esfera política quantos dela foram excluídos ou se vêm afastando” Assim, não subvalorizando a disputa política dos sectores mais progressistas da base social de apoio do PS, o Bloco deve focar energias no vastíssimo “exército abstencionista” onde hoje se encontram os sectores mais radicalizados – ainda que, grosso modo, pouco politizados – da sociedade portuguesa. Nesses sectores reside um grande potencial de crescimento para o Bloco.

Em segundo lugar, o BE deve ser um partido que contribua justamente para a unidade, consciencialização e organização das pessoas exploradas pelo capitalismo. Vivemos tempos de difícil mobilização também pela progressiva precarização das vidas e pela descrença no atual sistema político-partidário em que estamos cada mais integrados e com cada vez com mais dificuldade de nos demarcarmos dele. Um partido socialista com a ambição de ser transformador da sociedade potencia também a transposição da consciência de classe para diferentes dimensões da vida contemporânea, onde o capitalismo alimenta diferentes formas de exploração e de desigualdade. Neste particular, o sistema de imprensa, de formação e discussão política ocupam um papel preponderante e contribuem quer para a mobilização quer para uma intervenção mais consciente na sociedade.

Em terceiro lugar, deve-se responder à crise das formas tradicionais de organização política e à “profissionalização” da militância de maneira a permitir que o arrojo e a criatividade brotem diretamente da organização de base. A participação, para além de um eixo organizativo fundamental, é também mobilizadora em si. Como se provou na campanha autárquica do Bloco no Porto, esse modelo organizativo alargado e participado é o que melhores garantias oferece em matéria de mobilização interna e de crescimento da nossa base social de apoio. O Bloco deve também persistir na construção participativa de decisões centrais para a organização e reforçar processos participativos de construção de programas eleitorais e propostas de lei como aconteceu no caso da lei dos turnos ou na utilização do teatro legislativo.

Em quarto lugar, o BE deve direccionar a sua atuação, institucional (propostas na AR, Assembleias Municipais e de Freguesia) e de rua (agitação e propaganda de massas) para os sectores mais violentados pela crise económica – desempregados/as, precários/as, reformados/as, pensionistas e jovens sem perspectivas de futuro – propostas que, além de simples e incisivas, devem criar esperança nesses sectores. Na presente conjuntura, é preciso assegurar que quem representa o Bloco, nas Assembleias Municipais e vereações, no Parlamento Europeu e sobretudo na Assembleia da República, seja capazes de conciliar a sua atividade institucional com uma constante presença na rua. Ao lado de trabalhadores em luta, de moradores alvo de despejos sumários, em todos os processos de resistência social que se desenvolvem, com maior ou menor impacto mediático. Demonstrando assim a solidariedade incondicional do Bloco com estes processos mas também utilizando a nossa presença para aumentar a capacidade de resistir, dar visibilidade e capacidade a todas essas lutas.

Em quinto lugar, o partido, em articulação com o que foi referido

Tema: Trabalho de direção, organização de base e intervenção do partido nos problemas locais, empresas, setores profissionais e movimentos sociais

## Recomeçar de novo: a crise na resposta anticapitalista à crise

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
DAVID SILVA  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO DIAS  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LEONARDO SILVA  
LINO ROMÃO  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

anteriormente, deve insisitir numa campanha nacional para a adesão de novos militantes, em especial naqueles sectores mais afetados pela situação económica do país. É também assim que se constrói um partido de massas, um partido onde os seus militantes são também dirigentes sectoriais da luta social.

Em sexto lugar, o BE deve reconhecer as dificuldades que tem para dinamizar coletivos ou grupos de trabalho sectoriais e fazer o balanço dos falhanços anteriores junto com os/as seus/suas dinamizadores/as. Os coletivos sectoriais ou temáticos devem ter um papel ativo na definição da linha política do BE sobre os sectores ou temas em causa e a sua opinião deve ser tida em conta. O seu método de funcionamento deve ser decidido pelos/as militantes que a eles decidam aderir, devendo ser encorajados a eleger a sua própria coordenação e moções em assembleia, desde que em conformidade com os estatutos do BE. O apoio ao trabalho de ativistas do movimento social, local ou laboral é, portanto, parte de uma relação dialética entre a direção do Partido e as massas, que se quer democrático, transparente e frontal. A situação política impõe ainda que, em vez de ser um partido a correr atrás do prejuízo mediático, o Bloco marque agenda propondo-se realizar campanhas de médio prazo com estruturas, materiais, ações de esclarecimento. A narrativa da melhoria do estado do país, a ilusão pós-troika e a austeridade permanente, por exemplo, necessitarão de uma campanha intensa e coordenada de contra-hegemonia.

Em sétimo lugar, o Bloco deve abrir-se a uma discussão não entrincheirada em grupos ou moções sobre propostas de organização interna como a limitação de mandatos, a eleição proporcional para a sua Comissão Política entre outras. Assim, seria importante organizar um grupo de trabalho sobre organização interna e revisão de estatutos que pudesse discutir e/ou consensualizar amplamente modelos organizativos da pluralidade política que o Bloco representa. Seria também importante, encarando de forma saudável a diversidade de opiniões, a edição de um boletim interno bimestral.

Em oitavo lugar, o Bloco deve repensar o papel de um partido anticapitalista em tempo de crise recusando a tentação de cair numa estratégia semi-atentista face à crise, ou seja, esperar que esta conduza, num cenário grego, a um colapso do sistema político e que o Bloco ocupe, por virtude apenas dos seus posicionamentos institucionais, o papel do Syriza. Se o caso da esquerda anticapitalista grega nos ensinou algo, sem sentirmos a necessidade de uma transposição mecânica, foi a necessidade de construir o partido enquanto organizador ativo de solidariedades. Assim, é necessário equacionar a hipótese de, onde e quando possível, o Bloco assumir o papel de um partido de serviço social, envolvendo-se em respostas diretas à crise e na auto-organização dos/as trabalhadores/as, desempregados/as, estudantes e reformados/as. Aplicando a solidariedade ativa enquanto forma de resistência ao austeritarismo e enquanto organização de um duplo poder para além dos limites do Estado Social que colapsa.

**parte 02**

**projetos  
recomendação  
europa  
e propostas de alteração**

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

## Introdução

A crise financeira de 2008 pôs a nú as fragilidades de uma União Europeia e uma zona Euro construídas para servir uma agenda liberal, com o apoio de um arco político alargado que vai dos conservadores à social-democracia. A resposta da UE, baseada na austeridade, lançou a Europa na recessão e a sua periferia na insolvência e numa catástrofe social sem precedentes.

Em Portugal, os PEC, numa primeira fase, e o memorando da Troika, depois, foram a concretização desta agenda e a oportunidade que a direita portuguesa aguardava para se atirar aos direitos do trabalho, ao Estado social e ao que restava de empresas públicas estratégicas. O que foi apresentado como um programa de ajustamento falhou, de acordo com todos os critérios de análise relevantes, incluindo os dos seus autores.

As instituições europeias, indiferentes ao colapso da sua própria estratégia e a qualquer legitimidade democrática, continuam a insistir na mesma receita, avançando para a implementação do Tratado Orçamental, que decreta a obrigatoriedade das políticas recessivas no espaço europeu, ou seja, inviabiliza qualquer hipótese de retoma.

Neste manifesto, a candidatura do Bloco de Esquerda apresenta uma proposta para uma refundação da União Europeia e das suas instituições. Uma proposta que se proponha fazer o resgate da democracia contra o federalismo burocrático. E assumo o compromisso de defender o país, rejeitando mais sacrifícios em nome do Euro.

Essa proposta implica uma solução urgente para a reestruturação das dívidas das economias periféricas, bem como as reformas do sistema financeiro, garantidas na sequência da crise financeira mas nunca concretizadas. Exige também um novo quadro para as políticas económicas europeias, que permita uma convergência real, aposte nos salários e na proteção do trabalho como factor de desenvolvimento e cumpra a promessa de um modelo social europeu.

Esta proposta pressupõe um confronto com a eurocracia. O primeiro passo desse confronto é a desobediência às imposições que estão a destruir o nosso país. Se a austeridade está na base da recessão, da escalada do desemprego e do desastre das contas públicas, então precisamos do contrário da austeridade.

Precisamos de uma política que coloque o trabalho e os seus direitos no centro de todas as prioridades, criando emprego, defendendo o Estado social e mobilizando através do controlo público sectores estratégicos da economia.

Temos plena consciência de que esta desobediência representa um enorme desafio para o nosso povo. Mas só com a coragem e determinação necessárias para essa escolha, poderemos recuperar o entusiasmo para um projecto europeu viável. E só com essa escolha poderemos salvar o nosso país. Esta escolha tem de mobilizar todos os trabalhadores ou trabalharam, todos os que sofrem e são marginalizados pela política de austeridade. Esse é o nosso país. Esta é a nossa escolha.

## I. Uma Europa em crise

As eleições Europeias de 2014 vão realizar-se no contexto da maior crise que a Europa enfrentou desde o pós-guerra. Esta crise denuncia fragilidades graves na arquitectura institucional da União e, em particular, da zona Euro. Denuncia também uma eurocracia dominada pela ortodoxia liberal, politicamente incapaz e

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

absolutamente insensível às instituições democráticas, nacionais ou Europeias.

A resposta Europeia à crise foi primeiro tímida e lenta, com um pacote anticíclico grosseiramente aquém das necessidades e total ausência de resposta da política monetária. A consequência foi, mesmo assim, uma forte retoma do crescimento. No entanto, a recessão económica (muito mais do que o pacote anticíclico) provocou um colapso da receita fiscal. Esse colapso, associado ao salvamento de bancos, fez disparar défices e dívidas públicas.

Os aumentos das necessidades externas de financiamento, conjugados com uma dívida externa que se foi acumulando ao longo de anos e com a ausência de soberania monetária, criaram as condições para instalar a desconfiança sobre a capacidade dos países da periferia europeia, como Portugal, para conseguirem refinarçar-se e assegurar o serviço da sua dívida, agravando essas condições de financiamento.

O agravamento deste quadro foi a justificação para a entrada numa segunda fase da resposta europeia, com consequências trágicas e contraproducentes.

## **1. A crise Europeia e o ciclo das troikas**

A viragem na política Europeia para a lógica da austeridade assentou na ideia de que só depois do ajustamento orçamental se poderia eficazmente promover o crescimento e o emprego. Este artigo de fé puramente ideológico, sem nenhum fundamento na teoria e história económica, tem ocultado um programa político assente na privatização de empresas e serviços públicos, compressão dos salários e direitos do trabalho e alteração das estruturas de distribuição e tributação dos rendimentos, a favor do capital.

A realidade, no entanto, é que a crise que levou o desemprego a atingir o dobro do máximo histórico anterior à adesão ao Euro não teve nada a ver com um povo que «vive acima das possibilidades» ou com irresponsabilidade orçamental. O problema maior da economia portuguesa foi, desde o final dos anos noventa, a sua progressiva perda de competitividade externa no quadro do Euro e a liberalização comercial e financeira promovida à escala continental pela integração europeia e aceite pelas elites nacionais.

Esta perda de competitividade traduziu-se num crescente desequilíbrio das contas externas, com défices permanentes. O centro europeu, pelo contrário, assistiu a crescentes excedentes externos, sobretudo visíveis no caso da Alemanha. Esta acumulação de défices por parte da economia nacional deu origem a uma das maiores dívidas externas do mundo e impôs uma significativa punção permanente de recursos nacionais que, se nada for feito, se prolongará indefinidamente no futuro.

## **Dos PECs à Troika**

O triunfo da lógica do ajustamento imediato deu origem ao que ficou conhecido como os PEC, durante o Governo Sócrates. Os efeitos recessivos destes pacotes prejudicaram a economia e, dessa forma, o ajustamento orçamental. Perante sucessivos falhanços no cumprimento das metas, novos pacotes de medidas de austeridade surgiram, numa espiral interminável. A ideia, veiculada pelo Partido Socialista, de que esta lógica poderia ter terminado no PEC 4 é absurda e completamente contraditória com a realidade dos factos, quer até aí, quer depois da assinatura do memorando de entendimento. Esse memorando mais não foi do

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

que a reabilitação do PEC 4, como o próprio PS, aliás, na altura correctamente assinalou.

A direita, depois de viabilizar estes pacotes de austeridade, associou-se às pressões que vinham de Bruxelas e da banca portuguesa para impor um programa de ajustamento, pressões que se materializaram na decisão do BCE de deixar de aceitar títulos de dívida pública portuguesa como colateral, já depois do chumbo do PEC 4 e antes das eleições legislativas. Assim, PS, PSD e CDS concorreram às eleições de 2011 com o mesmo programa: o memorando da Troika. Esse compromisso era, no entanto, um facto consumado quando os votos entraram nas urnas.

## *A resposta da austeridade e a estagnação Europeia*

A resposta europeia à crise seguiu um guião claro e coerente: conceder empréstimos europeus aos Estados que perderam a confiança dos mercados, com a contrapartida de programas de austeridade que têm por objetivo garantir o serviço da dívida pública com o mínimo de perdas dos credores, ao mesmo tempo que a «desvalorização interna» gera uma quebra dos salários conseguida graças ao desemprego e à alteração das regras sociais e laborais.

Os resultados não demoraram a fazer-se sentir. Depois de uma ténue recuperação económica em 2010, Portugal voltou a entrar em recessão em 2011. Em 2012 e 2013, foi o conjunto da Zona Euro que entrou em recessão arrastada pelo alastramento das políticas de austeridade a cada vez mais países. Até a própria Alemanha enfrentou a estagnação, provocada pela perda de dinamismo da procura externa.

Perante a estagnação económica, o BCE, tarde e a más horas, resolveu finalmente baixar as taxas de juro de referência no final de 2011, depois de ter chegado a aumentá-las em plena crise. No entanto, a imposição de cortes na despesa pública, precarização das relações de trabalho e privatizações não abrandaram.

Pelo contrário, as sucessivas derrapagens nas metas do défice e da dívida foram servindo de pretexto para novas e mais graves medidas.

## *O federalismo realmente existente*

A construção europeia sempre evitou o escrutínio democrático, mas o contexto de crise tornou evidente que entrámos numa nova fase. Desde o início deste século que começaram a ser desenhadas as bases para uma União conduzida por um “directório de países” ou, para se ser mais exacto, pela Alemanha. Com o Tratado de Lisboa e com o Tratado Orçamental, essa União torna-se mais consequente. As contradições entre um regime inter-governamental e o reforço de poderes federais não foram resolvidas e as medidas comuns passaram a ser acertadas Estado a Estado. A UE iniciou um caminho que passou a ser marcado por acordos mínimos e fragmentários. A política passou a estar ainda mais arredada do escrutínio popular e multiplicaram-se entidades, organismos e órgãos isentos de qualquer controlo democrático.

O Parlamento Europeu perdeu parte da sua “autonomia” ao tornar-se refém dos governos, e a Comissão Europeia desapareceu sempre que era preciso enfrentar Berlim. Instaurou-se, assim, um quadro institucional e jurídico que tem como finalidade permitir aos mercados funcionar, ao mesmo tempo que se ataca os orçamentos nacionais, os salários e as pensões.

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

Numa União que não pode funcionar sem a articulação de escalas de decisão, perdeu-se a dimensão da subsidiariedade dos países em domínios tão fundamentais como as políticas orçamentais, ao mesmo tempo que se deve proceder a uma refundação democrática da construção europeia. Não é possível uma Europa dos povos sem democracia e sem responsabilização democrática. As cadeiras mais poderosas da União – as dos governos, no Conselho, e a do BCE – têm de passar a prestar contas directamente aos cidadãos através de um controlo democrático efectivo.

## *A perda de direitos*

Os Pactos de Estabilidade e Crescimento assumiram-se como os instrumentos por excelência de uma guerra aberta contra a despesa social. Os Estados Providência, parte importante da promessa europeia foram sendo desmantelados. Com a crise, um a um, todos os factores que estiveram na origem do projecto de construção europeia foram substituídos por uma nova lei: o capital rasgou o contrato com o trabalho e assistimos à mais gigantesca transferência dos rendimentos do trabalho para os mercados financeiros. O orçamento europeu perdeu a sua finalidade redistributiva e as regras europeias para a prestação de serviços públicos passaram a estar dependentes de um novo modelo assente em parcerias público-privadas.

Nenhum direito anteriormente consagrado saiu intacto. Os direitos laborais foram sendo aniquilados, assim como os direitos associados às pensões, prestações sociais, saúde ou educação. A instituição da “regra de ouro” congela qualquer possibilidade de restituição desses direitos.

O direito de livre circulação e permanência dos cidadãos no espaço da União, uma das maiores conquistas da construção europeia, também não ficou imune.

As cláusulas escondidas nos acordos de livre circulação tornaram-se regra, permitindo a expulsão de cidadãos búlgaros ou romenos de França, a expulsão de cidadãos espanhóis ou portugueses da Bélgica ou os contratos realizados no Reino Unido, que oferecem vales de compras aos oficiais de justiça que conseguirem atingir uma quota de expulsão de 70% dos cidadãos estrangeiros cujos processos têm em mãos.

Recuperar o Estado Social, os salários, as pensões, o direito à saúde, à educação e à cultura tornam-se tarefas centrais no combate europeu actual.

## **2. O I Governo Inconstitucional**

Quando ainda estava na oposição, Passos Coelho apresentou ao país um projeto de revisão constitucional que atacava os pilares do Estado social e os direitos do trabalho. Perante o repúdio generalizado da sociedade portuguesa, Passos Coelho recuou e nunca mais falou da sua revisão constitucional, mesmo depois de eleito. A direita passou a apostar na subversão prática das normas da lei fundamental.

### *Um Governo fora-da-lei*

Por essa razão, a direita sempre viu na intervenção da Troika a possibilidade de encontrar uma entidade externa a força para impor, ao arripio da Constituição, a subversão do sistema democrático, promovendo um ajuste de contas com o 25

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

de Abril, o Estado social e os direitos do trabalho. O Governo desistiu de rever a Constituição para melhor a subverter, impondo na prática um programa incompatível com a Constituição.

A aplicação do memorando da Troika tem demonstrado a incompatibilidade entre a política de austeridade e a democracia e o texto constitucional. A atuação do Governo na concretização do memorando foi confrontada sistematicamente com as normas da Constituição. Todos os orçamentos do Governo foram chumbados pelo Tribunal Constitucional. A este facto, Governo, Troika e Comissão Europeia responderam com pressões e chantagens sobre o Tribunal Constitucional, procurando responsabilizá-lo pelo fracasso do programa de ajustamento.

A direita revela assim um problema com o próprio Estado de Direito Democrático e com os princípios fundadores do liberalismo político dos séculos XVIII e XIX (princípios da confiança, da proporcionalidade e da igualdade formal). A relação de forças actual é-lhes de tal maneira favorável que tentarão tudo para constitucionalizar limites para o défice, despesa e/ou dívida pública, no sentido de reforçarem a sua legitimidade e limitarem ao mínimo a capacidade de resposta da classe trabalhadora.

## *O memorando falhou nos seus próprios termos*

Esse fracasso é colossal, qualquer que seja o ângulo e os critérios de análise. A economia portuguesa contraiu-se em mais de 6% em três anos e o desemprego aumentou de 12 para 17,4%. Esta operação de empobrecimento em nada contribuiu para lidar com o problema da dívida. Pelo contrário: em 2011, 2012 e 2013, a dívida aumentou 48,8 mil milhões, o maior aumento da história de Portugal, aumentando 33,8 pontos percentuais do PIB e ultrapassando o limiar de sustentabilidade, tal como este é definido pelo próprio FMI.

Quanto à redução do défice, essa foi marginal e manifestamente aquém dos objetivos estabelecidos no memorando, que foram sendo sucessivamente revistos em alta. Em 2012, foram necessários 4 euros de austeridade para cada euro de redução do défice. Em 2013, essa relação foi de 6 para 1. E por cada euro de austeridade a mais, 1,25 euros a menos de riqueza produzida.

## *A grande transformação*

O facto de a Troika continuar a avaliar positivamente o Governo português e tecer elogios públicos à sua determinação só demonstra que o programa da Troika não tem nada a ver com o ajustamento orçamental, mas sim com uma profunda transformação ao nível das relações sociais. Isso mesmo foi confessado pelo comissário Europeu Olli Rehn, numa reunião da comissão de Economia do Parlamento Europeu, quando disse que “o cumprimento das metas não era o mais importante” e que “o que é importante é a implementação das reformas”. Assim é.

O memorando da Troika é um documento profundamente ideológico que representa um projecto de transformação radical da sociedade portuguesa, nos planos económico, social e político. Os pontos centrais desse projecto são a compressão dos salários e a destruição de direitos do trabalho, a privatização de empresas estratégicas, a destruição dos serviços públicos e do Estado social e a proibição das políticas de pleno emprego. Mesmo que isso signifique o caos nas contas públicas que é, aliás, o principal instrumento de imposição deste projecto. E mesmo que isso implique um conflito com o regime democrático e constitucional, conflito que se tem tornado cada vez mais evidente ao longo do mandato

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

deste Governo.

## *A resposta da sociedade*

Foram vários os fatores significativos para o desgaste e quase desagregação da coligação de direita: o acentuar da crise económica e social em resultado da execução do programa da troika, as decisões do Tribunal Constitucional, o falhanço de todas as metas orçamentais definidas pelo executivo, a descoordenação do governo, as desconfianças permanentes entre os parceiros da coligação, a incapacidade política e governativa presente em alguns ministérios. Mas, não fosse a intensificação da luta social durante este período “acentuando, ela própria, as contradições no seio do executivo” e todos aqueles fatores se revelariam inócuos face ao poder da hegemonia austeritária.

Esta intensificação traduziu-se nas maiores manifestações que Portugal conheceu depois do 25 de Abril, na Greve Geral de 27 de Junho 2013, mas também em inúmeras greves e mobilizações sectoriais. Da crise política de Julho de 2013, deve retirar-se a conclusão de que a hegemonia austeritária será derrotada quanto maior, mais duradouro e combativo for o movimento social de resistência às suas políticas.

## **3. A vaga de austeridade que se anuncia**

À medida que se aproxima o fim do programa de resgate, o Governo e o Presidente da República intensificam a propaganda que visa convencer os portugueses de que o “resgate”, pelo simples facto de terminar, representa um tremendo sucesso. A ideia implícita nas celebrações é a de que, com o fim do programa, viria agora o fim, ou pelo menos um alívio, da austeridade. Ideia já desmentida pela própria Troika. Mesmo assim, Passos Coelho vai prometendo um alívio da carga fiscal, mas sempre para anos à frente, nomeadamente depois das eleições.

O futuro “pós-troika” é representado, de modo contraditório, como uma promessa de regresso ao nível de vida que se tinha declarado acima das nossas possibilidades e, simultaneamente, como a imposição do estado de exceção austeritário permanente que o impossibilita definitivamente.

## *A fraude do regresso aos mercados*

Um elemento desta operação de propaganda é a narrativa do regresso aos mercados. O Governo tem celebrado várias operações de regresso aos mercados como provas de que o país reconquistou a confiança dos investidores. Acontece que os investidores apenas estão interessados em saber se o seu retorno está, ou não, garantido. Essa garantia foi dada pelo BCE, mas tem uma condição: a “estrita condicionalidade” que está subjacente ao programa de ajustamento, ou seja, mais medidas de austeridade. Sem a garantia do BCE, não haveria regresso aos mercados nenhum. Portugal estaria completamente insolvente e não se conseguiria financiar a nenhuma taxa de juro.

## *Programa cautelar: o pior de dois mundos*

É por isso que o cenário de um programa cautelar representa o pior de dois mundos. Portugal encontra-se numa situação pior a todos os níveis do que aquela em que se encontrava em 2011. Um programa cautelar significa enfrentar essa situação em piores condições: doses reforçadas de austeridade e juros mais elevados, que agravarão o juro médio e, portanto, o serviço da dívida.

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

## *O tratado orçamental é a austeridade para sempre*

A estas condições agravadas, somar-se-á uma obrigação ainda mais draconiana: o cumprimento do critério do Tratado Orçamental. Portugal entrará com uma taxa recorde de desemprego numa era de política económica procíclica, em que a única regra legal será a da compressão dos salários. O problema não é que Portugal consiga cumprir o critério do Tratado Orçamental. Esse é um projecto irrealizável. O problema é que a simples tentativa de o atingir terá consequências dramáticas para a sociedade portuguesa.

## **II. Uma nova esperança para o projecto Europeu**

A crise Europeia é uma crise económica e política, mas é também uma crise de entusiasmo. Hoje, são cada vez mais os cidadãos Europeus que, por razões menos diferentes do que imaginam, olham o projecto Europeu com desconfiança ou desalento. A extrema-direita cresce por toda a Europa, somando à sua agenda xenófoba uma agenda social que preenche o mais grave vazio da construção Europeia, explorando as consequências sociais do seu enviesamento liberal.

### **1. Refundar o projeto Europeu**

Assim, a esquerda europeísta tem de ter um projecto para a refundação da Europa e, talvez o mais difícil, voltar a gerar em torno desse projecto a confiança que a eurocracia desbaratou, provocando uma revolução cidadã, que supere o bloqueio institucional criado por tratados blindados.

#### *Referendo ao Tratado orçamental*

O tratado de Lisboa é o exemplo mais completo desse bloqueio institucional. Mais do que abrir portas, como afirmavam os seus defensores, o Tratado de Lisboa cristalizou alguns dos traços mais importantes do enviesamento liberal da construção Europeia. Em muitos casos, a regra da unanimidade tornou muitas das disposições mais danosas simplesmente inalteráveis. É por isso que uma nova esperança para o Projecto Europeu tem de partir da rejeição destes tratados e da definição de um calendário para uma refundação Europeia. É uma tarefa hercúlea porque estes tratados foram aprovados por um enorme arco político, que vai dos Conservadores aos Verdes, passando por Liberais, PPE e Socialistas. Por isso, defendemos um referendo ao Tratado Orçamental, que oponha a este grande consenso institucional a voz das vítimas dessa política.

#### *Uma Europa dos cidadãos tem de ser feita pelos cidadãos*

Esse calendário deve ter como objectivo um desenho das instituições Europeias que permita concretizar a promessa de um Modelo social Europeu e uma cooperação económica que sejam um motor de desenvolvimento e convergência. Este processo deve ser em tudo o contrário do que foi a integração Europeia até hoje. Deve ser conduzido pelas instituições democráticas existentes na União, em particular os Parlamentos Europeu e nacionais. E deve ser alvo de debate e referendo em todos os Estados-membros. A integração deve ser pensada e escolhida pelos cidadãos e não um processo que lhes exige a maior passividade possível.

#### *Crescimento e Emprego em vez da Punição das Periferias*

No centro dessa nova arquitectura deve estar um novo conjunto de regras, que cumpra as promessas que o actual Pacto de Estabilidade e Crescimento continua

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

a quebrar. Ainda antes da crise financeira, a zona Euro e, em particular, a periferia já se encontrava em estagnação económica. E, já nessa altura, as pressões para as famosas “reformas estruturais” se fazia sentir. Depois da crise financeira, e quase seis anos volvidos, a Europa continua em crise e a perspectiva de uma retoma só parece existir nos discursos de eurocratas tão autocomplacentes como desligados da realidade. O Pacto de Estabilidade e Crescimento não produziu nem estabilidade nem crescimento.

Um novo paradigma político implica outras escolhas. Em vez da lógica de punição das economias periféricas, deve prevalecer a penalização dos excedentes externos das economias do centro. Esses excedentes são a grande causa da divergência europeia. Além disso, a gestão da política orçamental dos Estados-membros deve centrar-se na sustentabilidade das suas dívidas e não em défices pontuais. Até por isso, as despesas de investimento devem, ser excluídas do cálculo dos últimos, para proteger a implementação de políticas anti-crise.

## 2. A democracia contra a Eurocracia

A União Europeia é uma construção política peculiar, na medida em que se desenvolveu como uma união não-democrática de Estados democráticos.

A concentração de poderes em entidades que se furtam ao escrutínio das instituições democráticas e a transferência de decisões políticas para a esfera da “técnica” gerou um poder Europeu invisível, que se sobrepõe às instâncias democráticas, nacionais e europeias.

O Parlamento Europeu é provavelmente um dos Parlamentos mais marginais do mundo. Com um controlo reduzidíssimo sobre grande parte dos centros de poder da União, o Parlamento Europeu não tem poder de iniciativa e muitas das suas decisões são condicionadas ou desprezadas. É por isso considerado razoável que o Presidente do BCE reaja com irritação à aprovação de um relatório crítico da sua actuação, como aconteceu em 2013.

Ainda assim, o Parlamento Europeu tem sido a instituição central no que de bom tem acontecido na UE, na pressão que tem colocado sobre a eurocracia e os seus falhanços, e também no que de mau tem conseguido impedir. Nos meandros de instituições pouco transparentes, o Parlamento Europeu é a voz mais forte da democracia.

### *Alterar os estatutos do BCE*

O BCE é provavelmente o exemplo mais flagrante, quer do enviesamento liberal, quer do défice democrático, quer ainda da concentração de poderes na União Europeia. O BCE acumula a actividade normal de autoridade monetária com a participação na definição de “recomendações” e a elaboração de programas de ajustamento e, mais recentemente, a supervisão do sistema financeiro. Apesar de ser, indiscutivelmente uma das instituições mais poderosas do Mundo, o BCE continua a gozar de absoluta discricionariedade em relação ao Parlamento Europeu eleito.

Acresce que os estatutos do BCE consagram a estabilidade de preços como objectivo central, para não dizer único, da acção do BCE. Isso significa que a UE tem um banco central obcecado. Ao contrário da FED e de muitos outros congéneres, o BCE não tem o crescimento ou emprego como critérios de actuação com o mesmo estatuto. Em resumo, o BCE detém poderes ímpares mas não responde

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

pelas consequências do exercício desses poderes.

## *Extinguir as troikas*

Com a viragem para a austeridade e a lógica de punição das periferias, surgiu um novo tipo de entidade a partir da Comissão Europeia, o BCE e o FMI, sendo esta última instituição totalmente alheia ao quadro institucional Europeu.

Desde então as troikas desenharam programas de Governo, planos de reformas que se estendem por décadas, chantagearam Governos democráticos e fizeram ultimatos. Estas comissões ad-hoc brotaram de instituições existentes e funcionam literalmente como juntas coloniais, impondo políticas tão cegas como desastrosas. O grau de escrutínio destas entidades é tão reduzido e a sua arbitrariedade institucional tão grotesca, que a única solução sensata é a sua extinção e substituição por instituições com legitimidade fundada no direito da União, transparência total e rigoroso controlo pelos parlamento nacionais e europeu.

## *Rejeitar o Tratado Transatlântico e a submissão à NATO*

No quadro dos Tratados actualmente em negociação no quadro da União, o Tratado Transatlântico, que está a ser negociado entre a Comissão Europeia (com mandato do Conselho) e os EUA, é crucial. Com ele procura constituir-se a maior zona de livre comércio do mundo. As negociações em curso estão envolvidas num considerável secretismo, longe do escrutínio público dos dois lados do Atlântico.

A liberalização do mercado e a competição entre a UE e os EUA que ao capital aparece como uma oportunidade de negócio e de “crescimento” económico terá, se vier a ser aprovado, consequências catastróficas do ponto de vista salarial, social e ambiental, assim como no desmantelamento dos serviços públicos ainda existentes. Na realidade, a Europa poderá vir a sofrer uma perda substantiva de direitos e de protecção social e ambiental, e mesmo grandes perdas de postos de trabalho. O tratado transatlântico é a expressão económica da submissão da UE aos EUA e é a outra face da submissão à NATO. Recusar este Tratado é recusar essa submissão e constitui a única opção para a salvaguarda de direitos e a reorientação das políticas para a criação de emprego.

*Uma comunidade de Estados soberanos* Para além das troikas, assistimos no período de crise a uma verdadeira reconfiguração do papel dos Estados no quadro das instituições europeias. A Alemanha assumiu plenas funções e a Comissão Europeia transformou-se num mero *pivot*, desdobrando-se em tentativas de acordos que minam de forma permanente o projecto europeu. Os acordos inter-governamentais, os acordos internacionais e os acordos de associação entre regiões e países do mundo têm sido um instrumento precioso no projecto de ajustamento das relações sociais que está em curso.

## *Proteger os cidadãos europeus*

Fazer dos cidadãos europeus reféns desta estratégia é uma parte do plano que passou pela aprovação de acordos como o PNR, que fornece à Agência de Segurança Norte-americana os dados relativos a todos os passageiros de voos comerciais, ou a tentativa de aprovação de acordos como o ACTA ou o SWIFT, este último destinado a fornecer às autoridades norte-americanas o registo de todas as transacções bancárias efectuadas no espaço da União ao arripio de todos os direitos consagrados sobre confidencialidade e protecção de dados. O recente

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

escândalo em torno da espionagem efectuada pelos Estados Unidos aos países europeus foi o exemplo mais grave e flagrante. A proteção dos cidadãos exige uma posição de intransigência da UE na defesa dos dados pessoais.

### 3. Parar a crise da dívida

A crise do Euro e da UE tem sido incorrectamente designada como crise das dívidas soberanas. Na realidade, a crise do Euro está relacionada com os níveis de endividamento externo engendrados pela inserção de economias frágeis numa união monetária mal construída. A crise financeira apenas despoletou um processo de socialização das perdas do sector bancário, bem como uma recessão agravada pelo processo de ajustamento dos seus balanços. O que foi, na origem, um problema de dívida externa, só depois se tornou um problema de dívida pública. No entanto, hoje esse problema existe e a solução da austeridade já mostrou que não o é.

#### *Mutualização e reestruturação*

A solução urgente é a reestruturação da dívida das economias periféricas. Esta reestruturação deve ser em tudo diferente da reestruturação grega, incidindo sobre todo o sector financeiro mas também sobre os credores institucionais que, entretanto, assumiram grande parte dos montantes, substituindo e salvando os credores privados. Essa reestruturação deve devolver o endividamento dessas economias a uma trajectória de sustentabilidade, actuando sobre montantes, prazos e juros.

Por outro lado, a UE deve passar a ter instrumentos próprios de gestão de dívida que representem um recurso dos Estados-membros, mas beneficiem dos custos de financiamento que um espaço como a União Europeia pode proporcionar e de que tem beneficiado a banca privada. Isto permitiria que todos os Estados-membros assumissem solidariamente os custos da dívida pública, libertando as economias periféricas da pressão a que foram submetidas na sequência da crise financeira.

#### *Programa Europeu de pleno emprego*

No plano estrutural, a UE tem de fazer da criação do emprego o centro de todas as políticas, também por causa da crise das dívidas. O principal fardo com que têm de se confrontar as economias periféricas, do ponto de vista da sustentabilidade orçamental, é o impacto do desemprego enquanto perda de receita fiscal e fonte de despesa social. Se a UE não estivesse tão empenhada em destruir os sistemas de prestações sociais que asseguram, ou deviam assegurar, níveis mínimos de dignidade aos seus cidadãos, talvez constatasse que uma forma de reduzir a despesa com apoios sociais é reduzir o número de cidadãos que a eles são forçados a recorrer.

#### *Fim da competição Fiscal*

Por outro lado, a sustentabilidade orçamental exige uma rejeição completa do escândalo fiscal que vigora na UE. Enquanto os programas de austeridade carregam sobre salários e pensões com novas vagas de aumentos de impostos, a tributação dos rendimentos do capital, e em particular das grandes empresas e do sector financeiro desce a pique graças à redução de taxas, à concorrência fiscal, aos paraísos fiscais, etc.

A definição de mínimos Europeus para a tributação de todos os rendimentos do

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

capital (lucros, dividendos, etc.) é a única forma de travar a dinâmica da concorrência fiscal no espaço Europeu, que tende para a tributação zero do capital, com prejuízo para os Estados e para os rendimentos do trabalho.

## 4. Uma Europa feita de convergência

O principal falhanço da promessa Europeia é o da convergência. Do projecto de uma cooperação entre Estados sobre hoje uma Europa fracturada, em que crescem egoísmos nacionais e uma concorrência desenfreada que carrega sobre salários e empobrece a Europa no seu conjunto. A criação do Euro não forneceu o crescimento que anunciava, a crise financeira lançou a UE numa recessão da qual tarda em sair e os instrumentos para uma resposta Europeia continuam a ser poucos e mal utilizados.

### *Um orçamento reforçado e redistributivo*

Um instrumento fundamental de desenvolvimento e convergência é o orçamento. Esse instrumento, na UE, é praticamente inexistente, tal é a irrelevância do orçamento comunitário. Essa é uma das razões pelas quais a resposta inicial da UE à crise financeira foi tão débil e desgarrada. Os meios orçamentais da UE são irrelevantes e uma resposta assente em 28 orçamentos nacionais levanta problemas de coordenação e falta de solidariedade.

É frequentemente afirmado que um aumento das transferências que funcionasse como uma forma de redistribuição seria inaceitável nas economias mais ricas. No entanto, as possibilidades que abriria um orçamento drasticamente reforçado poderiam ser surpreendentemente mobilizadoras. Nomeadamente, a possibilidade de desenvolver uma estratégia de desenvolvimento europeia, na área dos serviços públicos, transportes, ambiente, energia, etc. A redistribuição de recursos far-se-ia através de instituições que gozam de enorme reconhecimento.

### *O regresso da política de coesão*

À política sancionatória imposta pelo pacote da “governança económica” aos países deficitários, veio juntar-se recentemente um novo pacote de sanções associadas à possível perda de fundos estruturais e fundos de coesão em resultado do incumprimento das metas inscritas nos Tratados para o défice e para a dívida. Esta medida, decidida sem que nenhuma medida efectiva de combate aos desequilíbrios macroeconómicos tenha sido posta em prática, vem reforçar a divergência e punir duplamente os países em dificuldades pelo mesmo “crime”.

A política de coesão, que deveria compensar os desequilíbrios gerados nas balanças comerciais e impedir ou minimizar o desaparecimento de sectores produtivos estruturais nas economias mais frágeis, não sobreviverá a uma lógica de condicionalidade permanente. Impõe-se uma política de coesão que estabeleça padrões mínimos de dignidade e de justiça social no espaço europeu, evitando a destruição das economias mais frágeis, e recuperando o papel redistributivo do orçamento europeu.

## 5. Controlo público sobre a banca

Na sequência da crise financeira, todos os responsáveis europeus e mundiais se multiplicaram em declarações promissoras sobre os passos firmes que seriam dados para meter a finança na ordem. Seis anos depois da crise financeira, continua quase tudo por fazer e as promessas extinguiram-se. Pequenas coisas mudaram para que tudo ficasse na mesma e na UE, como no resto do mundo, já se

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

está a trabalhar para a próxima crise financeira.

## *Extinção de offshores*

Um pouco por toda a Europa, a existência de cada paraíso fiscal é justificada pela existência dos restantes. Pelo menos, dentro do espaço comunitário, esse problema pode ser resolvido através da proibição de zonas de privilégio fiscal.

Essa proibição cumpre ainda um papel central no combate à criminalidade financeira.

## *Reintroduzir controlos de capitais*

A criação de um espaço financeiro regulado na UE obrigaria à instituição de controlos de capitais nas suas fronteiras que, em conexão com um imposto sobre transacções financeiras, abrandassem os fluxos de capitais, minorando o efeito de contágio de futuras crises financeiras.

## **6. Um novo modelo social Europeu**

A crise poderia ter sido a oportunidade para um novo Contrato Social. Pelo contrário, afirmou-se como a oportunidade de restaurar os lucros do sistema financeiro e um instrumento de destruição do que restava do modelo social europeu.

## *Política salarial: do dumping social ao nivelamento por cima*

A protecção do trabalho está no centro de todos os direitos sociais. Não por acaso, o desmantelamento dessa protecção e a repressão salarial tem sido o centro das políticas Europeias, em particular no que diz respeito às economias periféricas.

À estagnação dos salários na Alemanha, exigem as troikas que as economias periféricas respondam com a redução real dos seus salários, apresentada como único caminho para o reequilíbrio das suas balanças correntes. Como é evidente, esta dinâmica não tem fim e o seu único resultado é deprimir ainda mais a economia Europeia.

Uma política salarial na Europa pode, pelo contrário, ser um dos motores para a recuperação económica, se os desequilíbrios entre e dentro dos estados-membros forem corrigidos através de aumentos salariais no centro, por um lado, e fixação de salários mínimos que acompanhem os salários médios. Políticas europeias activas que pressionem o aumento dos salários permitirão responder aos problemas de coesão, quer entre os Estados, quer dentro deles.

## *Carta dos Direitos dos cidadãos Europeus*

Uma das faces mais visíveis da crise que vivemos é o ataque permanente aos direitos fundamentais. Numa União que impõe sistematicamente normas punitivas, associadas às competências da União, tem fazer-se equivaler um catálogo de direitos fundamentais que regem o seu exercício. Por essa razão, os direitos fundamentais devem ser efectivamente vinculativos para todos os órgãos executivos, legislativos e jurisdicionais da UE, centrando-se em padrões de dignidade social, nos direitos sociais, nos direitos de sustentabilidade ecológica (direito ao ambiente, direito à água), direitos relacionados com as diferenças étnicas, direitos de defesa dos consumidores, e, por maioria de razão, direitos de cidadania europeia, inclusão de imigrantes, refugiados e asilados. A aplicação desta Carta não substitui as Constituições dos países, mas é incompatível com a Europa for-

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

taleza e com a existência de todas as 'Lampedusas'.

## *Garantir os direitos das minorias e a igualdade*

A par da ortodoxia liberal, uma onda conservadora está a varrer a Europa.

Assistimos, em muitos países, a um retrocesso de décadas. No Estado Espanhol procura alterar-se a lei da interrupção voluntária da gravidez para punir as mulheres e recuar nos direitos sexuais e reprodutivos; na Hungria, assistimos à aprovação de uma Constituição que consagra o modelo de família "aceitável" e que devolve a desigualdade de género como padrão social dominante; em vários países europeus proibem-se ou desaconselham-se as lutas pelos direitos lgbt; em França, famílias ciganas são expulsas do país apesar de cumprirem todos os critérios para aí permanecerem; um pouco por toda a Europa, multiplicam-se bolsas de trabalho escravo.

Os nossos inimigos não são os pobres, as mulheres, as minorias étnicas ou a comunidade lgbt. A austeridade agravou a desigualdade.

## III. Defender o nosso país

O combate da esquerda europeísta por uma outra União não é contraditório, antes pelo contrário, com a defesa de Portugal, nomeadamente de todos aqueles e aquelas que neste país vivem, que trabalham, trabalharam ou perderam o seu trabalho, que têm sofrido todos os ataques da política de austeridade. Se uma nova esperança para Europa faz sentido, ela só poderá nascer da desobediência por parte dos países que estão a ser destruídos. Só perante esse confronto poderão as elites europeias ser forçadas a abdicar da utopia liberal que tem inspirado a construção europeia até hoje. Essa desobediência deve expressar-se numa resposta directa aos problemas mais graves da economia e da sociedade portuguesa. Uma resposta assente nos poderes democráticos do nosso país e imposta em sua defesa. Uma desobediência que parte da primeira obrigação do Estado português e de qualquer Governo: cumprir a Constituição.

Trata-se, portanto, de elaborar um programa de libertação que envie um forte sinal de desobediência democrática à UE e às suas imposições, recusando de forma intransigente quaisquer perdas de soberania e, pelo contrário, apostando na reconquista de instrumentos de política entretanto perdidos.

### 1. Romper com a austeridade

O problema fundamental do país é a austeridade. Foi a austeridade que lançou o país num ciclo vicioso em que recessão, desemprego, empobrecimento, endividamento se reforçam mutuamente. A única forma de inverter estas dinâmicas é aplicar uma política completamente diferente. Não basta suavizar a austeridade. É preciso fazer o seu contrário: uma política centrada no desenvolvimento e na criação de emprego.

Essa escolha divide as águas. Hoje, mesmo correndo algum risco de simplificar em demasia, pode dizer-se que a vida política se divide entre os que estão a favor da austeridade (com todos os seus matizes e cambiantes) e os que estão contra.

### Frente europeia contra a austeridade

A complexidade da situação actual resulta da necessidade de articular a desobe-

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

diência em relação às orientações da União Europeia em Portugal com processos semelhantes promovidos por outras forças políticas e sociais noutros países.

Essa articulação é importante porque qualquer tentativa, desejável, de restabelecer o controlo nacional de instrumentos básicos da política económica e social que permitam defender o Estado Social e os direitos dos trabalhadores de qualquer país, converter-se-á rapidamente num problema de dimensão europeia e internacional que poderá contribuir para relançar o movimento de massas e subverter os arranjos institucionais existentes.

Por isso e para isso, o Bloco tem promovido e continuará a promover um diálogo activo com as organizações do Partido da Esquerda Europeia e do Grupo da Esquerda Unitária — Esquerda Verde Nórdica, mas também com todas as organizações da esquerda europeia, nomeadamente as que integraram o encontro das esquerdas anti-capitalistas organizado pelo Bloco em Portugal, as esquerdas nacionalistas do Estado espanhol, etc. As lutas das esquerdas em defesa dos povos dos seus países alimentam-se mutuamente e partilham objectivos precisos.

## *Inverter a desigualdade fiscal*

Ao longo dos últimos três anos, o memorando agravou os piores traços do sistema fiscal português, tornando-o ainda menos redistributivo. Com o aumento do IVA, aumento do IRS, redução do IRC, amnistias fiscais, agravou-se a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e aumentaram as facilidades para as grandes empresas e sector financeiro. Uma política que inverta o ciclo de austeridade terá de começar pela justiça fiscal, indo buscar recursos onde eles efectivamente existem.

## *Investimento público contra o atraso*

O elemento central de uma política económica anti-austeritária é um programa de investimento público que responda simultaneamente à crise do emprego e às debilidades estruturais da nossa economia, nomeadamente as que mais contribuem para o nosso endividamento externo. Sectores como o dos transportes, das energias renováveis, da reabilitação urbana ou da agricultura são estratégicos para a concretização destes objectivos.

## *Pôr o sistema financeiro e os sectores estratégicos ao serviço da sociedade*

Desde a crise financeira, os contribuintes portugueses pagaram dezenas de milhares de milhões de euros para recapitalizar a banca portuguesa. Em troca, a banca especulou contra a dívida portuguesa e secou o crédito à economia real, agravando a recessão e a situação das contas públicas. A imensidão de recursos públicos despejados no sector financeiro tem de ter retorno para o país. Por isso, defendemos a nacionalização da banca intervencionada e políticas de crédito que funcionem como motor de arranque para a economia. Da mesma forma, o Estado português terá de recuperar e pôr ao serviço da recuperação económica sectores estratégicos que foram subtraídos ao interesse público.

## **3. O insustentável peso da dívida**

Romper com a política de austeridade significa, obviamente, encontrar os recursos que permitam financiar políticas contracíclicas. A política fiscal e o controlo do sector financeiro e outros sectores estratégicos é importante mas a dimensão do esforço orçamental necessário obriga a uma redução drástica do serviço da dívida.

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

## *O maior aumento de sempre no peso da dívida*

Este Governo, que se propunha sanear as contas públicas, foi o responsável pelo maior aumento de sempre da dívida em percentagem do PIB. Mas igualmente significativo será o aumento do serviço da dívida que se seguirá ao programa de ajustamento, com o inevitável aumento das taxas de juro. É por isso que o PS, ao recusar uma reestruturação da dívida conduzida pelo nosso país, não pode prometer o fim da austeridade. A dívida e a ameaça do corte de financiamento externo são neste momento usados pela Troika para forçar uma alteração profunda na sociedade portuguesa. É cada vez mais necessário inverter esta lógica, colocando a iniciativa do lado do devedor, empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de suspensão dos pagamentos se os credores não aceitarem uma renegociação profunda da dívida.

## *Uma reestruturação para salvar o país*

Essa reestruturação da dívida tem de ser o contrário do que foi a reestruturação grega, que não tocou nos credores institucionais e serviu essencialmente para manter a economia grega ligada ao ventilador enquanto a política de austeridade a continuava a destruir. Uma reestruturação conduzida pelo devedor, pelo contrário, terá de penalizar as instituições da troika, para que estas assumam os custos da política desastrosa que impuseram ao nosso país.

Os objectivos dessa reestruturação devem incluir uma redução do montante global para um nível abaixo do limite de cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento (60% do PIB) e a introdução de um período de carência, durante o qual o serviço da dívida será suspenso.

## *Criar emprego antes de pagar*

Esse período de carência deve depender da recuperação da capacidade da economia portuguesa para fazer face ao serviço da dívida. Sendo o desemprego o problema mais grave das contas públicas, um acordo de reestruturação da dívida deverá estipular que o período de carência só terminará quando a economia portuguesa voltar a crescer acima dos 2% reais, sendo a reintrodução do serviço da dívida definida em função das taxas de crescimento a partir desse momento. Primeiro recuperar a economia. Depois, pagar a dívida reestruturada.

## **4. Cumprir a constituição**

Todos os Governos que tomam em posse em Portugal juram cumprir a sua Constituição. O respeito pelos direitos constitucionais dos cidadãos é a primeira obrigação do nosso Governo e de todos os eleitos no nosso regime democrático.

Esse compromisso deve, portanto, sobrepôr-se a quaisquer outros. É por isso que esta candidatura afirma que só quem escolha clara e conseqüentemente a defesa dos direitos consagrados na constituição, acima de quaisquer outros interesses, poderá afirmar que defende o seu país e representa a esquerda.

## *O buraco da privatização*

A privatização de sectores estratégicos e o desmantelamento progressivo dos sectores da saúde e da educação não resolveram nenhum problema de défice ou despesa. Não há menos Estado, mais barato ou mais eficiente, mas apenas um Estado que transfere mais dinheiro para as rendas privadas e reduz dramaticamente a igualdade no acesso aos cuidados de saúde e a igualdade de oportu-

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

nidades no acesso à educação. Na saúde pública, estão apenas a ser deixadas as unidades que os interesses privados desdenham por não verem como bom negócio. A educação, com propostas como a do cheque-ensino, está a converter-se na maior PPP que Portugal conheceu.

A inversão deste ciclo é a aposta na modernização dos serviços públicos enquanto factor de coesão e desenvolvimento e a recusa de qualquer estratégia para o seu desmantelamento e privatização. Significa também defender a universalidade dos serviços públicos, porque um Estado social para pobres é, por definição, um pobre Estado social.

## *Proteger as pessoas e recuperar e reforçar os direitos*

Salvar a Europa e salvar o país, é disso que se trata. A pobreza, a miséria e a fome regressaram ao país em níveis que pensávamos pertencerem ao passado.

Habitação, saúde, educação, alimentação, cultura, uma vida digna são os direitos que qualquer Estado deve aos seus cidadãos.

Em três anos de país intervencionado, vimos sair de Portugal um número de cidadãos só comparável às décadas de 1950 e de 1960. Cidadãos e cidadãs que foram forçados a emigrar por não encontrarem possibilidade de futuro no nosso país e desencadeando um processo de declínio demográfico.

Estes cidadãos são os primeiros credores. Recuperar direitos implica, por isso, recuperar o Estado Social. É o Estado Social que protege quem precisa. É o Estado Social que garante democracia e dignidade.

## *Nem mais um sacrifício pelo Euro*

Defender o país significa para o Bloco defender quem trabalha, quem perdeu o trabalho, quem trabalha em condições precárias, quem trabalhou e vê as suas pensões atacada, quem mais sofre com a austeridade. Todos aqueles que não tiveram responsabilidades na crise mas são chamados a pagá-la. Defender o país exige duas condições centrais: recusar a austeridade e reestruturar a dívida.

Estes objectivos colocarão o país em confronto com as instituições europeias e quem o fizer terá de estar pronto. Pronto para todos os cenários que decorram desse confronto. Pronto para recusar a submissão e a destruição do país.

As tarefas a que nos propomos são, por isso, extraordinariamente difíceis. Quer a transformação das instituições europeias, quer a defesa do país exigem uma determinação e mobilização a que só uma enorme aliança social e política poderá dar resposta. Essa alternativa exige uma esquerda que esteja pronta para rejeitar a austeridade e enfrentar todas as consequências dessa recusa. Exige uma esquerda capaz de desobedecer. O Bloco quer fazer parte dessa esquerda.

Estamos prontos.

**NOTA:  
AS ALTERAÇÕES DOS SUBSCRITORES ENCONTRAM-SE ASSINALADAS  
COM SUBLINHADO**

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

## PROPOSTA DE ALTERAÇÃO 01

**SUBSCRITORES:** ADRIANA LOPERA, ALBERTO MATOS, ANA FEIJÃO, ANA SOFIA ROQUE, BOLCH, BRUNO CABRAL, CARLOS B. SOUSA, CECILIA HONÓRIO, DINA NUNES, FERNANDO JOÃO, GUSTAVO BEHR, HUGO EVANGELISTA, JAI-ME PINHO, JOÃO CURVÊLO, JOSÉ JOÃO LUCAS, JOSEPH SILVA, LUÍS LEIRIA, LUÍS SANTOS, MAMADOU BA, NUNO BRITO, NUNO COSTA, PATRÍCIA BARREIRA, PAULA SEQUEIROS, PAULO CÉSAR, PAULO SOUSA, RITA GORGULHO, RUI MAIA, SARA SIMÕES, TIAGO GILLOT, TIMÓTEO MACEDO, VITOR TAVARES, XECA ROBLES

Proposta de alteração:

### Capítulo II – Uma nova esperança...

PONTO 6 – Um novo modelo social Europeu

Garantir os direitos das minorias e a igualdade

#### Acrescentar no final

As eleições europeias ocorrem num contexto de crise sem precedentes. A crise económica que flagela a Europa é a crise do modelo político que a sustenta. A crise económica é a crise da política. A crise da política é a crise da democracia. Porém, o debate sobre esta crise e as respostas que são necessárias para a enfrentar estão hegemonicamente situados no campo da economia. O que, por vezes, tende a fazer esquecer ou relegar para segundo plano os outros temas do debate sobre as várias faces e consequências desta crise.

O crescimento da extrema-direita em toda a parte na Europa, o regresso ao racismo de estado com as galopantes ciganofobia, islamofobia e negrofobia, a criminalização da imigração, o genocídio nas fronteiras marítimas e os cárceres dos centros de detenção, são uma das faces visíveis da crise da política e da democracia europeias. Na Europa vivem mais de vinte milhões de cidadãos e cidadãs estrangeiros que partilham todas as responsabilidades e contributos da sua construção e todos os sacrifícios na luta contra a austeridade. São cidadãos e cidadãs que, pese embora imputáveis a todos os títulos, continuam afastados do espaço e da expressão da cidadania. Para além da discriminação, do racismo e das violências físicas e simbólicas de que são quotidianamente vítimas, são ainda excluídos do exercício básico da cidadania, não podendo votar nem ser eleitos.

A direita "higiénica" e a social-democracia capitularam perante a extrema-direita ao transformar as minorias étnicas nos bodes expiatórios da crise. A direita alia-se à extrema-direita na perseguição às minorias étnicas e, a social-democracia, a pretexto de combatê-la, recupera e higieniza a sua retórica racista, dando assim credibilidade e legitimidade social ao racismo. Perante isto, nestas eleições europeias, a responsabilidade da esquerda em geral e do Bloco de Esquerda, em particular, de travar a luta contra o fascismo e o racismo é maior e indispensável.

Face a este quadro o Bloco de Esquerda, no seu programa para as eleições europeias, defende explicitamente:

1. O direito de voto dos imigrantes;

# Manifesto Desobedecer à Europa da Austeridade

BRUNO MAIA  
CATARINA MARTINS  
FERNANDO ROSAS  
JOANA MORTÁGUA  
JORGE COSTA  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MANUEL PUREZA  
JOSÉ SOEIRO  
JOÃO SEMEDO  
MARIANA AIVECA  
MARISA MATIAS  
PEDRO FILIPE SOARES  
PEDRO SOARES  
RICARDO MOREIRA

2. A regularização de todos os imigrantes indocumentados;
3. A retirada de Portugal da Frontex;
4. O fecho dos centros de detenção;
5. A revogação da Directiva de Retorno;
6. A alteração das directivas do reagrupamento familiar, do trabalho e da “raça”
7. O fim de todos os instrumentos de perseguição aos imigrantes nomeadamente, o SIS (sistema integrado de informação de Schengen), a EUROPOL (Serviço Europeu de Policia), o CRATE (registo centralizado dos equipamentos de vigilância, um autêntico arsenal de guerra, entre aviões, helicópteros, navios, satélites e drones), o RABIT (Rapid Borders Intervention Teams, uma força de intervenção rápida), o FAST TRACK (registo electrónico das entradas e saídas de imigrantes), o ICONet (a rede de informação e de coordenação através da Internet dos fluxos migratórios), o EUROSUR (sistema de vigilância das fronteiras), o ESTA (sistema electrónico de autorização de viagens), o VIS (sistema integrado sobre os vistos) e o Eurodac (sistema de base de dados biométricos).

# Pela desobediência democrática face à União Europeia. Responder à austeridade com a unidade e a mobilização

ADELINO FORTUNATO  
ANDRÉ ANTUNES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANA SOFIA CORTES  
DANIEL BAPTISTA  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS MARTINS POTE  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MARIA TERESA DELGADO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
PAULO COIMBRA  
PEDRO REIS  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI ALBERTO

## 1. Lutar pelo estado social e pelos direitos dos trabalhadores

A actual conjuntura política na Europa (e no resto do mundo) é marcada por uma longa trajectória de crise do capitalismo, semelhante à dos anos 30 do século passado. Tal como em 1929, em 2007 desencadeou-se uma depressão que abalou os alicerces da economia mundial e abriu caminho a uma fase recessiva que se mantém nos dias de hoje. Porém, a envolvente subjectiva do momento presente é muito diferente: enquanto o primeiro caso se definia pela ascensão dos partidos comunistas e sindicatos de massas, pelo exemplo vivo e prestigiado da revolução russa de 1917 e pela pujança do marxismo como teoria crítica e guia da acção, o ciclo que vivemos é ainda marcado pela ressaca ideológica e pela reacção conservadora que se seguiu à queda do Muro de Berlim e ao desmantelamento da União Soviética.

Daqui decorrem consequências políticas da maior importância, nomeadamente de natureza táctica. A ofensiva brutal da política de austeridade, que as presentes regras do euro subentendem e estimulam, está a fazer-se num contexto de contenção do movimento de massas, remetido para uma atitude defensiva, cujo objectivo central é conservar conquistas e instituições associadas ao modelo de sociedade dominante no pós II Guerra Mundial (contratação colectiva e regimes de protecção do trabalho, escola pública, sistema público de pensões e de segurança social, serviço nacional de saúde), postos em causa pela reacção conservadora e pelas tentativas de contrariar a queda da taxa de lucro.

Por sua vez, a capacidade de resistência e de combate do movimento sindical foi significativamente esvaziada por muitos anos de política burocrática e por se ter revelado incapaz de integrar e transformar os principais agentes da nova realidade laboral – os precários e os desempregados - em força propulsora das lutas e da resistência.

O carácter específico da situação actual exprime-se no seguinte: por um lado, as dinâmicas atrás apontadas não exigiram até agora regimes políticos autoritários para serem concretizadas, diferentemente do que aconteceu na primeira metade do século XX; por outro lado, e como consequência disso, não houve até agora uma confrontação global, traduzida na decapitação e numa derrota histórica do movimento operário, que mantém em aberto um potencial combativo.

No entanto, tendências populistas de extrema-direita espreitam em efervescências de dimensão variável de país para país e ameaçam ganhar o descontentamento de muitas camadas da população atingidas pela crise. Não são apenas os desempregados, mas também as classes médias depauperadas pela austeridade que podem vacilar num momento em que não encontram uma saída plausível apontada pela iniciativa dos trabalhadores, nem outra forma de fazer sentir a sua impotência e a sua raiva. O apodrecimento da situação política e social só pode reforçar esta tendência.

Isto significa que as sociedades europeias estão a ser encaminhadas para uma reconversão que passa pela privatização e liberalização acentuadas, por um esquema mitigado de Estado Social articulado com o sector privado, pelo enfraquecimento da capacidade reivindicativa das massas trabalhadoras, pela atomização e precarização das relações de trabalho e pela imposição de um

# Pela desobediência democrática face à União Europeia. Responder à austeridade com a unidade e a mobilização

ADELINO FORTUNATO  
ANDRÉ ANTUNES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANA SOFIA CORTES  
DANIEL BAPTISTA  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS MARTINS POTE  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MARIA TERESA DELGADO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
PAULO COIMBRA  
PEDRO REIS  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI ALBERTO

modelo baseado na transferência histórica de rendimentos do trabalho para o capital. Tudo isto beneficiando da financeirização internacional no contexto de um mundo globalizado.

Este ciclo político, na Europa, apenas contrariado por acontecimentos relevantes na Grécia e por alguns actos desesperados noutros países, contrasta com as erupções de contestação que vão emergindo em várias partes do mundo. É, em primeiro lugar, o caso das poderosas mobilizações de massas que eclodiram em vários países do mundo Árabe, como é o caso da evolução de alguns países da América Latina, especialmente o Brasil. No entanto, no caso da Primavera Árabe, o impulso democrático acabou por se perder na intriga dos conflitos étnicos, religiosos e regionais, dando lugar a regimes bonapartistas apoiados no exército, que trataram de esvaziar o seu potencial anti-capitalista ou anti-imperialista. Quanto ao Brasil, mais de uma década de prosperidade económica e de reformas que promoveram melhorias do nível de vida de muitas camadas pobres da população, criaram expectativas de extensão dos direitos económicos, sociais e políticos, frustradas pela política recente do governo federal. Daí a ofensiva que colocou milhões de pessoas em conflito aberto com as autoridades e que está a forçar recuos tímidos.

## 2. Renegociar a dívida por imposição do devedor

Não é possível reflectir acerca dos constrangimentos políticos da sociedade portuguesa sem fazer referência explícita às actuais modalidades de inserção na União Europeia. O BE desde muito cedo adoptou aquilo que ficou designado por europeísmo de esquerda, evitando dessa forma isolar-se da onda de prestígio que a integração comunitária desencadeou na larga maioria da opinião pública. Essa postura tornou-se evidente, apesar das críticas, na forma como reagiu ao processo de adesão da economia portuguesa ao euro, num contexto em que a entrada no quadro da moeda única começou por significar a adopção de uma divisa forte e o acesso a taxas de juro mais baixas para o financiamento externo da dívida pública e privada.

Porém, a emergência da crise de 2007/9 mudou substancialmente o panorama político internacional. Em primeiro lugar, por que a crise das instituições financeiras, recheadas de activos tóxicos e em risco de falência, aliada aos mecanismos reforçados de financeirização da economia mundial e à debilidade estrutural das economias periféricas, geraram a crise das dívidas soberanas, com a conseqüente subida vertiginosa dos seus custos do financiamento externo. Em segundo lugar, a própria crise foi aproveitada com sucesso para aprofundar a reacção ideológica e política conservadora, que sustenta a maioria dos actuais governos dos países da União Europeia, e condenou a social-democracia à impotência e à capitulação, como vem acontecendo com Hollande em França, com o SPD na Alemanha e com todos os partidos social-democratas que integram coligações com a direita ou votaram o Tratado Orçamental e apoiaram acordos equivalentes.

A política de austeridade e as imposições dos credores em conjunto com o funcionamento das draconianas regras de mercado, acabaram por revelar cruamente o impacto de todas as incongruências de uma arquitectura institucional que nos foi retirando sem compensação os instrumentos

# Pela desobediência democrática face à União Europeia. Responder à austeridade com a unidade e a mobilização

ADELINO FORTUNATO

ANDRÉ ANTUNES

ANA LÚCIA MASSAS

ANA SOFIA CORTES

DANIEL BAPTISTA

EMÍLIA COSTA

HELENA FIGUEIREDO

HENRIQUE GUERREIRO

JOSÉ MANUEL BOAVIDA

LUÍS MARTINS POTE

LUÍS PEREIRA

MANUELA BARRETO NUNES

MARGARIDA SANTOS

MARIA JORGETE TEIXEIRA

MARIA JOSÉ VITORINO

MARIA TERESA DELGADO

MIGUEL SAMPAIO

NUNO SERRA

PAULO COIMBRA

PEDRO REIS

RICARDO GONÇALVES

ROSÁRIO VAZ

RUI ALBERTO

da política monetária e cambial e da política industrial, e nos condiciona fortemente a política orçamental. Apresentado pelos seus promotores como uma oportunidade de convergência estrutural e de níveis de desenvolvimento do espaço económico europeu, o mecanismo do euro, articulado com o estatuto do BCE, as regras liberais da concorrência, o peso da dívida e uma relação de forças política profundamente desfavorável, converteu-se num verdadeiro colete-de-forças e num símbolo de uma Europa que começa a ser odiada por uma porção crescente da opinião pública.

Aquilo que vinha sendo apontado como instrumento de superação dos conflitos geradores de várias guerras mundiais e de defesa de um certo modelo de consagração de direitos económicos, sociais e políticos, converteu-se num veículo para provocar a desagregação dos mecanismos de protecção social, a liberalização selvagem do mercado de trabalho, a privatização da sociedade e a criação de desigualdades e pobreza dentro de cada país. A ideia de reformar as instituições da União Europeia, nomeadamente o estatuto do BCE e as regras da concorrência, renegociar a dívida e mutualizá-la, bem como conquistar mecanismos compensatórios das perdas de instrumentos de política económica, passou a chocar cada vez mais com o muro intransponível da inércia de arranjos institucionais que foram especificamente criados para impor a actual orientação e que se revelam irreformáveis.

Daqui decorre que qualquer projecto de relançamento do nível de actividade económica e do emprego, que se pretende que seja ambientalmente sustentável e promova um modelo alternativo de utilização dos recursos, passa pela libertação do peso insuportável da dívida, nomeadamente do montante de juros que a oneram pesadamente por intermédio do serviço da dívida, e passa, em primeiro lugar, por uma renegociação da dívida conduzida pelo devedor (ou um afrontamento com a União Europeia) de consequências imprevisíveis. Na realidade a dívida é neste momento usada pela Troika, sob ameaça do corte de financiamento externo, para forçar uma alteração profunda na sociedade portuguesa, e é cada vez mais necessário inverter esta lógica colocando a iniciativa do lado do devedor empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de suspensão dos pagamentos se os credores não aceitarem uma renegociação profunda da dívida.

As consequências desta posição são várias e de alcance muito diverso. Mas, não é possível ocultar que este tipo de trajectória poderá desembocar numa atitude hostil das instituições europeias e na saída do euro, com implicações que só poderão ser assumidas por um governo preparado para aceitar esta solução e apoiado por uma opinião pública em consonância com ele. Por outro lado, o precedente de saída do euro de um país que o integra desde muito cedo, pode potenciar a onda nacionalista cavalgada pela extrema-direita neste momento, e criar uma dinâmica incontrolável que a esquerda terá dificuldade em conter na presente correlação de forças na Europa. A situação é delicada e nenhuma das alternativas está isenta de riscos (sendo que o menor de todos não é prosseguir o actual curso da política de austeridade e da destruição do Estado Social), e está em causa a gestão política de um processo de enorme complexidade.

# Pela desobediência democrática face à União Europeia. Responder à austeridade com a unidade e a mobilização

ADELINO FORTUNATO  
ANDRÉ ANTUNES  
ANA LÚCIA MASSAS  
ANA SOFIA CORTES  
DANIEL BAPTISTA  
EMÍLIA COSTA  
HELENA FIGUEIREDO  
HENRIQUE GUERREIRO  
JOSÉ MANUEL BOAVIDA  
LUÍS MARTINS POTE  
LUÍS PEREIRA  
MANUELA BARRETO NUNES  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA JORGETE TEIXEIRA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MARIA TERESA DELGADO  
MIGUEL SAMPAIO  
NUNO SERRA  
PAULO COIMBRA  
PEDRO REIS  
RICARDO GONÇALVES  
ROSÁRIO VAZ  
RUI ALBERTO

## 3. Por uma frente europeia congrua a austeridade

O actual curso da União Europeia é o resultado de um longo trajecto feito em conjunto por partidos de direita e partidos social-democratas. Passou pelo Tratado de Maastricht, pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, pelo Tratado de Lisboa, pela constituição do Frontex e, mais recentemente, pelo Tratado Orçamental e pelo Tratado Transatlântico. Todos eles, juntamente com as instituições criadas e as regras de funcionamento dominantes, resultam de uma relação de forças política e entre as classes sociais que se veio deteriorando ao longo das últimas décadas em desfavor dos trabalhadores.

Os ajustamentos económicos, políticos e sociais associados a este processo, ao colocarem a social-democracia em rota de colisão com o modelo europeu que ela própria ajudou a construir após a II Guerra Mundial, abriram uma crise que se vem exprimindo em cisões à esquerda e em movimentos sociais cuja dinâmica convém apreciar com atenção e dar alguma prioridade na acção. A especificidade da situação que vivemos não deixa espaço para a tradicional política social-democrata de intermediação dos conflitos sociais para os conter, face a uma austeridade implacável promovida pelos governos de direita que só pode ter como resposta o rompimento com quaisquer compromissos que impeçam a afirmação de uma verdadeira alternativa. A “austeridade expansionista”, para além de ser uma ficção sem sentido, é uma contradição nos seus próprios termos e a realidade do governo francês liderado por Hollande é a mais eloquente confirmação desta ideia. Hoje, mesmo correndo algum risco de simplificar em demasia, pode dizer-se que a vida política se divide entre os que estão a favor da austeridade (com todos os seus matizes e cambiantes) e os que estão contra.

A complexidade da situação actual exprime-se na necessidade articular os procedimentos de desobediência em relação às orientações da União Europeia em Portugal com o encorajamento que isso pode fornecer a outras forças políticas e sociais para que façam o mesmo noutros países. A construção de outra Europa, solidária e socialista, exige um empenho permanente na luta contra a integração conduzida pelo projecto neoliberal que acentuou a pobreza e a assimetria de desenvolvimento no seu interior. E a verdade é que qualquer tentativa, desejável, de restabelecer o controlo nacional de instrumentos básicos da política económica e social que permitam defender o Estado Social e os direitos dos trabalhadores de qualquer país, converter-se-á rapidamente num problema de dimensão europeia e internacional que poderá contribuir para relançar o movimento de massas e subverter os arranjos institucionais existentes.

Tudo isto significa que as eleições para o Parlamento Europeu poderiam ser também uma boa oportunidade para tentar contribuir para a inversão da relação de forças instituída, criando um movimento de dimensão internacional que agrupasse todos os que se declaram contra a austeridade sem ambiguidades, a favor de uma Europa com diferente configuração e disponíveis para encarar a unidade com outras forças políticas. Esse movimento, com contornos e formas de organização a definir, para além de poder ser um espaço de realinhamento de grupos, movimentos e personalidades, deveria ganhar a dimensão necessária para também alterar a relação de forças no seio da própria esquerda, apresentando-se a futuros actos eleitorais e disputando a liderança da mobilização de massas e das lutas.

# Pela desobediência democrática face à União Europeia. Responder à austeridade com a unidade e a mobilização

Tal processo, para além de ser um factor de encorajamento e de relançamento da iniciativa e da mobilização, poderia igualmente originar um novo instrumento de luta política capaz de conferir muito mais eficácia aos apelos a favor da unidade junto dos partidos de esquerda de massas em comparação com o que tem acontecido até agora. De facto, as necessárias abordagens junto do PS e do PCP, em momentos especialmente sensíveis da crise política que exigem respostas extravasando a nossa capacidade de influência, com o objectivo não só de impedir o avanço do projecto de ajustamento liderado pelos governos de direita, mas também de ganhar eco junto das bases daqueles partidos e provocar diferenciações e rupturas de esquerda, corre o risco de diluir a nossa mensagem se não partir de um interlocutor mais forte do que aquele que hoje é representado pelo Bloco de Esquerda. Este tipo de orientação está em conformidade com o apelo e as resoluções que saíram do último congresso do Partido da Esquerda Europeia, sufragados na generalidade, e o Bloco de Esquerda não teria nada a temer neste processo, pois seria sempre a única força política estabilizada e organizada, com um aparelho forte e uma estratégia bem definida, que permitiriam sempre manter o seu estatuto de liderança.

ADELINO FORTUNATO

ANDRÉ ANTUNES

ANA LÚCIA MASSAS

ANA SOFIA CORTES

DANIEL BAPTISTA

EMÍLIA COSTA

HELENA FIGUEIREDO

HENRIQUE GUERREIRO

JOSÉ MANUEL BOAVIDA

LUÍS MARTINS POTE

LUÍS PEREIRA

MANUELA BARRETO NUNES

MARGARIDA SANTOS

MARIA JORGETE TEIXEIRA

MARIA JOSÉ VITORINO

MARIA TERESA DELGADO

MIGUEL SAMPAIO

NUNO SERRA

PAULO COIMBRA

PEDRO REIS

RICARDO GONÇALVES

ROSÁRIO VAZ

RUI ALBERTO

# Recomeçar de Novo: um Bloco Anticapitalista contra a austeridade

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LINO ROMÃO  
LEONARDO SILVA  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

## 1 - A luta social e a crise política de Julho

A crise política de Julho de 2013 revelou-se até agora como o momento em que a hegemonia austeritária esteve mais perto de se quebrar.

Foram vários os fatores significativos para o desgaste e quase desagregação da coligação de direita: o acentuar da crise económica e social em resultado da execução do programa da troika, as decisões do Tribunal Constitucional, o falhanço de todas as metas orçamentais definidas pelo executivo, a descoordenação do governo, as desconfianças permanentes entre os parceiros da coligação, a incapacidade política e governativa presente em alguns ministérios. Mas, não fosse a intensificação da luta social durante este período – acentuando, ela própria, as contradições no seio do executivo – e todos aqueles fatores se revelariam inócuos face ao poder da hegemonia austeritária.

Esta intensificação traduziu-se nas maiores manifestações que Portugal conheceu depois do 25 de Abril (as duas manifestações do “Que Se Lixe a Troika”, 15 de Setembro de 2012 e 2 de Março de 2013, e a manifestação da CGTP de 29 de Setembro de 2012 no Terreiro do Paço) e na Greve Geral de 27 de Junho 2013 mas também em inúmeras greves e mobilizações sectoriais (médicos, enfermeiros, professores, funcionários públicos, sector da restauração, agricultores, etc.), outros sinais de descontentamento popular, nomeadamente nas galerias da Assembleia da República e as inúmeras “grandoladas” aos Ministros do Governo, naquilo que se traduziu numa autêntica e inovadora perseguição aos protagonistas da austeridade.

Ao contrário do que sucedera na Grécia em 2012, a burguesia nacional percebeu que a queda, em Julho, deste governo, dificultaria seriamente a concretização do seu projeto político e social em Portugal. Naquela altura, não era apenas o desmembramento do governo que se pretendia evitar, mas também o descalabro da política de austeridade e a percepção de que este tinha sido resultado da luta social.

Desta crise política é importante retirar a conclusão de que a hegemonia austeritária será derrotada quanto maior, mais duradouro e combativo for o movimento social de resistência às suas políticas. Embora seja uma conclusão considerada óbvia para alguns dos núcleos mais militantes de partidos e movimentos sociais, lutar pela sua divulgação e pela ideia de que só a mobilização social dificultará a recuperação de propostas austeritárias por qualquer outro governo, é fundamental para contrariar o estado de desânimo e a crença de que as manifestações e mobilizações são inúteis e incapazes de transformar a situação social.

Assistimos, depois desta crise governativa, a um reforço da hegemonia da direita em Portugal – situação a que não será alheia a subida galopante da emigração – e a um enfraquecimento das greves e paralisações sectoriais e nas mobilizações da CGTP e do QSLT. Isto apesar de um recrudescimento da conflitualidade social durante o período de discussão e aprovação do Orçamento de Estado 2014 – como são exemplos as greves dos transportes (CP, STCP, Carris, Metro de Lisboa), da Função Pública e ainda a manifestação das polícias nas escadarias da Assembleia da República e a mobilização em defesa da manutenção dos Estaleiros de Viana do Castelo.

# Recomeçar de Novo: um Bloco Anticapitalista contra a austeridade

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILLO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LINO ROMÃO  
LEONARDO SILVA  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

Para além disto, à boleia do esmagamento social que a austeridade implica surgem as agendas mais conservadoras. Na Europa assistimos a um preocupante recrudescimento das políticas anti-emigração e das regressões de direitos como é exemplo a lei anti-aborto no Estado Espanhol ou a questão da imposição do referendo à co-adoção e adoção por casais do mesmo sexo em Portugal.

## 2- O reforço temporário da hegemonia e a ilusão pós-troika

Assim, a manutenção do governo e a prossecução da sua agenda, o peso da derrota das mobilizações e os efeitos diretos e indiretos da crise nos movimentos anti-austeridade contribuíram para o período atual em que se vive um reforço da hegemonia austeritária.

Neste período, as ilusões sobre quaisquer possibilidades de refreamento da austeridade por parte do campo institucional desfizeram-se. O Presidente da República assume-se cada vez mais claramente como sendo o garante último das políticas da troika e o Tribunal Constitucional, apesar de considerar algumas propostas inconstitucionais, deixa passar por outra via propostas identicamente austeritárias.

Contudo, nem isto faz com que os ataques ao TC diminuam de intensidade. Tratando o TC como bode expiatório e força do bloqueio, a direita ataca sobretudo a Constituição mesmo que esta, depois de sete revisões constitucionais que a alteraram desfavoravelmente para as massas laboriosas, esteja hoje longe de constituir um embaraço ideológico a qualquer governação liberalizante.

A direita revela assim um problema com o próprio Estado de Direito Democrático e com os princípios fundadores do liberalismo político dos séculos XVIII e XIX (princípios da confiança, da proporcionalidade e da igualdade formal). Aliás, a relação de forças é-lhes de tal maneira favorável que tentarão tudo para constitucionalizar um limite para o défice da dívida pública, no sentido de, simultaneamente, reforçarem a sua legitimidade e limitarem ao mínimo a capacidade de resposta da classe trabalhadora.

Para além do mais, à medida que chega ao fim o primeiro período de imposição direta de austeridade pela troika, vai-se tentando impor a perceção de uma recuperação económica milagrosa e acena-se com a ilusão pós-troika: à saída da troika corresponderia um cenário de recuperação de soberania acompanhada com crescimento económico. Deste modo, o futuro pós-troika representa-se de modo contraditório como uma promessa de regresso ao nível de vida que se tinha declarado acima das nossas possibilidades e simultaneamente como a imposição do estado de exceção austeritário permanente que o impossibilita definitivamente.

Ao espetro da austeridade permanente, a esquerda tem respondido com dificuldades. No momento em que muitas esperanças se vira para o calendário eleitoral enquanto última fronteira possível para inverter a situação de descabro do país, as possibilidades de se produzir uma alternativa política anti-austeritária maioritária parecem escassas.

# Recomeçar de Novo: um Bloco Anticapitalista contra a austeridade

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LINO ROMÃO  
LEONARDO SILVA  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

O PS, esquecida a exigência de demissão do governo, parece viver num estado de hibernação política apostado em aguardar que o poder lhe caia nas mãos nas próximas legislativas. A esta inação e conformismo soma-se a continuidade do apoio ao memorando da troika e a tese da possibilidade de uma “austeridade light” que se mantém fiel ao mesmo social-liberalismo que foi minando o estado social e aprovando pacotes de austeridade que abriam as portas para a entrada da troika.

O PCP apesar de, fruto da sua coerência tática e estratégica e do seu controlo da luta de massas institucionalizada (via CGTP), ser a força política que melhor tem capitalizado o descontentamento, não deixou de ser o que sempre foi: uma organização política incapaz de compreender a força potencial dos movimentos sociais, que desconfia de todos eles, sobretudo, quando não os controla, e que, sempre que as circunstâncias lhe permitem, se coliga com o PSD nas mais diversas autarquias do país.

Entre partidos e movimentos sociais, as diferenças que se desenham no campo anti-austeritário e mesmo no campo anticapitalista chocam cada vez mais com o sentimento da urgência, manifestada por vezes de forma mais ou menos idealista ou mais ou menos oportunista, de uma unidade de esquerda. Fácil de enunciar e difícil de realizar, a concretização de uma frente social e política anti-austeridade é uma tarefa fundamental da direção de um partido anticapitalista.

Mas, apesar da relação de forças desfavorável em que a nossa ação política tem lugar atualmente, um partido anticapitalista tem também como tarefa não perder a esperança. Para isso é importante levantar os olhos para outros cenários: entender os sinais que nos chegam de outros países como a Itália, a França ou Estado Espanhol, olhar para as novas formas de mobilização e de participação política que se foram reinventando e que teimam em ressurgir.

## 3- Uma Europa solidária contra a crise

É este um dos problemas centrais com que o Bloco de Esquerda se depara nas próximas eleições europeias. Confrontado com propostas concretas de unidade, o pior que poderia acontecer ao BE seria transmitir a ideia de um partido fechado e enrincheirado, preocupado mais com manter um feudo eleitoral do que com resolver os problemas do país.

Todas as propostas de unidade devem, portanto, ser discutidas amplamente no interior do Bloco como fora dele. Devem ser discutidas com a consciência de que a urgência que se sente não se esgota nas eleições europeias e com a consciência que este momento não é um ponto de chegada mas poderá ser um ponto de partida.

Se o sectarismo não pode ser um obstáculo a este processo, a pressa incompreensível não o pode comprometer. Para lá dos slogans e da boa vontade, há a tarefa difícil de fazer a esquerda convergir sobre o que quer do país e da Europa. Para lá do sentimento de emergência, há a urgência de encontrar formas e agendas políticas anticapitalistas que não se limitem à cedência ao social-liberalismo o que, em tempo de austeridade esmagadora, comprometeria a médio prazo qualquer projeto na área da esquerda anticapitalista ou mesmo da social-democracia à esquerda do PS.

# Recomeçar de Novo: um Bloco Anticapitalista contra a austeridade

ALEX MATOS GOMES  
ALEXANDRE CUNHA  
ÂNGELA FERNANDES  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
EDUARDO GRELO  
ÉRICA POSTIÇO  
GRAÇA PACHECO  
HENRIQUE GIL  
HUGO FERREIRA  
INÊS GRILO  
INÊS SANTOS  
IRINA CASTRO  
JOÃO AZEVEDO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO COSME  
JOSÉ CORREIA  
JOSÉ GUERRA  
LINO ROMÃO  
LEONARDO SILVA  
MARIA EMÍLIA GOMES  
MARIA JOSÉ MARTINS  
MARIANA VIEIRA  
MARINA SILVA  
MIGUEL GUERREIRO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PEDRO SANTOS COSTA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SAMUEL CARDOSO  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SÉRGIO VITORINO  
ROBERTO ROBLES  
VASCO DIAS

A urgência de uma frente eleitoral não deve portanto ser colocada acima da urgência de encontrar pontes programáticas nem da urgência de reinventar os movimentos sociais e a contestação à austeridade. A hipótese estratégica da esquerda anticapitalista não se pode reduzir à possibilidade do PS mudar de natureza social e política que lhe permita participar num governo de esquerda. Acima de tudo, o eixo dos processos unitários deverá ser que não podem constituir-se como mecanismos de exclusão e de que só a luta social e a organização de classe poderá ditar o fim do austeritarismo.

Ao mesmo tempo que nestas eleições europeias se joga o futuro próximo de alguns processos de convergência à esquerda, também se decide sobre a sua importância. Estas eleições, para além de serem um momento possível de punição do atual governo, uma válvula de escape para o descontentamento, deverão ser um momento para clarificar o que une a esquerda, para aprofundar alternativas políticas à Europa merkelizada, para nos ligarmos com as esquerdas europeias e construir agendas sociais comuns, para mobilizar as forças necessárias para derrubar o governo e derrotar a burguesia austeritária.

A resposta anticapitalista à crise deverá ser internacionalista. Até porque precisamos de partir da ideia de que sem mudar a natureza do processo de convergência europeia liberalizante nenhum governo sobreviverá. Não haverá governos de esquerda sem movimentos sociais nacionais com possibilidade de mudar decisivamente a relação de forças entre trabalho e capital nem isolados das diversas esquerdas europeias que necessitam de se coordenar.

A resposta anticapitalista à crise deverá ser plural. O Partido da Esquerda Europeia tem, por intermédio do Syriza nomeadamente, protagonizado a resposta à austeridade. Porém, não esgota a esquerda na Europa. É necessário um processo alargado de debate e de unidade para com as diversas esquerdas.

## **3.1- Assim, recomendamos, no âmbito da II Conferência do Bloco de Esquerda, que:**

- se assuma que a resposta anticapitalista à crise é uma resposta europeia e não meramente nacional;

- se inicie um processo de diálogo internacional com forças políticas para além do Partido da Esquerda Europeia de forma a encontrar uma agenda comum europeia alargado integrando nomeadamente o Bildu basco, o NPA francês, a CUP catalã, o Left Unity britânico. entre outros;

- se conjugue as reivindicações democráticas (com ênfase muito forte na resposta à extrema-direita e na questão da imigração e não esquecendo a democratização real dos processos de decisão ao nível da União Europeia), com as reivindicações antiausteritárias e sociais que refundem a Europa política denunciando os Tratados de Maastricht e de Lisboa, o espaço Schengen, abulam a regra de ouro orçamental e as medidas liberais que têm sido o centro da política europeia, refundam o euro e reformem o BCE.

- se procurem convergências políticas anti-austeridade nas políticas europeias que não se dediquem exclusivamente aos processos eleitorais mas que se traduzam num impulso forte para as mobilizações necessárias à derrota da política da troika, que sejam convergências baseadas em processos participativos de base.

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

As próximas eleições europeias assumem uma dimensão inaudita no quadro político português. Nelas, provavelmente pela primeira vez, as relações de Portugal com a União Europeia, em geral, e com o Euro, em particular, deverão estar no centro da campanha. Há boas razões para isso. Sob o Memorando assinado com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu (além do Fundo Monetário Internacional), a política orçamental nacional passou a ser decidida a nível europeu. E este processo continuará, qualquer que seja o arranjo que se siga à vigência do Memorando.

Os constrangimentos europeus, que acompanharam a integração europeia nacional, foram acentuados após Maastricht: das regras do mercado interno europeu, que implicaram um processo de liberalização multidimensional e consequente sacrifício da política de crédito ou industrial, à perda da política monetária e cambial, passando pelos limites à política orçamental. Os fundos estruturais foram uma contrapartida relevante, do ponto de vista socioeconómico e político, ainda que claramente insuficiente, para esta perda de margem de manobra. A imposição política externa permanente, que entretanto se gerou, tornou o nosso país num protetorado em agudo empobrecimento: recessão permanente, desemprego recorde, agravamento das desigualdades e da pobreza.

Se é verdade que a Constituição proclama que Portugal é uma república soberana assente na democrática vontade popular, também o é que a base material dessa soberania – condição necessária da escolha democrática – foi esvaziada a partir do momento em que o país perdeu o essencial dos instrumentos de condução da política socioeconómica. Neste contexto estrutural, as forças de esquerda que operem no quadro das regras do jogo europeu em vigor estão condenadas à derrota permanente.

Face a este cenário, é pois necessária uma clarificação sobre as opções e alternativas de que o país dispõe na sua relação com a UE, procurando este texto contribuir para alterar os termos deste debate à esquerda: as próximas eleições europeias não deverão ser encaradas como mais uma oportunidade para difundirmos um suposto programa europeísta em Portugal, como é comum dizer-se, devendo antes ser assumidas como uma oportunidade para definir e afirmar um programa de defesa dos interesses e aspirações do povo português na Europa, trabalhando internacionalmente para que outras forças de esquerda façam o mesmo a partir dos seus países. Trata-se de elaborar um programa de libertação que envie um forte sinal de desobediência democrática à UE e às suas imposições, recusando de forma intransigente quaisquer perdas de soberania e, pelo contrário, apostando na reconquista de instrumentos de política entretanto perdidos.

Fazendo-o, estamos a confrontar diretamente as forças sociais internas que se opõem a qualquer projeto político progressista e emancipatório e cujas fontes de poder, que modificam em permanência a correlação de forças em desfavor das classes populares, estão hoje lá fora. Fazendo-o, estamos a confrontar diretamente uma aliança de forças sociais capitalistas e reacionárias, nacionais e estrangeiras. Fazendo-o, estamos a confrontar um processo de distribuição de recursos de baixo para cima e que se articula com um processo de distribuição de recursos de dentro para fora. Fazendo-o, estamos a fundir uma questão nacional politicamente potente – a da independência do país, que é a única forma de assegurar que os interesses da maioria dos que aqui vivem são respeitados –,

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

com a indeclinável questão social – a da manutenção e reforço de um Estado social que não sobrevive sem políticas económicas nacionais de pleno emprego, que não sobrevive sem instituições públicas, dos correios ao SNS, que criam uma comunidade de destino, o cimento de uma primeira pessoa do plural que é sempre o ingrediente de todas as grandes transformações socialistas.

A esquerda que abandone o combate pela fusão destas duas questões está a condenar-se a uma merecida irrelevância.

### Crise

Com o desencadear da crise financeira de 2007-08 e o consequente aumento do défice público em todas as economias envolvidas, a periferia europeia foi colocada numa posição insustentável. Os aumentos das necessidades externas de financiamento, conjugados com uma dívida externa que se foi acumulando ao longo de anos e com a ausência de soberania monetária, criaram as condições para instalar a desconfiança sobre a capacidade dos países da periferia europeia, como Portugal, conseguirem refinarçar e assegurar o serviço da sua dívida.

O que podia ter sido uma tradicional crise de balança de pagamentos, traduzida em especulação em torno da taxa de câmbio e eventual desvalorização, tornou-se, no contexto do Euro, numa crise de dívida pública, com os agentes financeiros a focarem a sua atenção num ativo maioritariamente detido por estrangeiros. O valor dos títulos de dívida pública destes países caiu e as taxas de juro implícitas aumentaram. Estados como o português perderam o financiamento de mercado que tinham promovido ativamente desde que, nos anos noventa, deixaram, por imposição europeia, de se poder financiar junto do seu Banco Central.

Contudo, se bem que o problema português fosse essencialmente de dívida externa privada, sobretudo bancária, os problemas no refinanciamento privado não se verificaram. A banca nacional, tendo também o seu financiamento de mercado bloqueado, pôde recorrer ao financiamento de emergência do BCE, algo que está vedado aos Estados. Os bancos portugueses estão hoje entre os bancos europeus mais dependentes deste financiamento.

Contrariamente à narrativa dominante no espaço público, sabemos hoje que a grave crise económica que Portugal atravessa, e que viu o desemprego atingir o dobro do máximo histórico anterior à adesão ao Euro, tem pouco ou nada que ver com um «viver acima das possibilidades» ou com a «irresponsabilidade orçamental». O problema maior da economia portuguesa foi, desde o final dos anos noventa, a sua progressiva perda de competitividade externa no quadro do Euro e a liberalização comercial e financeira promovida à escala continental pela integração europeia e aceite pelas elites nacionais.

Esta perda de competitividade traduziu-se num crescente desequilíbrio das contas externas, com défices permanentes. O centro europeu, pelo contrário, assistiu a crescentes excedentes externos, sobretudo visíveis no caso da Alemanha. Esta acumulação de défices por parte da economia nacional deu origem a uma das maiores dívidas externas do mundo e impôs uma significativa punção permanente de recursos nacionais que, se nada for feito, se prolongará indefinidamente no futuro.

O Memorando de Entendimento assinado com a Troika em 2011 criou então

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

os instrumentos de ingerência externa sem os quais a agenda neoliberal da maioria de direita não teria a força que tem hoje, conseguindo operar uma transformação profunda da economia e da sociedade: esmagamento do trabalho, sobretudo do organizado, crescente transferência de recursos para o sector financeiro e para os interesses rentistas, expansão do poder capitalista a todas as esferas da vida social e aumento do fosso das desigualdades.

Manter o jugo da dívida e a dependência de financiamento externo surge pois, de forma crescente, como condição necessária para prosseguir e legitimar essa agenda de reconfiguração das funções do Estado, comprometendo as bases de uma economia com futuro e degradando incessantemente a qualidade da própria democracia. É com esta dupla ofensiva que uma esquerda de combate tem, inevitavelmente, de se confrontar.

### Que futuro neste quadro?

A resposta europeia à crise tem seguido um guião claro e coerente: conceder empréstimos europeus aos Estados que perderam a confiança dos mercados, com a contrapartida de programas de austeridade que têm por objetivo garantir o serviço da dívida pública com o mínimo de perdas dos credores, ao mesmo tempo que a «desvalorização interna» gera uma quebra dos salários conseguida graças ao desemprego e à alteração das regras sociais e laborais.

A condicionalidade dos empréstimos, as revisões sucessivas do Memorando e o estabelecimento de regras gerais sobre política orçamental, como as inscritas no recente Tratado Orçamental Europeu, obedecem a este guião. A austeridade é o atual programa europeu de apoio à moeda única, que pode ser complementado por novos empréstimos à periferia e, eventualmente, com perdas marginais para os credores em casos de clara insustentabilidade financeira.

O equilíbrio orçamental como «regra de ouro» terá efeitos recessivos sobre a totalidade da economia europeia, deprimindo o consumo privado e o investimento. Mas enganam-se aqueles que pensam que austeridade permanente «é igual para todos». Ainda que os países da periferia consigam, com apoio europeu, financiar-se nos mercados e estabilizar o seu ritmo de endividamento, os efeitos da política orçamental europeia são claramente assimétricos, penalizando estes países por dois grandes motivos:

1. Com dívidas públicas que continuarão bem acima da média europeia e com taxas de juro de mercado necessariamente mais elevadas do que o resto da Europa, o custo do serviço da dívida será sempre muito mais gravoso nestes países, impondo a obtenção de extraordinários saldos primários. Estes saldos, em que o Estado arrecada mais do que gasta correntemente, equivalem à saída de recursos do país para o exterior. Neste quadro, a economia portuguesa terá sempre um pesado lastro sobre o seu desenvolvimento que impossibilita qualquer convergência com o resto da Europa.
2. Países com economias mais frágeis e com sectores informais mais alargados terão de fazer um esforço orçamental mais elevado do que as economias mais desenvolvidas, ainda que as metas nominais sejam as mesmas.

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

Assim, mesmo num quadro otimista, em que as economias europeia e mundial recuperam e em que a assistência financeira europeia continua (podendo envolver mesmo alguns custos para os países do centro em eventuais reestruturações da dívida pública), Portugal não poderá ambicionar a mais do que a estagnação depois do atual empobrecimento, quer devido ao permanente peso da dívida e do equilíbrio orçamental, quer devido à impossibilidade de o Estado poder agir na economia, respondendo às deficiências estruturais que estão na origem da crise.

O ajustamento externo, problema central da nossa economia, será sempre feito através do empobrecimento e da conseqüente diminuição de importações, e não por uma requalificação da economia portuguesa, capaz de assegurar a substituição de importações e de promover exportações de elevado conteúdo tecnológico. Isto é, as condições necessárias para instaurar uma trajetória de crescimento social e ecologicamente sustentável (reconversão energética, desenvolvimento de tecnologias verdes, promoção da eficiência energética, etc.) serão uma miragem cada vez mais distante.

### Que fazer deste país?

O diagnóstico em torno das causas da crise e do atual enquadramento europeu é essencial para se pensarem as alternativas à esquerda. Há cerca de dois anos, alguns de nós escreveram um documento em que se apresentavam as duas grandes alternativas ao dispor da esquerda na luta contra a crise europeia: a reconfiguração europeia ou a rutura com o Euro.<sup>1</sup> Estes continuam hoje a ser, à esquerda, os termos do debate de Portugal na Europa.

#### ***Reconfiguração europeia: lutar por dentro***

No primeiro caso, defende-se a mutualização da dívida através de euro-obrigações, o eventual perdão parcial de parte da dívida, o reforço do orçamento comunitário e das transferências para os países do Sul, a harmonização fiscal, a refundação do BCE, o aumento do peso do Banco Europeu de Investimento, a união bancária, etc. Este é um conjunto de propostas intelectualmente coerente, mas com dois problemas imbricados que são cada dia mais claros.

O primeiro diz respeito ao que pressupõe: maior integração europeia rumo a um modelo federal. A mutualização da dívida a nível europeu e um orçamento europeu que apoie a sua moeda implicam necessariamente um Tesouro Europeu, em suma um Ministério das Finanças, por dois motivos. Em primeiro lugar, a mutualização da dívida implica que toda a UE seja solidária nas garantias da dívida de cada país, sem limites financeiros pré-estabelecidos para a responsabilidade de cada país como hoje acontece no Mecanismo Europeu de Estabilidade. Só com recursos europeus (receitas fiscais europeias) é pois possível empreender uma mutualização da dívida bem-sucedida. Em segundo lugar, existe a necessidade de um orçamento europeu robusto: qualquer reforço que sirva para promoção da convergência real das economias europeias

1 - [http://debate-a.weebly.com/uploads/8/8/5/3/8853184/dez\\_ideias\\_bloco.pdf](http://debate-a.weebly.com/uploads/8/8/5/3/8853184/dez_ideias_bloco.pdf).

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

implica superar o atual e limitado modelo de transferências nacionais, em que o orçamento não pode incorrer em défice, passando para um modelo onde, novamente, a UE teria receitas próprias (impostos europeus) que geriria enquanto orçamento federal, podendo incorrer em défices. Em suma, este modelo implica um Tesouro europeu ou, mais simplesmente, um Ministério das Finanças europeu.

Se o passo federal é entendido com naturalidade por muitos à esquerda, aliado a um aprofundamento da democracia europeia (por exemplo, a emergência deste Tesouro do Parlamento Europeu), ele coloca dois problemas a pequenos países como Portugal.

Dados os diferenciais de desenvolvimento, desemprego, salários, modelos de Estado Social e a fraca identidade europeia, não pode ser expectável que países com pouco peso na UE tenham aí o poder e a autonomia suficientes para alavancar a sua mudança estrutural. As condições objetivas dos povos são diferentes e, não obstante os campos de luta comum, os seus interesses, traduzidos politicamente, também são diferentes, penalizando os países mais atrasados e com menos poder.

Por outro lado, dada a história recente da UE – e em particular da Zona Euro –, é uma ilusão política apostar determinada e prioritariamente num programa federal progressista. O modelo do mercado único, nos termos da ideologia neoliberal, constitui um traço matricial da construção europeia, que está estruturalmente no centro da sua ação e que se tem traduzido na imposição da austeridade permanente e numa profunda reorganização do seu poder interno favorável às suas grandes potências, em especial à Alemanha.

Todostemos a obrigação de saber que a lógica polarizadora do «desenvolvimento desigual e combinado» capitalista, e os seus efeitos materiais diferenciados nos ciclos políticos dos vários países do centro e das periferias, conjugada com as assimetrias cada vez mais cavadas de poder entre Estados, impõem a colocação da luta contra formas de tutela imperial na agenda dos desafios que se nos colocam, em particular na agenda dos periféricos e fracos elos desta cadeia.

A evolução política recente e a permanente e crescente divergência económica entre países implicam uma profunda consciencialização das dificuldades de um programa federalista que, sendo intelectualmente coerente, carece de bases económicas e sobretudo políticas para responder à urgência de uma crise socioeconómica sem paralelo nos países periféricos. De resto, temos também a obrigação de saber que um sistema federal, mesmo que politicamente possível, terá necessariamente que enfrentar um forte viés neoliberal favorável ao capital, dada a fraqueza dos laços que unem os povos europeus e que tornam qualquer processo redistributivo significativo numa miragem. Além do mais, mesmo que um tal processo redistributivo ocorresse, as experiências das regiões menos desenvolvidas em Estados federais impedem qualquer atitude mais otimista, dada a força das dinâmicas estruturais contrárias com que se deparam.

### ***Rutura com o Euro: desobediência democrática***

É hoje consensual à esquerda a necessidade de libertação do fardo da dívida pública para a prossecução de políticas públicas de promoção da coesão social e do crescimento económico. De facto, os recursos que o serviço da

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

dívida consome atualmente assumem uma magnitude que é comparável ao orçamento anual para a saúde ou educação.

No entanto, as propostas de renegociação da dívida das esquerdas continuam a ser feitas de forma genérica, sem um mapeamento claro e suficiente das opções e constrangimentos que essa escolha implica. Não negando a complexidade jurídica e económica que uma renegociação comporta, acreditamos que o seu carácter genérico se deve também a razões de natureza política.

De facto, uma renegociação liderada pelo devedor – distinta portanto da reestruturação que foi empreendida pela Troika e pelo Estado grego em 2011 – implica uma moratória sobre o serviço da dívida, que assinala uma posição de força do Estado português nessa negociação. E esse incumprimento tem consequências previsíveis: à imagem do que aconteceu aquando do chumbo do plano de resgate cipriota pelo seu parlamento, é provável que o BCE recuse o refinanciamento da banca portuguesa, que é condição essencial para o seu funcionamento. Ora, num tal quadro de recusa, só a recuperação da autonomia monetária pode evitar o colapso do sistema bancário português. Consequentemente, temos a obrigação de saber – e de tornar claro – que qualquer redução do fardo da dívida pública, enquanto ato soberano e democrático, implicará, em última instância e com elevadíssima probabilidade, a imposição da saída de Portugal do Euro.

Tal não significa, no entanto, que a saída do Euro seja um desenlace negativo. Pelo contrário, a saída do Euro apresenta-se como resposta consequente ao diagnóstico que fazemos da atual crise. Face aos desequilíbrios externos acumulados, traduzidos num brutal endividamento externo da economia portuguesa, a recuperação da soberania monetária constitui um passo essencial, ainda que não suficiente, para a superação da crise. Essencial não só a fim de proceder a uma desvalorização cambial promotora da competitividade-preço da produção nacional, mas sobretudo com vista à recuperação dos instrumentos necessários à prossecução de uma política por parte do Estado favorável aos trabalhadores e classes populares. Isto é, uma política que assente na capacidade de o Estado se financiar junto do seu Banco Central e na prossecução de uma política monetária e de controlo de capitais que penalize o rentismo e dinamize o investimento, com baixos juros reais e a libertação de recursos destinados à redinamização da economia nacional.

Tal opção não pode ser entendida como uma política de ganhos num jogo de soma nula, no qual os ganhos nacionais são simétricos face às perdas incorridas por outros países. Pelo contrário, a saída do euro, além de permitir o reequilíbrio externo da economia portuguesa, demonstrará, aos restantes povos europeus, a existência de alternativas de desenvolvimento promotoras da igualdade na economia e penalizadoras das elites dependentes do capital financeiro.

Sabemos que esta é uma opção com custos e riscos. A desvalorização cambial traduzir-se-á num aumento da inflação (por via da componente importada da despesa), no aumento real da dívida externa e em ruturas potenciais no sistema de pagamentos. Porém, estes problemas devem ser analisados friamente e na sua verdadeira dimensão.

Efetivamente, devido ao efeito da inflação, a desvalorização cambial conduzirá a uma perda real de capacidade aquisitiva dos rendimentos nacionais (incluindo dos rendimentos de capital – e não apenas dos salários e pensões, como tem

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

sido o caso na trajetória atual). No entanto, como a não muito longínqua história portuguesa demonstra, os ganhos ou perdas salariais reais num contexto inflacionista são determinados pela correlação das forças sociais nacionais e são sempre mais favoráveis do que na alternativa decorrente da desvalorização interna em curso, custosa em termos de desemprego e de lastro de reformas neoliberais. Sublinhamos, para que fique claro, que em tais circunstâncias os objectivos de reequilíbrio externo e de recuperação da parte dos salários no rendimento nacional não são contraditórios entre si: uma vez que a inflação provocada pela desvalorização é inferior em termos relativos à própria desvalorização, o alinhamento dos salários com a inflação esperada permitiria a manutenção do respetivo poder aquisitivo real sem que os ganhos de competitividade fossem anulados.

Outra preocupação, intimamente ligada à anterior, tem a ver com a desvalorização das poupanças, mas, também a este nível, tudo depende da política monetária adotada, nomeadamente no que se refere às taxas de juro. No atual contexto de sobre-endividamento privado, é desejável uma taxa de juro inferior à inflação que permita a redução real das dívidas dos atores privados e incentive o consumo e o investimento. A perda de valor dos ativos financeiros que isso implica decorrerá assim de uma escolha política mediada pela inflação, que favorecerá os devedores face aos credores – sendo entretanto possível e desejável implementar medidas que protejam os pequenos aforradores, de modo a que a penalização dos credores corresponda de forma mais perfeita a uma penalização do capital.

O problema do aumento real da dívida externa em termos reais é sem dúvida mais complicado do que os anteriores, uma vez que a esmagadora maioria da dívida externa foi contraída por privados (sobretudo a banca) e não pelo Estado. No entanto, esta dívida está hoje na prática socializada pelas instituições financeiras europeias através dos empréstimos do BCE à banca nacional. Nos casos em que a dívida externa não puder ser redenominada na nova moeda (o que depende do enquadramento legal dos diferentes contratos de dívida), o Estado português terá no seu Banco Central o instrumento de renegociação da dívida externa remanescente – englobando-a na renegociação da dívida pública –, já que foi através deste mesmo Banco Central que boa parte dessa dívida foi canalizada. Por outro lado, no caso das grandes empresas portuguesas que se endividaram diretamente no exterior, estas terão que proceder a um recentramento da sua atividade, vendendo os seus ativos externos para a pagar a sua dívida, no que poderá aliás traduzir-se num salutar retorno de atividade ao nosso país.

Finalmente, temos o problema das potenciais ruturas a nível do sistema de pagamentos. O cenário catastrófico, que importa evitar no contexto da saída do Euro, é a conjugação de uma crise de dívida, uma crise bancária e uma crise cambial. Se as duas primeiras podem e devem ser prevenidas através de uma ação imediata e eficaz em duas frentes (reestruturação da dívida e nacionalização do sistema bancário, financiado pela emissão de dívida na moeda nacional), a terceira, a crise cambial, coloca mais problemas, já que depende de variáveis não controladas pelo Estado. Todavia, uma reação imediata ao nível da conversão monetária (envolvendo dias de feriado bancário, tal como sucedeu no Chipre), a mobilização de garantias (como as reservas nacionais de ouro) no acesso às divisas externas e a imposição de controlos de capitais permitirão minimizar os riscos de uma desvalorização descontrolada da nova moeda

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

e ajudarão à estabilização do seu valor num espaço de tempo relativamente curto. Acresce que um tal processo de efetiva repressão financeira permitiria recolocar o sistema financeiro ao serviço das efetivas necessidades da economia portuguesa, quebrando o padrão rentista da acumulação da burguesia nacional e os constrangimentos impostos pelo capital financeiro internacional. De resto, sem controlos de capitais é impossível reconstruir uma cooperação monetária à escala europeia que permita gerir os ajustamentos cambiais necessários.

É importante frisar que a opção política pela saída do euro não pode ser confundida com aventureirismo, pois decorre da avaliação dos constrangimentos com que nos deparamos e dos passos necessários para a sua superação. Também não é uma proposta que decorra de raciocínios meramente económicos: pelo contrário, é uma proposta intrinsecamente política, que tem no seu âmago uma avaliação das perspectivas de evolução da relação de forças entre classes dentro e fora da UEM. E também não é uma proposta com objetivos ou princípios nacionalistas de fechamento, uma vez que considera o desmantelamento da UEM como uma condição necessária para o progresso das classes populares em toda a Europa – não apenas em Portugal –, podendo e devendo fazer-se acompanhar por novas modalidades progressistas de cooperação entre Estados, por uma nova declinação do europeísmo.

No entanto, sabemos que, no atual contexto, esta escolha é e será diabolizada, muitas vezes com vozes ativas e cumplicidade à esquerda. A desinformação sobre a saída do euro é permanente e tem evoluído à medida que vai sendo debelada: os combustíveis que encareciam 50%, as dívidas que ficavam em euros, as caixas multibanco que não funcionavam, o fim do comércio internacional, etc. É fundamental que desconstruamos estes mitos e falácias que tolhem a eficácia da ação política progressista e que percebamos claramente o essencial. Em primeiro lugar, a afirmação clara da disponibilidade para assumirmos a possibilidade de saída do Euro como consequência da imposição unilateral da libertação do jugo da dívida é uma arma negocial fundamental, de que a esquerda tem vindo erradamente a abdicar. Mais do que isso, a saída do Euro é, em si mesma, um elemento fundamental de qualquer estratégia política progressista e emancipatória, dado que a União Económica e Monetária foi, e é, o mecanismo que instaurou a divergência internacional permanente no seio da UE e que alterou decisivamente a relação de forças em desfavor dos trabalhadores e classes populares. Deve por isso ser assumida como objetivo instrumental claro da política progressista. E, finalmente, não devemos permanecer tolhidos pelo medo da incerteza que lhe está associada, pois essa incerteza não só é menor do que habitualmente é afirmado, como se contrapõe à certeza de uma trajetória permanente de empobrecimento nacional e de recuo dos trabalhadores e classes populares. Podemos afirmar com propriedade: o medo injustificado e ativamente promovido pelas forças conservadoras é atualmente o nosso pior inimigo.

## Conclusões

No atual contexto, sabemos que as contradições colocadas pela Zona Euro à periferia europeia não encontram em Portugal o seu expoente máximo. Todavia, tal constatação não deve traduzir-se em maior tibieza por parte da esquerda portuguesa. Pelo contrário, num quadro em que a diabolização da opção soberana tenderá a crescer no espaço público, até na proporção em que

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

a sua popularidade for crescendo, é decisivo que a esquerda nacional consiga construir uma robusta plataforma política soberana para o país que responda aos desafios políticos que se colocarão à União Europeia no futuro, sejam eles produto de uma correlação de forças sociais favorável em Portugal ou em qualquer outro país da periferia Europeia.

Uma Europa solidária de esquerda implica por isso a ativa mobilização contra uma integração europeia em cujo centro está a neoliberalização assimétrica do espaço europeu. Assim, a campanha de uma força de esquerda que queira ser portadora de um projeto de esperança para os que aqui vivem tem de saber articular três grandes linhas: desobediência e recusa das perdas passadas e futuras de soberania, porque quem manda aqui é o povo português; renegociação da dívida, porque esta foi o produto de uma integração disfuncional e constitui um fardo intolerável; e exigência de saída do Euro, porque é a única forma de recuperarmos os instrumentos de política sem os quais não existe a escolha de que é feita a soberania democrática.

### **Adenda, 24 de janeiro de 2014**

*Os desenvolvimentos ocorridos nos dois meses que passaram desde a divulgação deste guião obrigam-nos a acrescentar alguns breves elementos de reflexão, que, no entanto, não justificam alterações no documento que agora apresentamos para discussão na Conferência do Bloco de Esquerda: (1) realização do Congresso do Partido da Esquerda Europeia; (2) evolução da posição do BE sobre a questão nacional mais importante, a Europeia; e (3) exclusão de convergências à esquerda para as eleições europeias. Estes desenvolvimentos permitem-nos sublinhar mais concretamente as dificuldades da presente conjuntura e as contradições e os desacertos, táticos e estratégicos, da atual direção do BE.*

1. *Sem surpresa, o Congresso do Partido da Esquerda Europeia foi uma oportunidade perdida. A aposta numa mirífica reconfiguração europeia de recorte federalista que salve o Euro foi aprovada, ainda que com alguns acenos contraditórios à ideia da soberania dos povos. Apesar de todos os cuidados, a verdade é que se decidiu participar no que é reconhecidamente uma farsa federalista: a eleição para Presidente da Comissão Europeia, lançando a “candidatura” de Alexis Tsipras. É uma farsa porque, na realidade, o futuro Presidente da Comissão continuará a ser escolhido pelo Conselho Europeu e ainda bem que assim é. Se o Presidente fosse escolhido pelo Parlamento Europeu, os interesses dos pequenos países seriam ainda menos ouvidos, dado, entre outros fatores, o peso eleitoral dos grandes países. De resto, a leitura do documento aprovado é penosa: uma quadratura do círculo sem futuro ou sem importância, na melhor das hipóteses. Em vez de procurar salvar o Euro, a esquerda europeia teria feito melhor em seguir o apelo, entre outros, de Oskar Lafontaine, um dos fundadores do Die Linke (Partido da Esquerda alemão) e reconhecer no Euro a grande força da austeridade e do neoliberalismo, o grande adversário de qualquer projeto de cooperação monetária e económica entre Estados soberanos. Lafontaine sugere o desmantelamento organizado do Euro e a sua substituição por um sistema monetário de moedas ligadas entre si por uma moeda comum que permitisse, com controlos de capitais, reconstruir um sistema de câmbios fixos, mas ajustáveis por decisão política. Embora*

# Um guião político para as Europeias 2014

## Seguido de Adenda

ALEXANDRE ABREU  
JOÃO RODRIGUES  
NUNO TELES

- eivada de inúmeros problemas técnicos e políticos, entre os quais está o grau de coordenação política exigido à escala europeia, esta proposta teria pelo menos permitido articular melhor a desobediência com escala nacional com um horizonte europeísta. Esse não foi o caminho seguido. Oportunidade perdida, de facto.*
- 2. Em aparente contradição com o assentimento a este caminho europeu sem futuro, o BE tem vindo a registar uma assinalável mudança da sua posição à escala nacional, a que no fundo acaba por contar. De facto, desde o final do ano passado, têm vindo a fazer caminho as seguintes ideias: a desobediência democrática aos ditames europeus, a consciência, ainda que tímida, de que a reestruturação soberana da dívida, tal como é proposta, levaria à saída do Euro – “preparando o país para todas as consequências deste caminho” é a ambígua formulação proposta a 30 de novembro de 2013 pela Mesa Nacional. Esta viragem soberanista e democrática, ainda que insuficiente, deve ser valorizada e continuada. Na realidade, esta posição já estava em larga medida presente no documento do Congresso Democrático das Alternativas (CDA), “Resgatar Portugal para um Futuro Decente”, de 5 de Outubro de 2012.*
  - 3. Neste contexto, causa perplexidade que o BE, que tão empenhado esteve em movimentos unitários, tenha contribuído para impedir, invocando sobretudo receios de “diluição” do partido, um processo de convergência política, proposto pelo Manifesto 3D, para a constituição de uma lista abrangente às eleições europeias. Isto quando, do ponto de vista programático, todos os actores políticos relevantes tinham já convergido na posição do CDA, hoje, no fundo, a posição do BE. O BE vai então para estas eleições fragilizado e com uma imagem de fechamento, tendo perdido uma oportunidade para alargar o seu espaço, impedindo divisões eventualmente enfraquecedoras. Temos o pior dos dois mundos: nem programa de ruptura, nem frente de esquerda, sendo que não está sequer provado que estes mundos fossem antagónicos.*

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

## A Europa numa crise existencial, o papel crucial das forças alternativas e do partido da Esquerda Europeia

A Europa está a atravessar a pior crise da sua história desde os anos 30 e a Segunda Guerra Mundial. O projecto europeu, que prometia ser de paz e coesão social, está agora a ser transformado num pesadelo em que o único horizonte oferecido aos povos da Europa é uma regressão social brutal e generalizada. A Europa como um todo tem sido projectada para este turbilhão pela crise do sistema capitalista financeirizado, cujas consequências sociais e ecológicas atingiram a humanidade e o planeta com uma violência sem precedentes, bem como pela crise de uma concepção de União Europeia moldada por um modelo ultraliberal, sob a supervisão dos mercados financeiros.

A situação tornou-se insustentável para os povos da Europa. A austeridade e o autoritarismo são aplicados por toda a parte, com a mesma cegueira. Enquanto os bancos são resgatados, a despesa pública é sacrificada. Enquanto os impostos sobre as empresas são sistematicamente reduzidos, impostos injustos recaem sobre as populações. Os salários baixam, mas sobem os lucros das empresas e as desigualdades que os acompanham. Por causa da especulação, muitas famílias perderam as suas casas.

Continua a ser promovido o uso não-sustentável de recursos, nomeadamente através de modelos produtivistas na agricultura, pesca e pecuária, enquanto os pequenos agricultores e pescadores não têm do que viver e as alterações climáticas ameaçam a humanidade. Apesar de os nossos modos de pensar progredirem na direcção de uma maior igualdade, o que vemos é um aumento da exploração, violência e tráfico de mulheres. Enquanto cresce a aspiração a mais democracia, abundam as violações das nossas liberdades e a repressão. Quando a paz parece mais necessária do que nunca, os líderes europeus escolhem o caminho do atlantismo e das intervenções militares.

O caminho que a Europa está a percorrer conduz a um trágico impasse. Este caminho arrasta todo o continente para a recessão e leva a União Europeia para uma crise existencial. Para além das fronteiras da UE, todos os países europeus estão a viver uma turbulência política e social que irá configurar o continente para as próximas décadas. Os chefes de Estado e de governo europeus e todas as forças que têm dado apoio aos seus projectos nos parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu – a direita conservadora, os liberais, os social-democratas e os verdes, frequentemente em consenso – são altamente responsáveis por esta situação.

Hoje, têm de ser feitas escolhas cruciais para o futuro da Europa. Nem é possível manter o *status quo*, nem se pode fazer marcha atrás. Ou as escolhas actuais são mantidas, e então a UE reduzir-se-á progressivamente a uma espécie de conselho de gestão autoritário, causando mais e mais regressão social, ameaçando qualquer ideia de solidariedade e justiça europeia, ou então há um corte com esta linha de orientação e é encetado um outro projecto, baseado nos interesses dos povos e no respeito pela sua soberania, capaz de devolver sentido à integração Europeia.

Para nós, está fora de causa esperar pelo desmoronamento da União Europeia e pelos monstros que podem emergir dos seus escombros, como nos recusamos

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

também a promover soluções nacionalistas que ponham uns povos contra os outros. A Esquerda Europeia que representamos é internacionalista e está unida pela solidariedade. Lutamos por uma alternativa **socialista** para o século XXI, uma civilização libertada da exploração, da opressão e da violência capitalistas. O nosso ideal é não apenas o de uma distribuição da riqueza que respeite o trabalho, de um modelo de desenvolvimento económico e social avançado, mas também o da igualdade e dos direitos democráticos para todos os cidadãos europeus. É com este objectivo que lutamos por uma refundação da UE ou, por outras palavras, por uma nova definição dos seus objectivos, das suas políticas e estruturas, por um modelo económico, produtivo, social e ecológico totalmente diferente, baseado na solidariedade, na justiça social e na soberania popular.

Neste contexto, o Bloco de Esquerda e a Esquerda Europeia têm uma responsabilidade histórica, já que a crise na Europa está a afectar gravemente as sociedades e a potenciar enormes conflitos.

Por um lado, a regressão social e os constantes atropelos à democracia estão a aumentar as divisões quer entre os povos, quer no seio das próprias sociedades. Em vários países europeus estes factores estão a alimentar o crescimento de egoísmos nacionais e regionais e de visões populistas, comunitaristas, antifeministas ou fascistas e xenófobas.

Por outro lado, as lutas intensificam-se e forças de esquerda estão a fazer progressos. Muitas forças críticas estão hoje dispostas a construir uma frente europeia de esquerda alternativa capaz de vencer a crise e de construir uma cooperação regional à escala europeia, em benefício dos povos da Europa e do mundo como um todo, e nós queremos unir esforços com todas elas para conseguirmos uma verdadeira mudança na Europa.

Esta é a verdadeira razão de pertencermos ao partido da Esquerda Europeia. Na Esquerda Europeia reúnem-se organizações anticapitalistas, comunistas, socialistas, ecologistas, feministas e democratas, trabalhando no desenvolvimento de propostas, de acções e de espaços em que as ideias converjam. Esta é a nossa "marca", no meio de uma paisagem política dominada por forças que promovem o neoliberalismo e actuam ao serviço dos interesses do grande capital. O nosso objectivo é o de quebrar este consenso através da afirmação de uma força política alternativa, nas lutas como nas instituições.

Temos uma perspectiva abrangente do trabalho para a confluência das diferentes lutas populares ao nível europeu. Queremos abrir o caminho para que trabalhadores e cidadãos possam reconquistar o poder de decisão política, queremos construir uma verdadeira democracia política e económica que substitua o poder do capital financeiro.

## **Um dramático agravamento da crise na Europa: o falhanço de uma estrutura ultraliberal e das medidas de "austeridade"**

Estamos confrontados com uma crise do sistema capitalista que afecta todas as regiões do mundo, sem excepção. No entanto, a crise na UE tem uma natureza específica que está ligada à sua construção e às doutrinas neoliberais que têm sido zelosamente aplicadas desde 2008.

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

A UE foi construída com um modelo económico e monetário ao serviço da finança e dos países mais poderosos.

O objectivo dos Tratados europeus não é servir o povo, mas antes servir os mercados. Estes fundamentos tornam a coesão social e territorial impossível e impedem a satisfação das aspirações imediatas dos trabalhadores, a criação de emprego e a formação, bem como a emancipação humana em geral.

A ideologia neoliberal, dominante nesta fase do desenvolvimento capitalista, presidiu à construção da UE.

A promoção da desregulação do mercado e do sistema financeiro, a privatização de sectores estratégicos da economia, o lançamento de trabalhadores contra trabalhadores de forma a forçar a redução dos salários e das conquistas sociais, bem como as tarefas atribuídas ao Banco Central Europeu, ao serviço dos mercados e protegido de qualquer tipo de intervenção pública, conduziram à crise.

Esta é a razão fundamental pela qual o Euro está em crise. Desde que foi criada, a moeda única foi subordinada à dominação dos interesses financeiros. Em vez de colocar as somas avultadas disponíveis sobre a égide do BCE ao serviço do desenvolvimento social e ecológico e uma convergência de progresso para os povos, o Euro protegeu a rentabilidade dos investimentos financeiros mais poderosos. Uns países após outros foram forçados a implementar programas de ajustamento estrutural. E mais, quando estalou a crise de 2008, o BCE salvou os bancos e estrangulou os países mais fracos. Longe de construir a solidariedade, esta gestão do Euro aumentou as desigualdades em benefício do domínio alemão sobre a zona Euro. Um dos efeitos da situação é, de facto, um crescimento recorde das desigualdades dentro da Europa. A estrutura europeia é marcada por um desequilíbrio estrutural que favorece as exportações alemãs. A Esquerda considera essencial uma transformação profunda da Zona Euro, colocando-a ao serviço de uma visão da Europa baseada na solidariedade.

Desde 2008, não só esta crise tem sido gerida de acordo com os interesses capitalistas mais imediatos, como tem proporcionado uma oportunidade para acelerar reformas neoliberais de uma forma extremamente violenta. A catástrofe actual não é um “efeito não desejado” da crise, mas sim o resultado de um processo predatório destinado à socialização das perdas e à privatização de tudo o que possa gerar lucros.

Ao contrário dos argumentos dominantes, a origem da crise não é a má gestão por parte dos países do sul da Europa. Com a financeirização da economia mundial e a interdependência implícita que esta cria, a crise do “subprime” nos EUA criou uma onda de choque no sistema bancário mundial que afectou todas as economias do planeta. O mercado interbancário entrou em crise e os bancos registaram perdas recorde. A crise é, portanto, sistémica. Ao serviço da finança, os líderes nacionais da Europa procederam a recapitalizações massivas, transformando assim as dívidas

privadas dos bancos em dívidas públicas. Este é, então, o incrível feito dos neoliberais: socializaram as perdas e estão a fazer os povos pagar pela crise da finança.

A dívida tornou-se rapidamente a espada de Dâmocles suspensa sobre os Estados europeus. Invocando os insustentáveis critérios de Maastricht e através

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

dos chamados planos de “resgate” (“bail-outs”), que eram, na prática, planos de resgate dos bancos credores, iniciou-se uma chantagem inaceitável sobre a Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda, Itália e Chipre. A recusa em partilhar ou reestruturar as dívidas (com a excepção muito parcial da Grécia) predominou. O custo desta “ajuda” tem sido a imposição de memorandos de austeridade e reformas estruturais orientadas para as privatizações e a destruição dos serviços públicos, sistemas de protecção social e direitos dos trabalhadores. Por outras palavras, a crise tem sido uma oportunidade para os neoliberais forçarem a introdução das suas reformas com uma violência e uma velocidade escandalosas.

Resultado: uma recessão à escala Europeia e a total devastação das estruturas económicas dos países

Isto é particularmente visível na Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha, Itália e Chipre, bem como na maior parte dos países da Europa central e ocidental, onde a crise económica está a tornar-se uma crise humanitária, marcada pela pobreza generalizada, fome, malnutrição infantil e a reemergência de epidemias que pensávamos terem sido erradicadas. Países não-membros da UE também foram afectados. Em muitos países de leste, a situação dos trabalhadores e dos membros mais frágeis da sociedade degradou-se dramaticamente e a corrupção corrói todas as esferas da vida social. Os países mais pobres situam-se na Europa de leste: Moldávia, Ucrânia, Bulgária e Roménia. O desemprego jovem excede os 50% em alguns países e está a crescer rapidamente por toda a Europa. A emigração dos jovens qualificados e licenciados está a aumentar vertiginosamente. O desemprego ou o exílio: é esta a escolha que queremos oferecer aos nossos jovens?

As mulheres são especialmente afectadas pela crise, e concretamente pela crise na UE, em particular pelos cortes orçamentais, já que muitas mulheres trabalham no sector público e também porque, sendo as primeiras afectadas pelo trabalho familiar, precisam de bons serviços públicos e sociais. As dramáticas mudanças impostas pelas políticas de austeridade têm como objectivo minar e destruir o Estado Social, levando a um aumento do número de mulheres relegadas para salários baixos, para trabalhos mal pagos ou não pagos de todo, para a pobreza, com o aprofundamento das desigualdades entre homens e mulheres. Por exemplo, mulheres com crianças ou outras responsabilidades familiares estão a ser forçadas a regressar a papéis tradicionais como donas-de-casa, com menos direitos ou sem direitos, o que, por sua vez, reforça a submissão ao patriarcado. Em muitos países, a violência sobre as mulheres está a aumentar em proporções particularmente alarmantes.

## Sérios abusos autoritários estão a ameaçar a democracia

Perante a rejeição popular das suas escolhas políticas, aqueles que carregam o peso da responsabilidade, por terem convertido dívidas privadas em dívida pública, procuram a todo o custo evitar qualquer debate genuíno sobre alternativas e silenciar qualquer objecção.

Esta é a razão por detrás da recusa da Comissão Europeia de registar a proposta de Iniciativa Cidadã (para “*Criar um banco público Europeu exclusivamente dedicado*”

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

*a financiar investimentos orientados para o desenvolvimento social e a transição ecológica”, contornando os mercados financeiros graças a empréstimos de custo muito baixo do BCE) que foi apoiada pela Esquerda Europeia. Uma vez que esta proposta teria sido o primeiro passo num processo de intervenção de uma autoridade pública no sector financeiro, esta rejeição é um sinal claro de hostilidade às ideias de progresso social e solidariedade.*

As soberanias populares têm sido desprezadas pela centralização de poderes em instituições tecnocráticas executada pela “troika” (FMI, BCE e Comissão Europeia). Confrontados com sanções eleitorais, greves e movimentos de massas, os governos sobrevivem artificialmente através de grandes coligações de união técnica ou nacional, para continuarem a aplicar os memorandos. Rejeitam todas as mensagens políticas que são expressas pelos seus povos e provocam contínuas crises políticas.

Em todos os países em que há protestos de massa, os movimentos sociais são reprimidos, as liberdades sindicais são reduzidas, o pluralismo dos media é posto em causa e operações de propaganda visam desacreditar as forças de esquerda. O ressurgimento do anticomunismo, particularmente visível no leste, baseado na escandalosa amálgama entre comunismo, fascismo e nazismo, que visa desacreditar qualquer visão alternativa, completa esta estratégia que ameaça a democracia.

As instituições europeias são antidemocráticas e demasiado distantes das necessidades das pessoas. A verdadeira intervenção cidadã é simplesmente insuportável para os líderes da UE porque é incompatível com a sua visão de classe da integração europeia. Os poderes são confiscados aos cidadãos e aos seus representantes eleitos, em benefício de instituições tecnocráticas, como a Comissão Europeia, que são opacas e “protegidas” de qualquer escrutínio público. Estas instituições precisam de governos e parlamentos dóceis, e é por isso os parlamentos nacionais são excluídos de processos de decisão política, mesmo no que diz respeito a orçamentos, embora estes constituam uma das suas principais competências. Esta é também a razão por detrás do estrangulamento financeiro a que foram sujeitas as autoridades locais. Todos os votos dos cidadãos que rejeitaram claramente a construção neoliberal europeia foram desprezados, resultando numa crescente taxa de abstenção a cada eleição e uma profunda desconfiança, que se vêm manifestando fortemente há décadas.

A Europa está a colocar-se a si própria contra os povos de todo o mundo. Quando podia ser um instrumento poderoso para o co-desenvolvimento, a UE está a iniciar acordos de comércio livre que visam dominar as outras regiões do mundo. Confrontada com a migração económica, pela qual a Europa é em parte responsável, a sua escolha actual é a da “Europa fortaleza”, Frontex e os acordos Schengen, que rejeitam populações migrantes e até permitem que estas morram de forma miserável ou deixam-nas em autênticas áreas de detenção em que as leis não são aplicadas. A UE, ao alinhar-se com a NATO, não está a tentar construir a paz na cena internacional.

A austeridade leva a todo o tipo de abusos, acarreta invariavelmente regressão social e recessão, e ameaça a democracia. Não faz parte da solução. Está no centro do problema. Isto exige fracturas que só são possíveis se mudar o equilíbrio de forças na Europa.

## II Crise internacional: uma civilização em crise sistémica e global

A crise europeia é parte da crise internacional. A contradição entre capital e trabalho, capital e ecologia, capital e democracia, capital e desenvolvimento pacífico, capital e igualdade de género está a tornar-se cada vez mais visível. O capitalismo não pode ser humanizado.

Hoje em dia, a humanidade, como um todo, enfrenta novos desafios, que pedem novas respostas que vão para além do capitalismo e que permitam a emergência de um novo modelo de desenvolvimento:

- confrontando a crise sistémica das finanças internacionais,
- propondo um modelo económico alternativo para o crescimento desordenado, o produtivismo e a “competitividade”,
- respondendo aos desafios do desenvolvimento: combate à fome e à pobreza, respondendo à crise alimentar e energética e garantindo o acesso à água,
- respondendo à crise que afecta o ambiente, às alterações climáticas, às práticas insustentáveis que colocam em perigo a biodiversidade e o ecossistema: adoptando uma abordagem do crescimento que seja sustentável e ecológica,
- combatendo o imperialismo, o neocolonialismo e o poder das multinacionais, reforçando a solidariedade anti-imperialista para defender a paz, os direitos humanos e as liberdades, e promovendo uma abordagem de esquerda nas questões da emigração,
- promovendo valores de solidariedade face ao individualismo, à xenofobia e ao racismo,
- partilhando o poder, construindo uma democracia genuína que substitua o poder do capital, trazendo uma lufada de ar fresco para a arena pública pelo combate ao autoritarismo, ao anticomunismo e ao anti-socialismo.

As responsabilidades da Europa estendem-se para além das suas fronteiras. A existência de alianças regionais progressistas pode ser uma ferramenta no combate global. As nossas propostas de reformas para a UE deve ser vista no contexto de uma dimensão internacional da nossa luta pelo Socialismo. A Esquerda Europeia pretende implementar as batalhas políticas e as alianças necessárias para permitir a emergência de um novo modelo de desenvolvimento.

O mundo mudou consideravelmente nos últimos anos. A globalização, a revolução das tecnologias de informação e a emergência de novos poderes, como os países do BRIC, criaram novas condições para as lutas internacionais. A revolução informática oferece novas oportunidades de partilha, que não são apenas ferramentas de luta, mas ajudam-nos a vislumbrar a economia do futuro.

Entrámos num novo ciclo internacional de protesto que é movido pela indignação e pela luta contra os efeitos da crise. Na Europa e em Portugal, a

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

Esquerda deve assumir como seu fundamento esta luta pela democracia, pela justiça social, pelas liberdades individuais e colectivas e pela emancipação feminina, e todos os outros participantes nesta luta devem assumi-la como causa comum para uma frente comum.

Estas mobilizações populares e a crescente consciencialização de que o desenvolvimento deve respeitar os seres humanos e o planeta, estão em conflito com o pensamento capitalista do “velho mundo” e com os seus instrumentos de predação, guerra e dominação.

Os Estados Unidos e os seus aliados da NATO consideraram que “as guerras preventivas”, as intervenções militares “humanitárias”, o desenvolvimento das suas indústrias militares e dos seus sistemas de reconhecimento, eram meios para preservar o seu domínio e os seus interesses, particularmente no Médio Oriente.

Os actuais líderes da União Europeia começaram as negociações com os Estados Unidos e o Canadá com vista a criar um grande mercado transatlântico, em detrimento dos países emergentes. Este acordo, que irá afectar todos os sectores económicos, incluindo os mais estratégicos, pode devastar as economias dos Estados europeus e reduzir os direitos dos trabalhadores, bem como as normas sociais, ambientais e alimentares em ambos os continentes. Com negociações onde falta transparência, este projecto merece a nossa resistência. A Esquerda compromete-se a informar e alertar os cidadãos nacionais e europeus sobre este projecto, assim como a travar uma grande batalha política com o objectivo de o derrotar.

Paz e segurança para os povos é um dos principais objectivos da Esquerda Europeia, juntamente com a busca de uma nova ordem económica mundial, em oposição ao modelo neoliberal e neo-imperialista. Queremos que a guerra deixe de ser um instrumento de relações internacionais. Atribuir o Prémio Nobel da Paz à UE foi totalmente desadequado. Sob a tutela da NATO, a UE tem estado presente nos principais conflitos internacionais e apoiado as escolhas dos seus aliados imperialistas, em particular a política colonial beligerante de Israel na Palestina. No entanto, consideramos que a cooperação regional pode ser um instrumento na busca da paz, assumindo que isso pressupõe uma mudança de orientação, quer no território europeu - em particular pressionando a Turquia, que tem ocupado o Norte de Chipre ilegalmente desde 1974 - bem como internacionalmente, ao desempenhar o seu papel na ONU e assegurar o cumprimento da lei internacional. A UE pode ser um aliado substancial dos povos que lutam pela autodeterminação, particularmente pelo direito do povo Saharaui a organizar um referendo sobre a sua autodeterminação e pela descolonização do Sahara Ocidental. A UE e a comunidade internacional devem exigir proactivamente que o referendo seja efectuado assim que possível.

É indispensável o diálogo entre forças progressistas de todo o mundo sobre a questão de uma visão alternativa e sobre as lutas comuns. Neste sentido, a Esquerda Europeia procura firmar alianças relevantes.

— Com a América Latina: Embora o passado colonial e imperialista dê um cunho especial à relação com a América Latina, é facto que existem problemas similares dos dois lados do Atlântico. Na América Latina, diversos países tiveram de agir em resposta às políticas de ajustamento estrutural do FMI e conseguiram evitar tragédias graças a modelos políticos alternativos que dão

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

resposta às ambições socialistas de uma participação política avançada. Cuba, empenhada num processo de transformação, é um ponto de referência para a região e para as forças da Esquerda por todo o Mundo. Nós exigimos o fim do bloqueio desumano contra Cuba que tem estado em vigor nos últimos 50 anos, bem como a libertação dos “4”. Rejeitamos a *posição comum* da UE sobre Cuba. O processo de integração regional, com a ALBA, por exemplo -baseado na cooperação e em relações horizontais -que defende as ideias de solidariedade e progresso, é muito diferente do que temos na Europa. Temos muito a aprender com as experiências dos outros. Temos também muito para contribuir nos espaços que criámos em conjunto para inventar a cooperação internacional progressista do século XXI e enfrentarmos juntos os desafios que a humanidade enfrenta como um todo. A Esquerda Europeia deseja continuar a aprofundar a sua colaboração com o Fórum de São Paulo.

\_\_ No Mediterrâneo: As “revoluções” no mundo Árabe foram o catalisador para a onda de indignação global, em 2011. Demonstraram o poder da acção popular e foram uma fonte de esperança muito para além das suas fronteiras. Algumas pessoas pensam que o que aconteceu no mundo árabe desestabiliza a economia do petróleo, enfraquece os mecanismos de dominação imperialista na região e abre novas possibilidades para a luta do povo palestino. Estes processos revolucionários ainda não terminaram. Eles são sempre longos, não lineares e carregados de contradições políticas. O processo de diálogo entre forças progressistas da região -tradicional e novas -iniciado pela Esquerda Europeia em Palermo, em Outubro de 2012, e continuado em Túnis, no Fórum Social Mundial, é importante para dar força àqueles que lutam contra os planos da Europa capitalista e da NATO nesta região chave para os interesses imperialistas no mundo. O modo de actuação dos países ocidentais no Médio Oriente, no caso da Líbia, contra a Síria e interferindo no processo egípcio, reforça a importância crucial de um melhor entendimento e cooperação entre as forças políticas de esquerda das duas margens do Mediterrâneo.

A forma como o regime de Erdogan reprimiu o movimento popular, simbolizado pelos acontecimentos na Praça Taksim, bem como a manutenção da ocupação ilegal de Chipre e o seu papel em geral na região, são inaceitáveis. A Esquerda Europeia defende uma solução pacífica para o conflito, que respeite as resoluções da ONU, a democracia e os direitos dos trabalhadores na Turquia, bem como o reconhecimento dos direitos do povo curdo. Continuaremos a agir em favor do reconhecimento dos direitos do povo palestino a ter um Estado e reforçaremos as nossas acções num momento em que a colonização de Israel se intensificou perigosamente, desafiando a lei internacional.

\_\_ Com o continente africano: Tendo em vista o passado colonial e as novas formas de colonialismo exercido pelos países Europeus e pela UE por via de acordos internacionais, apoiamos os esforços da Esquerda Europeia em aprofundar o seu trabalho com as forças da Esquerda Africana.

\_\_ Com os BRIC: Consideramos crucial o papel crescente desempenhado pelos países do chamado BRIC na economia global e na política internacional. A Esquerda Europeia quer aprofundar o debate com as forças da esquerda destes países, da América Latina (Fórum Social de São Paulo) e África (Fórum da Nova Esquerda Africana), para clarificar as perspectivas sobre uma alternativa global à hegemonia do capitalismo neoliberal.

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

## Alterar o equilíbrio de forças na Europa

Vivemos num contexto em que a confiscação do poder e a destruição dos modelos sociais promovem o desenvolvimento da abstenção, do afastamento e da desconfiança dos cidadãos em relação à política e aos seus representantes.

O cenário político na Europa continua dominado pelas forças do consenso neoliberal, no entanto isto tende a modificar-se rapidamente.

As forças do consenso neoliberal estão no poder, mas o seu apoio incondicional ao Consenso de Washington, aos Tratados de Maastricht e de Lisboa e a forma autoritária como aplicam e implementam a austeridade leva a que essas forças sejam cada vez mais postas em cheque. Objectivamente, defendem os mesmos dogmas e isso é visível. Os casos de corrupção e os escândalos financeiros também contribuem para a sua perda de legitimidade.

Nesta Europa em crise, o desejo de mudança está a crescer, mas também o impulso oposto, o de fazer marcha atrás. As forças populistas e xenófobas da extrema-direita, algumas declaradamente fascistas ou neonazis, também estão em ascensão.

A questão chave é como abrir um caminho maioritário para uma agenda emancipatória criando reais perspectivas políticas para isso.

Neste contexto, a Esquerda Europeia, e o Bloco de Esquerda têm um papel crucial a desempenhar. Cidadãos, cidadãs e eleitores/as podem mudar as suas opiniões, mas só se uma alternativa à esquerda - conectada com uma significativa mobilização social - existir e crescer, quebrando o consenso neoliberal e evitando a ascensão do fascismo.

O nosso objectivo, enquanto forças progressistas e antifascistas, é ajudar os povos de Portugal e da Europa a vencer no mais intenso confronto de classes a que assistimos desde a crise financeira de 1929 e da Segunda Guerra Mundial.

Vemo-nos como um instrumento para ajudar todos/as aqueles/as que se empenham na luta contra a injustiça e a exploração. A nossa ambição continua a ser a criação de uma frente política e social contra a austeridade e a favor de alternativas. Nesse sentido o Bloco de Esquerda, consciente da necessidade de unidade das massas populares, apela a uma Frente Única de todas as forças anticapitalistas contra a Troika, a Austeridade e os Tratados Europeus estranguladores da vida do nosso povo, propondo um compromisso de um Programa Comum para um Governo de Esquerda, e uma frente eleitoral e social... O apelo a esta Frente de Esquerda deverá ser dirigido ao PCP, Verdes, Congresso Democrático das Alternativas, MAS, POUS, MRPP, etc. A estratégia política é quebrar a "alternância da governança do Centrão" e a hegemonia política da ex-social-democracia, como condição necessária para impor um Governo de Esquerda.

As lutas contra a austeridade e a favor da democracia vão progredindo, mas ainda de uma forma muito desigual. Apesar de a pressão sobre as classes trabalhadoras se fazer sentir por toda a Europa, a força e o alcance das lutas nacionais continuam muito diferentes de país para país, de acordo com a sua história, a sua cultura política e sindical e o equilíbrio de forças em presença. Esta enorme diversidade exige esforços significativos no sentido de um diálogo e um entendimento das diferentes situações.

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

Os conflitos existem em todos os países. Contudo, é no sul da Europa que a resistência é mais generalizada, com novas convergências entre trabalhadores precários e permanentes, entre os jovens e os mais idosos, entre o sector público e privado, em torno de plataformas políticas alternativas. Na Grécia, Espanha e Portugal um clima de luta e de convergência tem marcado os últimos 4 anos: greves maciças apoiadas pela população, movimentos sociais sectoriais lutando lado a lado com os indignados e os jovens que enfrentam a precariedade. Em muitos outros países, como a França, a Bélgica, a Itália e o Reino Unido, o potencial para a resistência é elevado. Nos países nórdicos, a esquerda está a lutar contra as tentativas de minar as conquistas do Estado Social. Na Europa de leste e nos Balcãs existem, contra todas previsões, movimentos populares fortes em defesa do poder de compra e do direito à energia, e a favor da democracia, contra as oligarquias e a corrupção.

Medidas foram tomadas no sentido de uma coordenação dessas lutas a nível europeu.

Considerando o nível europeu como elemento crítico da luta de classes, a coordenação das acções a nível local, nacional e europeu é crucial.

Durante a crise, algumas mudanças ocorreram dentro dos movimentos sociais. Iniciativas de coordenação e a procura de posições comuns e acções conjuntas das forças críticas estão a crescer dentro dos países e entre diferentes países da UE e da Europa. Apesar das grandes contradições que enfrenta, a Confederação Europeia de Sindicatos entrou, pela primeira vez, em confronto com a linha de orientação da UE: uma rejeição unânime do tratado orçamental e das políticas de austeridade, o apoio e apelos para a mobilização política.

Um passo em frente foi dado em 14 de Novembro de 2012: greves gerais coordenadas no sul, dias de mobilização interprofissional e acções de solidariedade em 23 países e milhares de cidades europeias.

## **Rumo a novas confluências de forças sociais e políticas a nível europeu?**

Esta é uma questão crucial: será a esquerda, com todas as suas componentes, capaz de superar as suas oposições históricas e os seus próprios limites, para resistir à ofensiva do capital e desenvolver uma visão comum para o futuro da Europa? Será que vamos ser capazes de construir um novo tipo de aliança que permita trabalho e acções comuns, ao mesmo tempo respeitando as culturas, os espaços e os papéis de cada um? O processo da Cimeira Alternativa (Alter Summit), que junta movimentos sociais e sindicais, ao decidir abrir o debate com as forças políticas, deu um grande passo em frente. O BE apoia os esforços da Esquerda Europeia, em procurar estabelecer uma frente europeia, e está empenhado em continuar esta aproximação e apoiar, no seu âmbito, o desenvolvimento deste tipo de processos.

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

## A vontade da esquerda de construir uma alternativa, uma esperança para a luta de classes na Europa

A ascensão das forças políticas alternativas também é desigual entre os países. Está frequentemente ligada à rejeição popular das medidas de austeridade. As forças que se identificam com as políticas da troika sofreram derrotas eleitorais. O discurso social-democrata do “compromisso” fica mais desacreditado quando o confronto de classes se torna mais renhido.

Há uma alternativa de esquerda que está a crescer. A sua característica principal é a clara oposição aos memorandos. Utilizando todos os meios à sua disposição, quer nos seus países, quer a nível europeu, os partidos membros da Esquerda Europeia e o Bloco de Esquerda, em particular, lutam para derrotar as políticas de austeridade. Quando a questão do poder se transformar numa realidade prática, isto incluirá a consideração da não-aplicação das políticas de austeridade e a recusa em aderir aos Tratados europeus.

Através da sua teoria e da sua prática, esta esquerda alternativa tentará a convergência e a cooperação com várias forças políticas. Onde o processo de recomposição política amadurece, onde essas forças são activas na luta e na solidariedade, onde propõem uma alternativa à austeridade e defendem a soberania popular, a esquerda cresce. No caso da Grécia, a progressão é fulgurante.

## A Esquerda Europeia em acção para reconstruir a Europa

Propostas alternativas para superar a crise:

### **1 – Foco no emprego e no desenvolvimento social, ecológico e solidário:**

- Produzir na Europa e produzir de forma diferente. Lançar uma dinâmica para a reapropriação pública dos sectores estratégicos, uma nova cooperação e inovação industrial para garantir emprego, um nível elevado de direitos para os trabalhadores e igualdade entre homens e mulheres no trabalho. Aplicar a transição ecológica de forma a respeitar os limites ecológicos de utilização dos recursos naturais e a justiça social.

- Defender e desenvolver os serviços públicos. Opomo-nos à privatização dos sistemas de saúde e educação, ou de qualquer outro serviço público, que conduz ao aumento das desigualdades. A educação não deve estar focada na competição e no individualismo, mas sim na cultura. As escolas têm que ser lugares de capacitação e de educação de cidadãos que lutem pelos seus direitos e não de pessoas submissas. Queremos desenvolver e reconstruir os sistemas de saúde pública, assegurando o acesso universal. A habitação, o acesso à água e à energia devem ser considerados direitos humanos fundamentais

- Garantir salário mínimo e pensões dignos. Reduzir o horário do trabalho sem reduzir o salário e sem aumentar a idade da reforma. Harmonizar por cima o nível dos salários e da protecção social. Cada país deve poder definir o seu aumento de salários e da protecção social.

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

- Actuar em prol da transição ecológica: promover acções contra as alterações climáticas, desenvolvendo as energias renováveis e combatendo o desperdício energético. Todos os passos no sentido do progresso social têm que ser dados com respeito pela natureza.

## **2 - Emancipação dos mercados financeiros: a economia ao serviço das pessoas**

- A crise da zona euro gerou debates sobre a moeda única, com propostas sobre a saída ou o desmantelamento do euro. Contudo, não incentivamos a saída do euro, acto este que, por si só, não irá conduzir automaticamente a políticas mais progressistas. Poderá até aumentar a competição entre os povos e criar uma explosão das dívidas soberanas através de uma prática de desvalorização concorrencial. Temos que transformar os instrumentos existentes em ferramentas de colaboração ao serviço dos povos. Uma transformação da zona euro deve colocar o enorme potencial de criação monetária na Europa ao serviço da redução das desigualdades, garantindo o financiamento público e um novo modelo de desenvolvimento social e ecológico. Isto envolve alterar o papel que tem tido a criação monetária na Europa, inclusive o papel, o estatuto e as tarefas do Banco Central Europeu e, mais genericamente, alterar o critério da utilização do dinheiro pelos bancos e pelos grandes grupos em toda a Europa.

- Entretanto, propomos continuar a organizar e dinamizar um processo de Iniciativa para uma Auditoria Cidadã sobre a dívida pública, em defesa da reestruturação e da abolição da sua parte ilegítima, juntamente com a revisão dos termos de pagamento como pré-requisito para regressarmos ao crescimento.

- Questionar a independência e a missão do Banco Central Europeu, bem como a actual arquitectura do euro e da sua governação. Colocar o BCE sob controlo democrático, autorizando-o a fazer empréstimos de última instância.

- Criação de um banco público europeu e centros bancários públicos nacionais para alterar os critérios de financiamento da economia real. O dinheiro não deve ser utilizado para a especulação, mas sim para a criação de emprego, para os serviços públicos, para produtos úteis e para a transição ecológica.

- Mudar o sistema fiscal, generalizando a taxação do capital nos vários países. Os ricos devem pagar a crise!

## **3 - Respeito pela soberania popular e pelo desenvolvimento democrático**

- A tarefa de reconstruir a Europa requer um processo capaz de avançar uma proposta de modelo alternativo como forma de lidar com a situação actual, onde os mecanismos para a adopção das decisões europeias têm que ser alterados através de procedimentos democráticos, mobilização e pressão social. Isto não deve entrar em conflito com as decisões nacionais, mas deve permitir a adopção de decisões ao nível europeu por um Parlamento Europeu com plenos poderes e autoridade.

- Reequilibrar o poder entre as instituições: o poder das assembleias eleitas a nível nacional e europeu. Deve ser efectuada uma transferência de poder da Comissão Europeia para os parlamentos nacionais e para o Parlamento Europeu.

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

- Desenvolver a acção popular e a democracia participativa nas instituições e nas empresas.
- Uma questão particular é a das novas tendências para o separatismo regional. Apoiando o reconhecimento dos direitos históricos dos povos, compreendemos quão complexas são estas questões e, conforme os territórios em questão, quão heterogéneas podem ser. Daí haver a necessidade de uma análise caso-a-caso e da garantia de um debate informado e de uma consulta democrática pacífica dos povos envolvidos.

## **4 - Paz e a cooperação entre povos**

- Dissolução da NATO, e entretanto, saída de Portugal da NATO; promoção do desarmamento e de actividades antiguerra, eliminação das bases militares estrangeiras no nosso território da EU.
- Novas relações económicas e comerciais com o resto do mundo – a segurança é construída a partir do desenvolvimento.
- Defesa dos valores da solidariedade, justiça e igualdade.
- Abolição dos acordos Schengen e Frontex.
- Recusa do grande mercado transatlântico.

## **Eleições europeias: unir uma frente contra a austeridade**

O BE atribui grande importância às eleições europeias de 2014. Face ao actual nível de abstenção e de revolta popular, vemos estas eleições como uma possibilidade para a politização em torno das questões europeias. Na actual composição, o Parlamento Europeu é dominado pelas forças do consenso liberal.

Há uma necessidade urgente de mudança política. Devemos fazer tudo o que pudermos para derrotar os responsáveis pela crise e pela degradação da situação. É por isso necessário reforçar a esquerda no Parlamento Europeu para aumentar o apoio a um projecto alternativo e às forças que o promovem, bem como divulgar esse projecto dentro do Parlamento e fora dele.

O GUE-NGL é o único grupo parlamentar capaz de representar a alternativa de esquerda no Parlamento Europeu, simultaneamente propondo outras opções políticas, como tem vindo a fazer, e estando também presente nas lutas, funcionando como porta-voz das reivindicações que nessas lutas se expressam.

Através desta campanha, a nossa ambição é criar as condições para uma coligação das forças que se opõem à austeridade e que procuram soluções progressistas para a crise. Nós sabemos que estas forças são numerosas, mas estão dispersas e não se alinham facilmente ao nível político. A Esquerda Europeia apela à promoção generalizada da construção de listas tão amplas quanto possível, incorporando os nossos aliados contra a austeridade e os nossos aliados por uma alternativa de esquerda. Propomos Alexis Tsipras para a Presidência da Comissão Europeia e apelamos a uma Frente Única Anticapitalista, conforme foi referido atrás.

## O futuro da Esquerda Europeia: um novo papel a ser reforçado

Desde o congresso de Paris, a Esquerda Europeia percorreu um longo

### 1 - Para uma nova hegemonia cultural:

Ainda há muito trabalho a fazer para tornar credível a proposta de inversão das políticas europeias. Isto é um objectivo prioritário do BE e da Esquerda Europeia que, para nós, significa construir uma saída de esquerda para a crise através da progressiva aglomeração de todas as forças necessárias. A nossa ambição deve ser, mais do que nunca, afirmar a nossa pertença à família política da Esquerda Europeia e fazer dela uma força credível a nível nacional e europeu.

A nossa estratégia assenta em três pilares:

a) Com vista a funcionarmos como um instrumento que apoie a confluência das actividades das esquerdas na Europa, um dos activos do partido europeu a que pertencemos é a solidariedade política que existe entre os seus membros e os observadores. Quando os seus partidos crescem, a Esquerda Europeia cresce com eles e quando caem, exercemos a nossa solidariedade. Nos próximos anos, queremos reforçar esta solidariedade e torná-la concreta e sistemática. Queremos reforçar-nos trabalhando juntos. De um ponto de vista político, isto significa: intensificar o nosso calendário de actividades conjuntas, com todas as forças políticas da Esquerda Europeia participar e impulsionar campanhas a nível europeu e promover uma informação e comunicação alternativa.

b) Gostaríamos de trabalhar com parlamentares europeus, nacionais e regionais dentro do quadro do *Parlacon*, mas também com partidos que não vão necessariamente aderir à Esquerda Europeia ou de países que não são membros da UE. Continuaremos também o trabalho de alargamento do partido e estabelecemos os seguintes objectivos: o fortalecimento das relações com os partidos do GUE-NGL que não são membros da Esquerda Europeia e com partidos políticos importantes de outros países, bem como a presença da Esquerda Europeia em todos os países europeus. Queremos realizar um trabalho significativo de “monitorização” de partidos emergentes, já que há uma série de países em que forças de esquerda estão a emergir, a evoluir ou a ser reformadas. Para construir uma frente europeia, expressão da aliança de forças sociais, sindicais, feministas, culturais, ambientais e políticas que se opõem às medidas anti-sociais de combate à crise e defendem alternativas ao serviço dos povos. Com a Cimeira Alternativa (Alter Summit) organizada em Bruxelas, com a sua participação nas lutas e no Encontro Europeu dos Movimentos Sociais (por exemplo, em Florença, em Novembro de 2012), com o seu envolvimento no processo do Alter Summit, a Esquerda Europeia ganhou visibilidade entre os movimentos sociais e o movimento sindical. Queremos aprofundar esta relação de confiança e de trabalho conjunto que, apesar de ainda frágil, já se começou a construir.

c) Conduzir actividades com cidadãos, desde o nível local até ao europeu. Embora a Iniciativa Cidadã Europeia tenha sido rejeitada pela Comissão, mantemos a nossa ambição de continuar com campanhas e iniciativas populares, dirigidas e criadas em conjunto com outros cidadãos europeus, e novas formas de envolvimento popular na vida política. O Bloco de Esquerda, enquanto componente activa da Esquerda Europeia exprime o seu compromisso para

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

promover e fortalecer as redes de solidariedade locais, nacionais e regionais, tais como formas práticas de sobrevivência para os cidadãos empobrecidos, mas também instrumentos que criem uma nova consciência colectiva contra a ortodoxia neoliberal do individualismo, do lucro e do consumismo.

## Conclusão: Por uma Europa Socialista

O BE concorre às europeias para:

- \_ pôr fim à Chantagem da Dívida, que tem servido de pretexto para impor austeridade, o autoritarismo e os ataques às liberdades democráticas;
- \_ combater o agravamento da exploração (redução dos salários e aumento dos horários de trabalho, reduções das reformas e pensões, aumentos brutais dos impostos, ataques aos serviços públicos e prestações sociais e na entrega de empresas públicas lucrativas aos capitalistas).
- \_ libertar os povos europeus das amarras do capitalismo e de uma construção europeia que bloqueia o desenvolvimento das regiões mais pobres e promove o agravamento das assimetrias regionais através de um conjunto de regras e tratados que constituem um colete-de-forças para as economias “periféricas”.

A esquerda anticapitalista é antimilitarista, defende a saída de Portugal da Nato e rejeita o pacto de cooperação transatlântica com os EUA.

A Esquerda Anticapitalista defende uma Europa aberta aos intercâmbios culturais e à imigração e respeita os direitos dos imigrantes

## Impedir mais ataques à Constituição e ao Estado Social

Sabemos que os regimes de Estado Democrático e Constitucional e de Estado Social, são os melhores regimes que podemos ter sob o Capitalismo, que a voracidade sem limites do Capital está sempre disposta a pôr em causa para aumentar a sua taxa de mais-valia e assim contrariar a tendência para a queda da taxa de lucro. Nesse sentido não hesitaremos em combater os ataques à Constituição, e em defender o Estado Social, estando conscientes que o tempo não volta para trás... sugerir que poderemos voltar a ter uma “Democracia Social” ao estilo nórdico sob regime capitalista é uma perigosa venda de ilusões nos tempos da austeridade permanente e sem fim.

## Uma falsa narrativa: os trabalhadores não devem nada aos capitalistas

Estamos conscientes que a dominação do Capital passa entre outras coisas por passar através da comunicação social uma versão mistificadora da realidade, uma falsa narrativa, acerca da Dívida Pública, segundo a qual os “portugueses” vivem acima das suas possibilidades, que o país não tem dinheiro para gastar “tanto” com os funcionários públicos, a saúde e a educação nem para salários e pensões tão altos... Na verdade foram a corrupção generalizada, os maus negócios, a acumulação de juros agiotes, a recapitalização da banca e a rápida

# Unamo-nos por uma Europa Socialista

LUÍS FILIPE PIRES

transformação de dívida privada em dívida pública que foram gerando esta dívida cada vez maior... que serve de instrumento de chantagem e garante uma renda cada vez maior aos detentores dos títulos de dívida... Os responsáveis da Troika vão ao ponto de afirmar que esta dívida cada vez maior é, sustentável porque o importante não são as metas do défice público e da dívida pública, mas que sejam feitos os ajustamentos necessários na economia.

A esquerda sabe que os trabalhadores, produtores de mais-valia, não devem nada ao Capital, antes pelo contrário, e que os títulos de dívida pública nas mãos dos banqueiros e capitalistas são activos líquidos, imediatamente transaccionáveis.

## Frente Única Anticapitalista para um Governo de Esquerda

O Bloco de Esquerda apela à união de todas as forças anticapitalistas contra a Troika, a Austeridade e os Tratados Europeus, propondo um compromisso para um Programa Comum para um Governo de Esquerda, e caso seja possível, uma frente eleitoral e social... O apelo a esta Frente de Esquerda deverá ser dirigido ao PCP, Verdes, Congresso Democrático das Alternativas, MAS, POUS, MRPP, etc. A estratégia política é quebrar a hegemonia política da ex-social-democracia, como condição necessária para impor um Governo de Esquerda.

## Um caminho para a reestruturação da dívida

— 1. A alternativa é entre Austeridade eterna para “tentar” pagar uma dívida que cresce sempre ou cancelar a dívida e impor de imediato uma moratória sobre a Dívida. Este será o primeiro passo de um Governo de Esquerda.

— 2. Nacionalização da Banca, para controlar o crédito, e os movimentos internacionais dos capitais.

— 3. Auditoria Cidadã à dívida a fim de detectar a Dívida Ilegítima (negócios “escuros” e PPP, benefícios fiscais ao Capital, fugas para paraísos fiscais, recapitalização dos bancos, dívida acumulada e gerada devido à própria crise e políticas recessivas, etc.)... Em consequência, a maior parte da Dívida será cancelada.

— 4. Nacionalização dos sectores estratégicos da economia, em particular as grandes empresas energéticas e de telecomunicações.

— 5. Repor os níveis de salários e pensões que existiam antes da “crise” e utilizar os recursos libertados para financiar uma política que promova o Emprego e o Desenvolvimento, através da reestruturação produtiva do país de acordo com as necessidades dos trabalhadores e com respeito pelo ambiente e pelo ordenamento do território. As áreas estratégicas essenciais à vida humana não são um negócio.

**A alternativa que se coloca à Esquerda Anticapitalista é entre ser cúmplice de uma Austeridade Eterna ou ir à raiz dos problemas e enfrentar o Capital. Entre a barbárie capitalista e o socialismo, estamos prontos para a luta toda.**

**parte 04**  
**textos opinião**  
**organização**

# Jovens do Bloco: Todos Juntos pela Luta Toda

ALEXANDRA RIBEIRO  
ALEXANDRE MATOS GOMES  
ALEXANDRE CARNEIRO  
ANA RITA BRITO  
ANDRÉ COSTA PINA  
ANDRÉ MOREIRA  
ANDRÉ REI  
ANDRÉ SANTOS  
ANTÓNIO GIL CUCU  
BRUNO GÓIS  
BRUNO PACHECO  
CATARINA MOURA  
CÍNTIA CARDOSO  
CLÁUDIO GASPARG  
DIOGO BARBOSA  
ÉRICA POSTIÇO  
FABIAN FIGUEIREDO  
FILIPA GONÇALVES  
GONÇALO FERREIRA  
GONÇALO MOTA  
HELENA PAIXÃO  
HUGO FERREIRA  
INÉS AVELÃS NUNES  
INÉS BOM  
INÉS GRILO  
INÉS SANTOS  
ISABEL PIRES  
JOÃO COSME  
JOÃO CURVÊLO  
JOÃO MANSO  
JOÃO PEDRO OLIVEIRA  
JOÃO PEDRO SANTOS  
JORGE SANTOS  
LAURA DIOGO  
LEONARDO COSTA  
LEONARDO TORRES  
LÍDIA PEREIRA RODRIGUES  
LUÍS MONTEIRO  
LUÍSA SILVA GOMES  
MADALENA FERREIRA  
MARIANA MORTÁGUA  
MARIANA PINHO  
MOISÉS FERREIRA  
NATACHA FERREIRA  
PEDRO ALVES  
PEDRO AZEVEDO  
PEDRO ISIDRO SOARES  
RODRIGO GONÇALVES  
RUI MORGADO  
RUTE SIMÃO  
SARA SCHUH  
SARA GOMES  
SARA SANTOS  
SARA SIMÕES  
TIAGO ACÚRCIO

Há cerca de quatro anos, a Coordenadora de Jovens do Bloco de Esquerda sofreu uma alteração estatutária e transformou-se em Coordenadora de Jovens Estudantes. Desde o último mandato foi abolida a idade, passando a existir como único critério de participação e eleição o facto de se ser estudante. Propomos, com este texto, uma reflexão profunda sobre o modelo mais adequado à realidade social que hoje se vive no país. A crise que hoje vivemos assolou as escolas e universidades. Precarizou a vida dos estudantes que se viram, em muitas situações, obrigados a abandonar os ensinos superior e secundário. Não podemos insistir num modelo de Coordenadora que não é capaz de dar resposta ao povo de esquerda, aos setores mais jovens da sociedade que mais sentem esta crise.

A Coordenadora de Estudantes, na verdade, continuou sempre a desenvolver um trabalho que extravasa em larga medida as questões estudantis. Os dois grandes exemplos desta realidade prendem-se com o facto de ser a Coordenadora de Estudantes a organizar o Acampamento Liberdade e o Fórum Inconformação, sendo ambos espaços de formação política direcionados para um setor, em geral, jovem e não apenas estudantil.

Outro dos problemas prende-se com o facto de, apesar de existir uma Coordenadora Nacional de Estudantes, ao nível concelhio e em muitos casos distrital, os militantes continuam a organizar-se em núcleos de jovens, muitos dos quais informais. Estes núcleos não conhecem hoje uma ligação política a um órgão central que coordene realmente esse trabalho. Mesmo nos casos em que foram eleitas coordenadoras distritais de estudantes, esses órgãos continuam a desenvolver uma série de atividades que não se confinam somente às questões de âmbito estudantil. Um exemplo disso são as festas, debates e espaços de formação (como é o caso do Marxismo da Gaveta para Fora) que estes espaços organizam. Este modelo não se refletiu num rejuvenescimento efetivo das estruturas locais do Bloco.

Algumas das nossas principais bandeiras são a luta contra as propinas, a igualdade no acesso ao ensino superior, ao combate por mais financiamento de bolsas e o seu pagamento a tempo e horas. Incoerentemente, este modelo de organização sectorial nega, no seu conceito, a eleição para cargos de direção tod@s aquel@s que hoje não estudam, em grande parte pelas razões que nos propomos a combater. Embora se possa argumentar que qualquer ativista do BE possa participar em qualquer área de intervenção social, a verdade é que este modelo não integra aqueles que hoje não podem estudar.

Não podemos insistir num modelo de Coordenadora que não é capaz de dar resposta ao povo de esquerda, aos setores mais jovens da sociedade que mais sentem esta crise. Estagnou burocraticamente parte do ativismo que existia. No entanto, não propomos uma Coordenadora de Jovens que não faça este trabalho nem tampouco propomos um regresso ao passado. Defendemos, sim, a abertura da discussão sobre um modelo mais amplo, inclusivo e democrático, onde o ativismo não se esgota nas matérias estudantis nem essas perdem espaço de discussão e relevância política. Uma Coordenadora que seja capaz de incluir e articular entre si ativismo vários, desde a precariedade aos direitos dos animais, da educação à investigação, do trabalho local à sustentabilidade, sem esquecer as questões feministas e LGBT. Com certeza, dando a importância necessária ao sector estudantil, mas voltando esforço para uma ampla parte dos militantes e da população mais jovem, que já não consegue estudar e é precária.

# Acerca da organização concelhia

CARLOS SILVA  
PAULINA ESTEVES  
GONÇALO FERRÃO  
LUÍS CASTRO  
JOSÉ LUÍS PISSARRO  
SARA MAGALHÃES  
INÊS RIBEIRO  
FLORIVAL CORDEIRO,  
AMÉRICO FIRMINO  
MARIA MORAIS  
SÃO MORAIS

Em harmonia com os princípios expressos nos estatutos do BE vêm os/as subscritores/as apresentar as seguintes propostas, sem prejuízo das normas estatutárias já existentes e de outros contributos que sejam propostos:

1. Na fase em que nos encontramos, a organização concelhia deve ser assumida como a instância fundamental da **organização local** (ou territorial).

2. Esta orientação deverá traduzir-se no acentuar do papel das **comissões coordenadoras concelhias** que assumirão as seguintes funções:

2.1 Transmissão e implementação de informações e orientações provenientes de estruturas nacionais e distritais, mas também em sentido inverso, deve ser sua incumbência a transmissão aos órgãos distritais e nacionais das informações, das análises e das propostas apuradas democraticamente nas organizações concelhias.

2.2 Esta troca de informações, análises e solicitações deve realizar-se de forma bidirecional por esse facto representar a coexistência de duas agendas políticas complementares: Uma feita dos problemas, questões e projetos locais e outra nacional. Sem a existência de uma agenda local consistente, reveladora de conhecimento da realidade local e que responda às necessidades do/a cidadão/ã residente, este não confiará o seu apoio e o seu voto. A esta proposta subjaz o entendimento de que as análises de âmbito local e de âmbito nacional interdependem e se completam mutuamente.

2.3 Dinamização das atividades do Movimento no concelho incluindo:

- Constituição de uma agenda local que vá ao encontro das necessidades da população e sua divulgação;
- Coordenação dos diversos vetores do trabalho concelhio;
- Comunicação direta e indireta com a população local;
- Mobilização dos/as militantes e a sua integração na estrutura e no trabalho, incluindo o recrutamento e a incorporação de novos aderentes;
- Representação do Bloco junto das instituições locais;
- Divulgação das tomadas de posição do Bloco a nível local, através da comunicação social e da web;
- Acionar os mecanismos de difusão e de fluxo de comunicação nos órgãos de comunicação formais dentro do BE.

2.4 Outra vertente da atividade a promover pelas concelhias é a coordenação do trabalho a desenvolver pelos/as autarcas eleitos/as em cada concelho, garantindo:

- Bons níveis de uniformidade de tomadas de posição a nível dos órgãos municipais e de freguesia,
- A realização regular de reuniões de trabalho para esse efeito assim como - caso o entenda necessário - a criação, dinamização e coordenação de um grupo de trabalho (GRUPO AUTÁRQUICO CONCELHIO) que assegure as funções de:
  - troca de informação entre autarcas concelhios,
  - definição de estratégias e agendas comuns de atuação,
  - articulação de esforços,
  - formação e autoformação,
  - levantamento do trabalho efetuado para reporte às instâncias de coordenação.

3. Para assegurar uma conexão sólida e regular entre as estruturas locais, nacionais e intermédias (distritais) devem ser criadas/escolhidos nestes três níveis de organização, responsáveis ou ser criados organismos cuja função seja a de assegurar a ligação permanente ou regular entre si dos diferentes níveis da organização, assim como responder às suas solicitações, informações e propostas, formalmente apresentadas. Não promover esta regular troca de sinais em ambos os sentidos seria condenar a organização em geral e em particular a direção do movimento a uma espécie de autismo em que seria privada de sinais políticos das várias áreas geográficas em que se estende o Movimento, remetendo-o para um conceito organizacional esvaziado do contributo participativo de todos os seus aderentes e privando-o de informação útil de muitos e muitas aderentes de todo o país e de todas as áreas de atividade.

# Mulheres: a única maioria social tratada como minoria

ADA PEREIRA DA SILVA  
ALBERTINA PENA  
AMARÍLIS FELIZES  
ANA BÁRBARA PEDROSA  
ANA CAMPOS  
ANA FEIJÃO  
ANDREA PENICHE  
ADRIANA LOPERA  
BRUNO GÓIS  
CATARINA PRÍNCIPE  
CECÍLIA HONÓRIO  
CRISTINA ANDRADE  
CONCEIÇÃO NOGUEIRA  
DINA NUNES  
FERNANDO JOÃO FARIA  
FILIPA GONÇALVES  
GUSTAVO BEHR  
HUGO EVANGELISTA  
INÊS RIBEIRO  
INÊS TAVARES  
IRINA CASTRO  
JOÃO MINEIRO  
JOANA LOUÇÃ  
JOANA MORTÁGUA  
JOSÉ FALCÃO  
JOSÉ MANUEL REIS  
MARCO MARQUES  
MARIANA AIVECA  
MARIANA MORTÁGUA  
MIGUEL HELENO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PAULA SEQUEIROS  
RICARDO ROBLES  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO VICENTE  
RITA GORGULHO  
RUI ANTUNES  
RUI MAIA  
SARA ROCHA  
SOFIA ROQUE

A abrangência da proposta política do Bloco de Esquerda reclama um olhar social atento, capaz de perceber a complexidade e a diversidade que compõem a sociedade. Só um olhar abrangente, que não tome a parte mais forte das relações sociais como referente, poderá ser capaz de engendrar políticas públicas justas e que respondam à diversidade social e cultural.

As mulheres são a única maioria social tratada como minoria. Reclamar um olhar capaz de vencer a cegueira de género é, primeiro, uma questão de justiça elementar e, segundo, uma condição fundamental para compreender a sociedade na sua globalidade e diversidade. Ao nível da proposta política, o feminismo pode contribuir e constituir-se como grelha de leitura e análise social a dois níveis fundamentais: justiça redistributiva e justiça cultural.

A classe trabalhadora tem dois sexos. Percebê-la como uma totalidade indiferenciada trunca a realidade. Em Portugal, as mulheres ganham, em média, menos 18% do que os homens, o que significa que, para acederem a um rendimento igual, teriam que trabalhar mais 65 dias por ano. Apesar de estar em mudança, o mercado de trabalho continua segregado.

O emprego feminino é encarado como um prolongamento das responsabilidades familiares das mulheres. Apesar de cerca de 60% da população licenciada ser feminina, apenas 6% dos lugares de liderança nas empresas portuguesas são ocupados por mulheres (contra 14% de média europeia). A progressão nas carreiras profissionais e o acesso à liderança são, além do mais, encarados como exceção, vistos como não naturais.

Este diagnóstico permite-nos perceber que há efetivamente desigualdade ao nível do emprego que se repercutirá ao nível da proteção social. Esta desigualdade económica tem raízes culturais que a perpetuam. Os salários são mais baixos porque o trabalho remunerado das mulheres continua a ser olhado como complementar ao salário dos homens no provimento das necessidades familiares.

Parte destas dificuldades tem a ver com os modos de organização familiar: a partilha equitativa das tarefas domésticas e do cuidar são uma miragem, o que coloca as mulheres perante a chantagem da escolha entre uma carreira profissional e a família, além de as sobrecarregar com uma dupla jornada de trabalho. Este dilema quase não existe para os homens, para os quais a progressão na carreira é encarada como linear e natural.

A austeridade enquanto estratégia de (re)engenharia social reforça este modelo. Os cortes transversais nos serviços públicos, o desemprego e a recente pressão conservadora para contrariar o declínio demográfico empurram as mulheres para casa. Os direitos conquistados encontram-se sob ataque como se verifica no Estado Espanhol onde a ameaça de brutais retrocessos na lei do aborto chama pela nossa solidariedade mas expõe também as debilidades da nossa organização.

Enquanto as mulheres não forem encaradas como seres humanos plenos e não como seres de relação, isto é, pessoas que devem o seu acesso à cidadania ao facto de serem (potencialmente) mães, não haverá justiça, nem económica nem epistemológica e cultural. Perceber como estas dimensões se articulam é fundamental para forjar a igualdade. Perceber estas intrincadas relações é fundamental para perceber as matizes da desigualdade e da injustiça.

Tal como as mulheres, o feminismo também não pode ser adorno da esquerda. Por isso reclamamos ao Bloco que a sua reflexão e intervenção políticas incluam esta matriz feminista, não só nos discursos mas também nas práticas internas do partido.

Truncar a realidade é, para nós, subverter o projeto de igualdade.

## Valorizar e organizar a luta feminista no Bloco

ADA PEREIRA DA SILVA  
ALBERTINA PENA  
AMARÍLIS FELIZES  
ANA BÁRBARA PEDROSA  
ANA CAMPOS  
ANA FEIJÃO  
ANDREA PENICHE  
ADRIANA LOPERA  
BRUNO GÓIS  
CATARINA PRÍNCIPE  
CECÍLIA HONÓRIO  
CRISTINA ANDRADE  
CONCEIÇÃO NOGUEIRA  
DINA NUNES  
FERNANDO JOÃO FARIA  
FILIPA GONÇALVES  
GUSTAVO BEHR  
HUGO EVANGELISTA  
INÊS RIBEIRO  
INÊS TAVARES  
IRINA CASTRO  
JOÃO MINEIRO  
JOANA LOUÇÃ  
JOANA MORTÁGUA  
JOSÉ FALCÃO  
JOSÉ MANUEL REIS  
MARCO MARQUES  
MARIANA AIVECA  
MARIANA MORTÁGUA  
MIGUEL HELENO  
NELSON FRAGA  
NUNO MONIZ  
PAULA SEQUEIROS  
RICARDO ROBLES  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RICARDO VICENTE  
RITA GORGULHO  
RUI ANTUNES  
RUI MAIA  
SARA ROCHA  
SOFIA ROQUE

O desejo de transformação feminista é parte do código genético do Bloco, um partido que desde o seu início afirmou a radicalidade da exigência da igualdade e do respeito pela diferença, recusando *uniformismos*, estereótipos, violências, preconceitos e hierarquias de qualquer espécie. Colocámos na agenda política os temas que a hipocrisia, o conformismo ou o conservadorismo tornavam invisíveis e inalteráveis. É inegável o nosso contributo nas importantes batalhas que deram origem ao reconhecimento da violência doméstica como crime público, que abriram caminho para a discussão sobre a paridade nos processos eleitorais (atualmente ainda no valor recuado de 33%) e que conferiram às mulheres o direito de decidir sobre o seu corpo, através da legalização do aborto. Demonstrámos que o feminismo não é apenas uma corrente do pensamento crítico que a esquerda socialista acolhe para se tornar abrangente, sendo também, e sobretudo, uma prática de ação e luta concreta que não espera por novos amanhã. Contudo, desde a vitória no referendo do aborto em 2007, a luta feminista perdeu terreno e organização dentro do Bloco, permanecendo votada muito mais ao mero estatuto de bandeira do que ao campo da intervenção.

**Tendo em conta este percurso, é tempo de o Bloco assumir a plena paridade de género nos seus órgãos e de construir um espaço de encontro, discussão e proposta para o ativismo feminista, através da criação de grupos de trabalho de âmbito distrital.**

É certo que a ausência de grupos de trabalho não impediu o Bloco de colocar questões relacionadas com a igualdade de género no parlamento, nem impossibilitou que ativistas do Bloco se envolvessem em movimentos sociais ou coletivos feministas, protagonizando importantes frentes de luta unitária e de intervenção social. Porém, o trabalho de pensamento e ação destas/es ativistas encontra-se disperso e não tem hoje um meio de organização que proporcione um canal de comunicação direto e democrático com o grupo parlamentar do partido, por ex., que seria politicamente consequente no sentido da ampliação do nosso conteúdo propositivo e interventivo a este nível. Um partido que se quer de massas tem que estar presente na luta feminista e ser capaz de agregar mulheres nas várias dimensões da participação política. **Precisamos, por isso, de partilhar experiências e perspetivas e de pensar em conjunto, pois há ainda muitas batalhas a travar, muito para transformar, por ex., a linguagem inclusiva deverá passar a ser adotada pelo Bloco.**

Os espaços de formação do Bloco não têm negligenciado o tema do feminismo, contudo, algumas sessões por ano são claramente insuficientes para o aprofundamento das múltiplas questões feministas e para o estímulo à intervenção neste campo de ação política. Acresce ainda que, para além da variedade de problemas que carecem de intervenção organizada, e por isso devem refletir-se em temas de discussão interna, é preciso colocar em prática a intersecção entre a crítica anticapitalista e a reflexão feminista, e há ainda que responder ao desafio das reinvenções contemporâneas da teoria do género e da identidade. **Neste sentido, propomos a realização de uma conferência feminista de âmbito nacional, a ter lugar no próximo ano.**

# Remar contra as marés da desacreditação

JOSÉ MARIA CARDOSO

Para a condição humana, há dois sentidos da passagem do tempo: acumulação do passado e encurtamento do futuro. Esta experiência da transitoriedade faz de nós os transportadores do sentido de um tempo, por isso, ter consciência dos reflexos das nossas opções e ações é imprescindível. Quanto mais ativa for essa nossa consciência mais ampla é a nossa responsabilidade e mais própria é a essência do futuro que produzimos.

É também indispensável refletirmos como aproveitamos o tempo em que regemos as nossas vidas. Em que lutas nos empenhamos, em que fundamentos nos revemos, em que valores nos ancoramos, em que ideologia nos reconhecemos e muito particularmente que caminhos queremos trilhar para validar as nossas causas. Vivemos numa sociedade de risco que impõe um novo paradigma social assente num neoliberalismo matizado por velhos princípios de estratificação numa espécie de “salve-se quem puder”. É a democracia, tal como a concebemos, que está em risco. Temos que saber responder e por conseguinte delinear estratégia para saber arriscar. Não estamos em tempo de experimentalismo e muito menos de apologia intransigente de acervos ideológicos. Não sabendo arriscar corremos o risco de pactuar com o que repudiamos. O BE tem um espaço político construído que é preciso saber sustentar e reconstruir. O BE tem intervenção social que é preciso ampliar e mobilizar. O BE é um caso de estudo partidário/ideológico que é preciso saber prosseguir e engrandecer. O BE é um capital de esperança que não pode ser desperdiçado. Está na hora de criar condições para um processo de comprometimento coletivo no qual imprimamos a consciência ética dos valores em que acreditamos e vejamos refletida a razão de ser da ação que empreendemos e partilhamos. Temos que crer e fazer acreditar que é possível participar na celebração de uma vitória que tem o cunho indelével da nossa essência. Com avanços e recuos este tem sido o papel do BE desde que “começou de novo”, sendo que agora aferrou por novidade. Construímos sempre a crescer sem nunca nos prepararmos para a adversidade. Hoje estamos em autorreflexão como processo de autoconfrontação entre o que fizemos, o que devíamos ter feito e o que queremos fazer. Se é verdade que apregoar o tipo de sociedade que queremos não pode estar dissociada do tipo de vínculos jurídico-institucionais, dos valores e relacionamentos sociais, dos pactos e entendimentos de poder, dos direitos e garantias democráticas que desejamos. Também é verdade, que um programa político que ambicione ser mais do que um conjunto de intenções tem de reunir condições para a sua efetivação. É sobre esta dicotomia do que somos e o que queremos ser que se deve centrar a discussão interna. Na qualidade de nativo do BE e por tal mais isento e menos apaixonado por qualquer das partes em altercação, enamorado manifestamente inquietação pelo futuro do nosso partido. Semeamos na diversidade, germinamos na pluralidade, crescemos na unidade, vencemos pela vontade coletiva de saber ser todos no respeito de cada um. Sou demasiado bloquista para aceitar apodrecer nos amargurados resquícios das revoluções por fazer. Tenhamos a sensatez de não nos barricarmos na áurea das capelinhas respaldados pela pomposa criação das tendências, como se cada um tivesse que tender a superar o outro. Que nos importa estar a falar num “partido de massas” se não possuímos as massas? Que nos interessa estar a estruturar uma organização se não tivermos gente para organizar? Para que servem as direções se não houver quem dirigir?

Num registo de emoção lógica, até porque considero que a política é um misto de razão e sentimento, este é um inquieto mas esperançado desabafo de alma, de quem tem por intenção contribuir para que o BE não comece de novo mas recomece com a novidade que sempre o distinguiu. A nossa matriz é a nossa marca identitária e marca a diferença. Compete-nos ser fiéis à fonte.

# Os reformados também lutam

MARIA LUISA CABRAL

A situação actual criada pelo Governo com as pensões e reformas roça a ignomínia, revela uma determinação cruel, desajustada e configura um assalto. O fundamento é o mesmo das medidas que atingem os trabalhadores no activo, os desempregados, os precários configurando uma opção ideológica. Os parâmetros constitucionais são subvertidos sem nenhuma hesitação mercê de habilidades legislativas que o sistema permite. Quem age assim traiu todos os laços de solidariedade com o passado e com o futuro.

Os sucessivos cortes, a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, o aumento dos descontos para a ADSE, a alteração dos escalões para o IRS, o corte dos subsídios, os cortes nas pensões de sobrevivência ou no Complemento Solidário para Idosos, um rol interminável de punições. É difícil acreditar ou explicar. A verdadeira leitura destas medidas revela como se lançam mais portugueses na pobreza e como se agravam as condições de vida dos que sempre conheceram a pobreza. Que é feito do Estado Social? Onde está o modelo social europeu em construção?

As medidas em curso provocam uma profunda desigualdade e uma catástrofe social sem igual. Não é preciso perceber de economia ou finanças para registar o que acontece à vista de todos: a falta de emprego, os despedimentos, a economia que paralisa, a emigração, o desinvestimento estratégico, a venda a pataco das empresas a investidores estrangeiros. Se todos testemunharmos e sofremos, então, chegou o momento de fazer um esforço para agir de forma determinada e em conjunto. Reformados ou trabalhadores no activo, a luta é uma e a mesma.

Contra esta vaga de terror, é preciso reunir as forças que estão contra a austeridade, contra a dívida e a favor do Estado Social. Não há meio termo nem espaço para compromissos que apenas dividem e enfraquecem. Os pensionistas e reformados têm dado o exemplo quando partem para a defesa dos seus interesses ultrapassando as divergências partidárias que possam ter e é nessa convergência que temos de apostar. Não há aqui falta de convicção; pelo contrário, existe a enorme certeza de que apenas o esforço e a coragem importam neste desafio.

Defendemos, pois, que os reformados e pensionistas mantenham e reforcem uma plataforma única para a intervenção tanto no plano nacional como no plano europeu. Estando em causa o Estado Social, urge encontrar na Europa parceiros que ajudem a engrossar esta corrente, um trabalho a exigir um empenhamento total dos futuros deputados europeus.

Saibamos construir uma plataforma comum que atenda os direitos dos pensionistas e reformados, lutando por propostas concretas:

- Reposição do valor das pensões e reformas aos níveis de 2010
- Suspensão imediata da CES
- Estabelecimento de um valor para pensões nunca inferior ao salário mínimo nacional
- Defesa do Estado Social e recusa do estado assistencialista
- Defesa de um sistema público de segurança social contra um sistema privado.

Não se parte para esta mobilização do nada. A organização progressiva e o debate que hoje se vão construindo dentro das estruturas do Bloco de Esquerda sustentarão, a médio e longo prazo, um trabalho cada vez mais bem informado e sério a nível nacional ao mesmo tempo que permitirão a transmissão de práticas correctas para os deputados europeus. Uma mobilização ampla, que supere pela intervenção qualquer divergência, será a saída. Uma alternativa que reflecta organização e determinação, capaz de fazer acordos sobre o essencial sem nunca vacilar perante esta direita neo-liberal e vingativa.

# Como juntar mais jovens no Bloco de Esquerda para a luta social?

ADRIANO CAMPOS  
AFONSO JANTARADA  
AFONSO MOREIRA  
ÁLVARO GRANJA  
AMARILIS FELIZES  
ANA BÁRBARA PEDROSA  
ANA GOMES BRANCO  
ANA NATACHA  
ANA ROSA  
ANDRÉ PEREIRA  
ANDRÉ PINA  
ANTÓNIO ALVES VIEIRA  
CARLOS SANTOS  
CATARINA PRÍNCIPE  
CLÁUDIA CAMPOS  
CRISTINA ANDRADE  
DALILA TEIXEIRA  
DEOLINDA MARTIN  
DIANA LUÍS ANTUNES  
DIOGO PARREIRA  
EDUARDO MARQUES  
FRANCISCA BARTILOTI MATOS  
GONÇALO PESSA  
INÉS TAVARES  
IRINA CASTRO  
ISABEL MIRANDA  
JÉSICA FELGUEIRAS  
JOÃO ANTUNES  
JOÃO CAMARGO  
JOÃO MINEIRO  
JOÃO NUNO PAULO  
JOÃO TEIXEIRA LOPES  
JORGE PAIVA  
JORGE SANTOS  
JOSÉ GUSMÃO  
JOSÉ MIRANDA  
JOSÉ SOEIRO  
JULIA PEREIRA  
LEONOR FIGUEIREDO  
MARGARIDA SANTOS  
MARIA FRANCISCA FERREIRA  
MARIA MANUEL ROLA  
MARIANA GOMES  
MARIANA PEREIRA  
MI GUERREIRO  
MIGUEL HELENO  
MIGUEL SEMEDO  
NATACHA FERREIRA  
NUNO MONIZ  
PAULO JORGE VIEIRA  
PAULO SANTOS  
PEDRO CRUZ MENDES  
RENATO ARAÚJO SOEIRO  
RICARDO COELHO  
RICARDO GOUVEIA  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RODRIGO RIVERA  
RUI ANTUNES  
SAMUEL CARDOSO  
SARA GOMES  
SOFIA ROQUE  
SUSANA CONSTANTE PEREIRA  
TIAGO IVO CRUZ  
VIRGINA DELGADO

A intervenção na juventude é um dos desafios mais importantes do Bloco de Esquerda. Hoje, essa intervenção está muito aquém do que devia. O nosso desafio é incluir na militância do Bloco muitos jovens que se reveem neste espaço político e que são hoje vítimas da crise capitalista.

Num texto de opinião divulgado no âmbito desta conferência “Jovens do Bloco: Todos Juntos pela Luta Toda”, identificava-se este problema e exprimia-se uma preocupação pertinente: não podemos responder “com um regresso ao passado” nem propor “uma Coordenadora de Jovens que não faça este trabalho”. Feito o diagnóstico, o desafio é então responder a esse problema com soluções. E sobretudo, juntar vontades para levá-las à prática. Esse é o contributo que agora damos.

**1. Alargar o setor estudantil.** O setor estudantil é o único com eleição de órgãos e moções próprias e tem sido essencial para atrair jovens e articular a intervenção nas escolas. Ele permitiu progredir na intervenção e nas nossas posições no movimento estudantil, mas persistem ainda dificuldades de alargamento nacional. Deve assim ter como prioridade a estruturação em todos os pólos estudantis, em particular onde não é razoável não termos ação organizada, e recuperar a escola e a universidade como espaço de crítica, insurgência e ação política, intervindo no movimento e formando quadros na luta social.

**2. Criar mais campanhas para a juventude.** O Bloco deve ter a capacidade de organizar campanhas nacionais ou locais mais irreverentes que atraiam jovens. Essas iniciativas devem ser da responsabilidade de todo o partido, da sua direção, do setor estudantil, das estruturas distritais e concelhias e de grupos setoriais.

**3. Espaços de formação de convívio.** Estes espaços já existem para os jovens desenvolverem a sua formação política e terem espaços culturais e de convívio, indispensáveis a qualquer organização. O acampamento é um bom exemplo de espaço de juventude para lá dos estudantes e até dos membros do Bloco. Devemos insistir no alargamento destas iniciativas e intensificar a formação política.

**4. Ter mais jovens no trabalho local.** Para lá da intervenção autárquica, falta-nos ainda fazer com que as concelhias e distritais tenham mais intervenção política local que inclua jovens na definição de campanhas locais e na intervenção temática. Esse trabalho no Bloco, entre todos os camaradas independentemente da idade, é a melhor forma de evitar uma divisão do partido entre “espaços de jovens” e “espaços de velhos”, que, além de ser uma definição feita não a partir da política mas de critérios etários artificiais, apenas contribuiria para o envelhecimento das estruturas locais do Bloco.

**5. Grupos setoriais.** Hoje já há vários jovens e não-jovens no Bloco que intervêm de forma decisiva em ativismos tão diferentes como o feminismo, LGBT, os bolseiros, os direitos dos animais ou o ambiente. Contudo, esses ativistas não têm constituído núcleos setoriais, grupos de trabalho ou de iniciativa. É preciso superar essa fragilidade. Todo o Bloco ganharia com estes espaços.

O Bloco deve ser um partido de massas e de ativistas que querem ser decisivos na luta social. Com a memória dos debates e das escolhas que coletivamente fazemos, devemos concretizar caminhos para respondermos a esses objetivos. É essa a proposta que fazemos também a esta Conferência e à Mesa Nacional.

## Construir mais força à esquerda

ALEX MATOS GOMES  
BRUNO CABRAL  
CARLOS CARUJO  
CATARINA PRÍNCIPE  
DALILA TEIXEIRA  
GUI CASTRO FELGA  
INÊS TAVARES  
IRINA CASTRO  
JOÃO CARLOS LOUÇÃ  
JOÃO MADEIRA  
JOÃO MINEIRO  
MAMADOU BA  
MARIA JOSÉ VITORINO  
MÁRIO TOMÉ  
MIGUEL HELENO  
NUNO MONIZ  
RICARDO SÁ FERREIRA  
RITA SILVA  
SÉRGIO CERQUEIRA  
SUSANA PEREIRA

As medidas de austeridade têm tido um efeito enorme nos sectores mais vulneráveis da sociedade. Além de retirarem condições básicas de vida, têm consequências perigosas como o crescimento do sentimento anti-política e da xenofobia.

O trabalho do Bloco nas estruturas em que se faz representar é importante mas não é suficiente, porque limita o seu alcance e faz depender o seu sucesso da “boa vontade” de uma comunicação social cada vez mais dominada por interesses económicos. Perante uma situação social aberrante, é tão importante ter propostas e discurso radical, como o é implementar práticas radicais e ter melhores resultados.

Perante a dificuldade de alcançar os largos sectores desfavorecidos da sociedade, pomos a debate a ideia de dar um passo na construção de uma base social que alargue a que temos hoje, através do trabalho de auto-organização desses sectores mais atingidos pela crise, criando colectivos capazes de organizar respostas às mais básicas necessidades das pessoas. Este trabalho é necessário para evitar mais depressão, ganhar tempo para criar novas relações na base da sociedade e promover a democracia e a solidariedade. Sabemos que este é um debate difícil mas achamo-lo cada vez mais urgente.

Estes colectivos devem focar-se nas áreas mais atingidas pelo Governo. Por exemplo, onde centros médicos fecharam, organizar colectivos capazes de dar atenção médica a todos/as, independentemente do seu rendimento, género, etnicidade, sejam legais ou consideradas “ilegais”; organizar colectivos agrícolas, que estabeleçam mercados de comida sem intermediários, especialmente onde o desemprego é maior; organizar colectivos culturais, capazes de mostrar outras realidades e levantar debate sobre a sociedade e criar redes que permitam parar os despejos.

Propomos reafirmar dois princípios: democracia e solidariedade. Para combater o sentimento anti-política, devemos fomentar a democracia directa enquanto processo de participação. Estas experiências de colaboração, abrem ainda espaço para lutar contra a indiferença, contrapor posições xenófobas e destruir o medo da diferença.

É também necessário envolver muitas pessoas na criação destes grupos, para que estes permitam a aproximação dos sectores da sociedade não tão atingidos pela crise aos que mais o são. A prática da solidariedade é essencial para destruir a narrativa oficial da crise económica e o individualismo enquanto resposta. É necessário afirmar na prática que os problemas colectivos não podem ser resolvidos individualmente.

Os objectivos são: primeiro, construir condições mínimas de vida com e para as pessoas mais atingidas pela crise. Não podemos transferir todos os argumentos políticos para a altura em que possamos vir a ser Governo. Segundo, estas estruturas permitem mais organização e mais força para desafiar o estado e lutar contra as políticas de austeridade, e maior alcance às posições e propostas do Bloco.

# Contraponto

SILVESTRE PEREIRA

*“A imagem, para o exterior, de um partido político, tem por contraponto a influência, no interior do mesmo, da opinião pública.” – dizem alguns.*

Esta afirmação é uma não-frase. O carácter vago dos termos “imagem” e “opinião pública” é uma parte do problema. E o termo “contraponto” é o essencial da questão.

Desenvolvendo os dois aspetos:

a) O que as televisões e jornais, comentadores e outros adversários de ocasião, neoliberais assumidos ou envergonhados, vendem como “imagem” e como “opinião pública” é um produto pago (normalmente muito bem pago) que temos de saber combater, mas que faz parte do estado normal das coisas: resulta do poder do dinheiro gordo sobre a comunicação social, e afeta-nos por não termos, até hoje, conseguido construir um contrapoder eficaz, um meio de passar as nossas posições.

Mas há uma parte disto que foi e é construída por nós próprios. Quando usamos a comunicação social para expressar pontos de vista distintos da posição “oficial”, assumimos (bem ou mal) não ter o poder de o fazer internamente, de modo eficaz. E se uma direção não consegue compreender que é sua tarefa essencial fazer com que a informação e discussão internas sejam asseguradas cabalmente, de forma a que, para qualquer aderente, isso seja evidente, então ficam criadas as condições para que se busque no exterior o que não é visto como uma possibilidade interna.

b) O termo “contraponto” sugere que há algo de natural em falar destas coisas como os dois lados da mesma moeda. Ora o que se está a falar é de dois aspetos de uma mesma coisa: a esquerda tem um inimigo central, o capitalismo, que a combate, a todo o momento, dentro e fora das suas organizações.

O contraponto de algo que nos enfraquece é algo que nos dá forças. E para usar “nós” como sujeito, terá de não se ter receio de colocar as questões em termos de luta de classes.

Mais uma vez, uma parte do problema tem a ver connosco. Tornamo-nos menos úteis, se não formos capazes de compreender que a confiança de eleitores no programa de um partido, a colaboração ativa dos aderentes nas tarefas que o partido lhes propõe, etc., dependem de uma direção que não se isole, em nome da necessidade de respostas imediatas. Mas não só: o mesmo também se aplica a cada um de nós. Depende da forma de ser e de estar de todo o partido, da sua identidade.

Haja uma direção que procure garantir a integração das diferenças. E aderentes que procurem que o partido lhes dê respostas, que se movam por convicções, para quem a demissão pessoal não seja uma opção.

A comunicação dentro do BE não pode ficar-se pela troca de informação, deve incluir os mecanismos de decisão. Os órgãos eleitos, aos vários níveis, têm de poder sentir-se co-responsáveis pelas decisões. Cada aderente, sem mentir, deve poder considerar as mesmas decisões como suas. Se queremos ganhar a confiança das pessoas, teremos de fazer por isso, a começar por nós. Assim o saibamos fazer, essa é a responsabilidade da esquerda.

# Da inteligência na turbulência

PAULO DE JESUS

Eles:

Hoje, os melhores desempenhos organizacionais resultam da capacidade para produzir não as respostas exatas, mas as perguntas mais inspiradoras.

De facto, quase tudo se aposta em futuros antecipados para gestão ulterior. As convulsões da “máquina capitalista” são cíclicas e claro que, também elas, capitalizáveis...

Eles estão a conseguir liderar a mudança. Estas novas crises são e vivem do «Choque e Pavor!», num estado de permanente excepção e de guerra eterna, dos ricos contra nós.

É sabido desde Quesnay, que o liberalismo vive da « navegação á vista », do *laissez faire, laissez passer*...

A « governança para a segurança » constrói-se no “surfing” dos efeitos, nada pelas causas, tudo a montante!..

Claro que sim!... a jusante vive o povo... democrático?..radical?..mal criado? Credo!...

Princípios?!... Convicções?!... Bah!! Gerir o caos é que é fixe!..

O progresso é uma seca!!!

Além do mais, o virtual não dói, pois não?!...

Nós:

Dúvidas impertinentes:

Que tipo de organização nos pode permitir atingir o estatuto de “Partido de Massas?”

Podemos melhorar a articulação entre as distritais e as concelhias? Entre a mesa nacional e a direcção? Entre funcionários e voluntários?...Claro que sim!

Comunicação interna : eu não gosto de saber das novidades mais importantes só pela comunicação social... Sei que os timings e a velocidade dos media condicionam a actividade política da direcção, mas agora (com quase 14 anos) já podemos exigir que a informação (mais importante) seja mais atempada?!.. Obrigado!...

Os funcionários? Conseguem um ou dois dias regularmente nas concelhias? Tenho a certeza que sim!..

Também a dinamização de campanhas de angariação de fundos podem ser de certo, um desafio estimulante.

Quanto aos novos aderentes, todos concordamos que será preciso proporcionar-lhes alguma formação política, algum acolhimento e enquadramento e sobretudo responder ao impulso que leva um cidadão a aderir a um projeto político. Se o envolvimento dos novos aderentes foi negligenciado, terá sido apenas devido a falhas na organização...

Este é um assunto sério... Pouquíssimo cool aliás...

De facto, não é possível lutar pelo sucesso de qualquer projeto social com ambição de poder para transformar, sem uma organização moderna, que use flash-mobs, espontaneidade, improvisação, criatividade e irreverência. E isso é muito difícil sem formação, preparação e imaginação.

Quem vai alavancar a energia deste Bloco de Esquerda?!

Eu vou! e quem mais? e como?..

Estarei na II Conferência Nacional do Bloco, tranquilamente à espera destas reflexões.

Força!!

# O fiel Jardineiro

MÁRIO TOMÉ

Na reunião de Lisboa para discussão das teses, a intervenção de um camarada tocou-me particularmente com uma imagem quase comovedora.

O BE, jardineiro meticoloso, a cortar cerce e sem contemplações a flor nascida da sua cuidada sementeira, desiludindo todos que, pelos vistos, esperavam que se inebriasse com o perfume da flor.

Referia-se ao Congresso Democrático das Alternativas, no qual participaram activamente militantes do BE contribuindo para o seu assinalável êxito, e à recusa do Bloco da proposta do DDD.

Parece haver aqui alguns equívocos que seria bom esclarecer.

O empenhamento do BE no reforço dos movimentos sociais não significa entendê-los como instrumentos da sua política. Significa “apenas” a aguda percepção que democracia e luta contra o austeritarismo se sustentam dos movimentos sociais e que são eles, em última instância, que a determinam.

Mas também não significa obrigação de aceitar propostas disparatadas — como foi o caso do “partido envelope” - de companheiros e companheiras da luta anti-austeritária.

## Déjà Vu

De acordo com aquela proposta, o Bloco passaria de putativo controlador a realíssimo eclipsado.

Quando Ana Sá Lopes escreveu no “i” que, perante a proposta do DDD, o Bloco perdia quer aceitasse quer não, estava a classificar com lucidez os propósitos dos proponentes que recusaram, por seu lado, traçar em comum uma natural e promissora plataforma política de convergência.

As cadelas apressadas parem os filhos cegos como consta no reino animal. Na ânsia de tirar a direita do governo, o que não é exactamente o mesmo que vencê-la, o Bloco passava de construtor de proposta política e promitente representante dos seus eleitores, a neutro catalizador da iniciação à política partidária e participação nas eleições de quem não quis fomar o partido que permitiria uma forte coligação BE- DDD.

Ou então o BE seria o injectador no PE de oportunistas LIVRES de qualquer compromisso, enfraquecendo todo o trabalho de dezenas de partidos de esquerda anti-capitalista na construção do europeísmo de esquerda capaz de polarizar a pulsão popular numa sólida frente contra o austeritarismo e de resgate da democracia e da soberania dos povos numa UE solidária.

E que dizer de defensores estrénuos da aceitação da escandalosa proposta DDD, insinuando na mesma passada que o BE não quis aceitar um compromisso quando foi ele que o propôs, a acenarem com a garantia do estatuto de liderança pelo BE!... Estranha perspectiva de unidade e de democracia esta, em que o Bloco despossado da sua identidade teria a liderança por definição.

Se do DDD vier ainda a sair um partido primo do LIVRE ou irmãozinho reguila do PS e não, como se deve esperar do trabalho teórico e político elaborado no seu seio, uma força pronta para o duro combate anti-austeritário, darei os parabéns ao Tozé.

Para a cidadania empenhada e para o eleitorado em geral seria um factor de clarificação - o que só beneficiará quem gosta das coisas claras: o Bloco de Esquerda.

# O inelutável compromisso da esquerda

AMÂNDIO CORDEIRO  
TERESA DELGADO

Desde o início, em 2007, da contracção do sistema económico mundial, por virtude do colapso de importantes esquemas montados nas principais praças financeiras, que os partidos e movimentos de esquerda em todo o mundo não conseguiram ampliar decisivamente a sua base eleitoral. Mesmo na Europa, onde condições políticas mais favoráveis faziam prever avanços mais significativos, as esperanças no Syriza da Grécia, o caso mais notório, esmoreceram rapidamente.

Posto isto, onde está a coragem para se tirarem as lições que se impõem, por parte de dirigentes que deveriam ter a hombridade de se dizerem: “Definitivamente, algo está errado”?

Dois tipos de reacção surgem em geral nos partidos: uma que, na gíria leninista clássica, se poderia chamar de “desvio de esquerda” e outra de “desvio de direita”. Ambas reflectem a insatisfação perante não só os “erros” de direcção mas sobretudo os métodos de trabalho viciados, resultado dum vazio ideológico. E ao referir-nos a “vazio ideológico”, não queremos dizer que haja falta de discurso ideológico, não. Formalmente, aparece sempre para rejeitar algo que incomoda.

Como paradigma, no B.E., de desvio de esquerda houve a tendência RuturAFER, sendo, naturalmente, o de direita, o actual grupo da Moção B, na última Convenção. No entanto, os activistas da nova Plataforma2014 recolhem ainda o descontentamento de inúmeros militantes que se sentem discriminados pelos deficientes métodos de trabalho do partido.

O “desvio” representado pela Plataforma2014, constitui a única saída do imbróglio de toda a esquerda. Isto é, ela significa objectivamente o fracasso da linha clássica mas contribui para uma saída que, politicamente, ficará aquém da completa capitulação do Partido “Socialista”. O Estado Social beneficiaria a curto prazo com esta estratégia, suspendendo ou adiando por ora o seu processo de destruição. Utilidade no ensaio desta via: em caso de fracasso, abriria a porta para um novo edifício ideológico.

O crescimento destas correntes de opinião é resultado da ineficácia da esquerda clássica em abrir fissuras na barreira dos regimes de Classe Dominante (ClassDom). Sempre foram incapazes de reconhecerem o papel pendular das classes médias no apoio eleitoral aos partidos da ClassDom. A própria génese de formação destas classes, foi sempre acompanhada de um processo de corrupção material e cultural, baseado num pressuposto meritocrático: conquista de ganhos pessoais ou sectoriais, sem transformações sociais sensíveis.

Reconhecer o papel pendular das classes médias, seria reconhecer a impossibilidade da esquerda em chegar à governação pela via eleitoral. Por isso os dirigentes acomodam-se a métodos de trabalho pouco transparentes, descuidando a democracia interna. Para já a resposta é uma maior abertura e convergência com as chamadas forças democráticas e com outras formações partidárias, mesmo as dissidentes. **As derrotas e os erros das direcções clássicas, forçarão ao compromisso inelutável.**

## Proposta alteração ao regimento

## O DEBATE COMO PRIORIDADE

ADELINO FORTUNATO  
ALEX GOMES  
LUÍS FILIPE PIRES  
NUNO TELES

No seu ponto 25. o Regimento da II Conferência Nacional do Bloco de Esquerda, apresentado pela direção estabelece que *as propostas de recomendação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração ao texto de recomendação que obteve maioria de votos na generalidade.*

Tal forma de proceder, parte do princípio que as propostas de recomendação apresentadas ao voto da Conferência Nacional são contraditórias entre si, ou pelo menos, se excluem mutuamente. Ora, como verificamos pelas propostas apresentadas e pelos textos que as justificam, estas são naturalmente mais complementares do que antagónicas. O mimetismo do modelo decisório de uma Convenção que tem a responsabilidade de deliberar sobre a actuação política do Bloco, pensamos não se justificar neste caso, podendo mesmo ser responsável por um empolamento artificial do debate político.

A Mesa Nacional decidirá posteriormente sobre propostas organizativas e sobre o manifesto europeu com absoluta legitimidade. Nesse sentido, as propostas de recomendação votadas pela Conferência Nacional poderão constituir uma indicação útil para a direção sobre a vontade dos militantes que nela participam, sobre os caminhos da discussão destes dois temas no seu aprofundamento necessário.

A utilidade desta Conferência Nacional será tanto maior quanto maior a participação e o debate livre em torno dos argumentos apresentados. Desse debate e da natural pluralidade de opiniões, a Mesa Nacional terá de procurar uma síntese posterior a partir da interpretação dos resultados e da vontade da maioria das pessoas que para ela foram eleitas.

Nesse sentido pensamos necessária a alteração do Regimento no seu ponto 25, para que a Conferência Nacional possa apreciar e votar todas as propostas de recomendação, apresentadas e validadas e que o resultado dessas votações possa constituir um elemento suplementar para a apreciação da direção do Bloco, admitindo naturalmente a possibilidade de aprovação simultânea de mais do que uma recomendação em cada ponto da ordem de trabalhos.

## Da nuvem de colectivos à rede horizontal organizada – ferramentas para a descentralização da comunicação entre bloquistas

GUI CASTRO FELGA

A generalização do acesso à rede e a capacidade de ‘upload’ significativo (ou seja, da produção e difusão de conteúdos) está a mudar o trabalho, a intervenção e colaboração política à distância. A par das discussões e debates presenciais nas assembleias e núcleos locais do BE, é imprescindível, num partido com abrangência nacional, que a discussão entre nós saia da espuma das redes sociais ‘cotadas em bolsa’ e das cansativas e pouco profíguas listas de email.

Se virmos o BE não como ‘um colectivo’, mas como uma rede/nuvem deles (sejam colectivos regionais de proximidade, ou por identificação e tendência político-ideológica, ou por temática ou objectivo comum) aos quais os bloquistas vão pertencendo segundo entendem, importa assegurar que todos os aderentes e os grupos estão em contacto entre si e que todos têm uma série de capacidades comuns de organização, para que o trabalho se potencie e optimize e consigamos responder à agenda de trabalho a todas as escalas de intervenção.

Precisamos, para isso, de instrumentos de contacto directo para construção comum de propostas e documentos, precisamos de ter a capacidade de tomar decisões colectivamente de forma ágil, a cada passo, de podermos criar grupos e subgrupos de trabalho consoante necessário, de forma aberta ou fechada, em diferentes constelações. Tudo isto é já possível e facilitado pela existência de plataformas que cruzam caminho entre a facilidade de utilização das redes sociais comerciais (como o FB ou o Twitter...) e as funções colaborativas de discussão e produção colectiva, online.

Um destes sistemas, o N-1, surgiu a partir das necessidades concretas de grupos de activistas, e agrega toda uma série de ferramentas que seriam muito úteis a um ‘colectivo de colectivos’ no sentido de organizar a participação. Não querendo, de todo, dizer que a criação de uma rede horizontal de trabalho em que os aderentes consigam comunicar e organizar-se entre si independentemente da sua posição geográfica seria condição suficiente para um acréscimo na nossa capacidade de acção (e atracção) política, creio que a constituição de um sistema de apoio e comunicação deste tipo é, pelo menos, uma das condições necessárias para isso acontecer.

(Esta opinião-proposta concretizar-se-à na conferência: estará montada uma banca (no corredor ou onde for possível) sinalizada, com mais informação sobre o N-1 e para dar apoio a todos os bloquistas que queiram experimentar e explorar o conjunto de ferramentas de trabalho em questão - a todos se estende o convite para lá passarem)

# Reflexões sobre organização

JOÃO CAMARGO  
JOANA LOUÇÃ

As organizações reproduzem nas suas estruturas e funcionamento as condições em que as classes vivem e em que trabalham. Quando isso não acontece, há uma incompatibilidade directa de difícil percepção para quem se quer organizar mas não compreende os modelos de organização ou como encaixar-se neles. A desestruturação do trabalho, fruto da precarização generalizada da classe trabalhadora, e em particular no que diz respeito aos mais jovens, produziu diferentes rotinas de trabalho em conjunto, elevada variabilidade de horários, de locais de trabalho e de métodos de trabalho, criando uma inconstância e desestruturação a que uma organização popular, com base em trabalhadores, tem obviamente que dar resposta.

A primeira questão para pensar uma organização é clarificar qual o seu objectivo. Um partido político burguês organiza-se principalmente para disputar o poder pelos meios estritamente formais, para eleições e intervenção formal sobre os vários temas em disputa na sociedade. Um partido da esquerda radical anticapitalista deve organizar-se para disputar o poder todos os dias, intervindo na sociedade de forma permanente, permeando-a de forma decisiva e criando ideias hegemónicas de forma que, mesmo sem a presença formal maioritária, possa disputar no imediato um espaço social e público inultrapassável. A organização para a acção deve ser a base que serve um partido como o Bloco de Esquerda.

Apenas na acção estão as sementes para criar um partido de massas, não apenas em momentos pontuais, senão com um trabalho continuado e permanente.

Pensar a organização é pensar a acção. Preparar a acção é um trabalho contínuo, de reflexão colectiva, democrática e transversal, que deve ser metódico e sério, com análise política, avaliação de impactos e planificação logística. A acção tem de municiar toda a actividade do partido e o partido tem de municiar a acção militante, de rua, local e pública. A acção é também o campo do recrutamento, o campo da expansão e a maior ferramenta existente contra a alienação capitalista, nos seus modos de produção mais antigos, como nos mais recentes. A própria acção é a escola de novos modos de organização, devendo reproduzir no que melhor têm os novos métodos de produção e rechaçar as características mais alienantes dos mesmo.

A organização é, muito mais que as estruturas, as práticas, e a cultura organizativa de um partido de massas tem necessariamente de desmontar as piores características do modo de produção da classe trabalhadora precarizada: a competição permanente que acarreta a desconfiança e o cinismo, e o descomprometimento ou o compromisso diletante, armadilhas para qualquer organização. A acção é a principal ferramenta para a construção dos laços e da confiança para vencer o cinismo e a desconfiança permanente que são o espírito da época. É também o principal cimento para reproduzir para fora as práticas de organização e construir redes de confiança, abertas e democráticas.

É na confiança, no comprometimento e na acção que se pode construir um partido de massas, criando o espaço de intervenção para milhares de ativistas comprometidos e organizados em permanência e em rede. Sem estas preocupações, arriscamos-nos a criar, na melhor das hipóteses, um gigante com pés de barro.

# Uma Política Agrícola e Alimentar Europeia para as pessoas e territórios

## PARTE 2

CARMO BICA  
MARCO MARQUES  
PEDRO SOARES  
RICARDO VICENTE  
RICARDO MOREIRA

A PAC está recheada de injustiças entre países, mas também dentro de cada país. Tudo aponta para que a nova PAC (2014-2020) seja a continuação destas injustiças.

No atual Regime de Pagamento Único (RPU) cada estado membro teve liberdade para decidir os critérios para a distribuição das ajudas: com base em critérios que atendessem às especificidades de cada região, ou, com base em históricos de produção. Esta última modalidade, a mais injusta para a grande maioria dos agricultores, foi a escolhida por Portugal. Recordamos que na última legislatura o BE apresentou na Assembleia uma proposta para a regionalização do RPU, chumbada pelo PSD, CDS e PS. Importa ainda referir outro aspeto, a grande discrepância nos pagamentos médios por hectare nos diferentes países.

O que se exige é uma nova política agrícola (PA), inspirada em valores de justiça social, territorial e ambiental, que coloque no centro o direito de todas as pessoas a uma alimentação digna e de qualidade e a um rendimento para os agricultores que seja atractivo para a sua fixação.

Propomos:

- 1 – Uma PAC que reconheça e apoie as especificidades locais e a agricultura exercida como actividade complementar nos territórios de pequena propriedade.
- 2 - Uma PA e de desenvolvimento rural que incentive a crescente ligação entre rural e urbano e proporcione condições de vida e serviços públicos às populações desses territórios.
- 3 - Uma PA que privilegie a produção alimentar em modos respeitadores do ambiente, que apoie os alimentos de qualidade e saudáveis em vez da produção com base no recurso à utilização de produtos químicos e aos OGM.
- 4 - Uma PA e de desenvolvimento rural que promova a fixação de população nas áreas rurais, que gere empregos com direitos, capaz de assegurar um rendimento digno aos produtores.
- 5 – Uma PAC que ponha fim às enormes injustiças na distribuição dos dinheiros do primeiro pilar, e para isso, defenda o fim desses apoios no horizonte 2020 e a sua substituição por pagamentos mediante contratos de gestão territorial.
- 6 – Uma PAC que tenha em conta as especificidades das florestas dos países mediterrânicos e que coloque como prioridade a prevenção dos incêndios florestais.
- 7 - Uma PAC que garanta o funcionamento e a integração dos agricultores no mercado de forma a evitar a especulação financeira. Que crie stocks alimentares como forma de garantir a alimentação em caso de catástrofe. Que impeça as trocas internacionais, para prevenir a volatilização dos preços. Que crie os necessários mecanismos para que a formação dos preços ao longo da cadeia permita a justa repartição da riqueza e promova o consumo de proximidade. Mantenha as funções de abastecimento alimentar e não a competitividade nos mercados.
- 8 – Uma PAC que reconheça o direito dos agricultores de guardar, trocar, desenvolver, cultivar, vender as sementes e não os deixe reféns de patentes criadas pelas multinacionais.

No próximo dia 22 de Março, em Coimbra, decorre um encontro do BE sobre agricultura e desenvolvimento rural.

# Organizar a luta contra a precariedade e o desemprego, pelo direito ao trabalho

ADRIANO CAMPOS  
ANA FEIJÃO  
CRISTINA ANDRADE  
DIANA NEVES  
HUGO EVANGELISTA  
IRINA CASTRO  
JOANA LOUÇÃ  
JOÃO CAMARGO  
JORGE PAIVA  
MARCO MARQUES  
MIGUEL HELENO  
RICARDO MOREIRA  
RICARDO VICENTE  
RUI MAIA  
SARA SIMÕES  
SOFIA ROQUE  
TIAGO GILLOT  
TIAGO PINHEIRO

O assalto ao mundo do trabalho está a varrer os direitos e o salário a um ritmo avassalador. A degradação das condições para trabalhar e viver não é simplesmente o resultado da crise: este é o objectivo de uma política baseada na austeridade permanente sobre os sectores populares, que pretende instaurar um regime social baseado na precariedade e no desemprego. A capacidade de organização e a resposta colectiva são hoje a questão decisiva para a classe trabalhadora. É, por isso, uma prioridade do nosso projecto político e da construção da alternativa à devastação social em curso.

A reconfiguração das relações laborais, há muito uma componente essencial do projecto da classe dominante e das políticas dos sucessivos governos que o implementam, está agora numa fase de plano inclinado. A maioria da população activa está já numa situação de precariedade ou desemprego, como o reconhecem as próprias estatísticas oficiais. A chantagem do desemprego, em conjunto com um dispositivo inédito de políticas agressivas e anti-sociais, pretende instalar o medo social como forma de contenção da resposta.

Esta ofensiva não espera. Perante a segmentação e a marginalização de vastos sectores, a classe trabalhadora está obrigada a encontrar respostas organizativas que evitem a desagregação. É na individualização e no isolamento que se impõe a força implacável da compressão dos salários e dos direitos, numa vertigem que coloca em causa as organizações de classe como as conhecemos.

A afirmação, ao longo dos últimos anos, do movimento de trabalhadoras e trabalhadores precários foi um dos mais significativos contributos para combater esta tendência. Este trabalho não conheceu descanso, porque nasceu de uma urgência que se agrava todos os dias. Mas já obteve resultados. Há hoje uma frente aberta neste duro combate para estancar a desvinculação de vastos sectores da luta organizada ou simplesmente do sentimento de representação. Existe hoje uma luta no campo do trabalho que inclui mais gente e combate esse perigoso êxodo. Há hoje exigências novas e concretas, que respondem aos desafios da precariedade e da sua articulação com o desemprego, na consciência de que se inserem no mais vasto ataque à classe trabalhadora como um todo.

O empenho de vários activistas do Bloco de Esquerda foi decisivo para a afirmação deste espaço de organização e combate político. Arriscámos, aprendemos, estabelecemos pontes e fomos à luta. Manter esta prioridade é, no momento actual, indispensável. Porque sabemos que o desafio é enorme e é preciso fazer muito mais. Nos movimentos, nos sindicatos, nas lutas concretas, nas mobilizações populares e em todas as convergências necessárias: o direito ao trabalho

## sobre o aperfeiçoamento do modelo adotado para a convenção

CARLOS SILVA  
PAULINA ESTEVES  
GONÇALO FERRÃO  
LUÍS CASTRO  
JOSÉ LUÍS PISSARRO  
SARA MAGALHÃES  
INÊS RIBEIRO  
FLORIVAL CORDEIRO  
AMÉRICO FIRMINO  
MARIA MORAIS  
SÃO MORAIS

1. O modelo de convenção que atualmente é adotado mostra-se adequado para a realização de funções como alterações estatutárias e o seu inerente debate, para eleição de órgãos dirigentes e para a aprovação através do voto de uma linha política e estratégica, (moções) mas não se tem mostrado eficiente para o debate analítico de factos e estratégias políticas. Consequentemente, deve encarar-se a necessidade de se reequacionar ou melhorar o modelo de organização dos trabalhos que tem vindo a ser seguido nas convenções, pouco propício a um debate aprofundado, antes permeável à sua utilização como campo de batalha entre grupos, correntes, tendências e fações, facto que acarreta efeitos negativos, tais como:

- Concorre para a limitação da possibilidade dos/as aderentes não alinhados/as por tendências de se expressarem, por a lista de inscrições para intervenções ser frequentemente sobreocupada pelos referidos grupos políticos;
- Cria um ambiente de confrontação muitas vezes sectária e desnecessariamente crispado pouco propício ao aprofundamento dos temas e à reflexão;
- Amplia uma imagem distorcida de desentendimentos e desunião junto do potencial eleitorado, afastando-o.
- Dificulta a consensualização de posições assemelhando-se mais a uma sucessão de discursos que em regra se ignoram quase todos uns aos outros.

Propõem-se em alternativa:

- A colocação de uma maior ênfase nos trabalhos preliminares e preparatórios das convenções que decorrem pelas estruturas concelhias e distritais nos meses antecedentes das convenções, sublinhando-se-lhes a importância e dando-se-lhes projecção nos meios de comunicação do BE;
- A data da marcação das convenções deve situar-se em momentos do calendário que facilitem o desenvolvimento dos trabalhos que a antecedem, em tempos habitualmente menos ocupados profissionalmente, (pex. verão e Páscoa), reconhecendo-se desta forma a importância fundamental de uma participação ampla dos aderentes para o bom desenvolvimento dos trabalhos que antecedem a convenção;
- As convenções devem organizar-se - quando necessário para o aprofundamento de temas específicos - em grupos de trabalho temáticos cujas conclusões proporão ao plenário para aprovação.

# Participação democrática dos aderentes, processos de consulta e co-decisão

CARLOS SILVA  
PAULINA ESTEVES  
GONÇALO FERRÃO  
LUÍS CASTRO  
JOSÉ LUÍS PISSARRO  
SARA MAGALHÃES  
INÊS RIBEIRO  
FLORIVAL CORDEIRO  
AMÉRICO FIRMINO  
MARIA MORAIS  
SÃO MORAIS

“O Bloco de Esquerda defende e promove **uma cultura cívica de participação e de ação política democrática** como garantia de transformação social” (PONTO 3 do artigo primeiro dos estatutos)

1. O Bloco deve incorporar no seu funcionamento interno, práticas, processos, estatutos e uma cultura interior que rompam com a democracia formal e minimal dos restantes partidos, muitos dos quais praticam - verdadeiros simulacros de democracia, que em termos práticos mantêm a generalidade dos seus aderentes longe do exercício de decisão participada e partilhada.

2. A ação militante prática, o contacto direto com a população, a análise, reflexão e debate, e a tomada de decisões coletivas, são vertentes diversas mas indissociáveis da atividade militante, em que todos os/as aderentes se deverão envolver, em proporções que poderão variar conforme o momento político ou nível da estrutura organizativa em que militam.

Manter indissociáveis a ação, a reflexão e a decisão em coletivo é rejeitar com clareza o conceito antiquado de “partido-exército” - compreendendo no seu interior “aderentes-generais” e “aderentes-soldados” - incompatível com estatutos que determinam explicitamente **uma cultura cívica de participação e de ação política democrática**.

3. Para além das convenções e conferências temáticas, o aprofundamento da democracia participativa ao nível interno, poderá encontrar concretização através de instrumentos como (entre outros) as consultas e auscultações aos aderentes individualmente, ou às estruturas distritais e concelhias no seu conjunto, sendo claro que apenas uma parte das decisões habitualmente da competência dos órgãos nacionais são passíveis de adoção por via de consultas aos/às aderentes.

4. Estas consultas tornar-se-ão viáveis através da criação para o efeito de mecanismos que as facilitem e agilizem - sem excluir os recursos informáticos. Assim, a consulta dos/as aderentes deve ser uma prática adquirida no quadro de uma cultura democrática interna exercida em moldes avançados que diferenciem pela positiva o Bloco, prestigiando-o junto dos/as cidadãos/ãs e da sociedade em geral, em que:

4.01 - Incluindo esta prática nos seus hábitos internos, estará o Bloco a dar exemplo e sinal claro à sociedade acerca do tipo de gestão política de que é apologista: Com as Pessoas e Para as Pessoas, praticando um conceito de democracia avançada e fortemente participada, capaz de descentralizar e partilhar entre militantes, com naturalidade, processos de decisão;

4.02 - Só praticando internamente um modelo eficiente de democracia participada poderemos fazer de forma consistente a apologia da sua extensão a toda a sociedade.

4.03 - Só valorizando a opinião do militante anónimo e tendo-a em consideração na tomada de decisões (quando estas são passíveis de serem partilhadas) se poderá garantir um nível de participação elevado.

# Sobre as distritais, os núcleos de freguesia e a valorização do ativismo

CARLOS SILVA  
PAULINA ESTEVES  
GONÇALO FERRÃO  
LUÍS CASTRO  
JOSÉ LUÍS PISSARRO  
SARA MAGALHÃES  
INÊS RIBEIRO  
FLORIVAL CORDEIRO  
AMÉRICO FIRMINO  
MARIA MORAIS  
SÃO MORAIS

1. Além do previsto estatutariamente, propõem os/as subscritores/as as seguintes atribuições para coordenadoras distritais:

- Dinamização da atividade das concelhias que revelem dificuldades no seu desenvolvimento e/ou solicitassem intervenção;
- Promoção e coordenação de atividades articuladas entre concelhias;
- Criação de grupos de trabalho por temas /causas e atividades para atuarem a nível distrital;
- Reporte aos órgãos nacionais de atividades desenvolvidas no seu território geográfico;
- A integração e coordenação a nível distrital de estruturas de organização laboral, sindical, estudantil e de aderentes ou grupos de ação associados a causas;
- Garantir a reunião regular com representantes de todas as coordenadoras concelhias do distrito;
- Representação da organização distrital, no seu conjunto.

2. O trabalho local a nível das freguesias, localidades e bairros deve merecer incentivo, estimulando-se a sua autonomização por parte das concelhias- sempre que reunidas as condições mínimas julgadas necessárias. Compete às concelhias assegurar a coordenação do trabalho entre freguesias tendo em vista o devido enquadramento e a não sobreposição de esforços. Chegando aos bairros e freguesias, a organização caminhará em direção às pessoas cujo interesse é seu desígnio defender, aproximando-se da sua realidade concreta, incorporando as suas opiniões, retirando-as ao alheamento político e envolvendo-as em atos de participação cidadã.

3. O aprofundamento da democracia participativa ao nível interno poderá encontrar concretização através de instrumentos como -entre outros - as consultas e auscultações de opinião (vinculativas ou não vinculativas) aos/às militantes, ativistas ou, em alternativa, às estruturas distritais ou concelhias no seu conjunto.

4. A assunção do BE como esquerda alternativa começa no seu interior, colocando em prática o aprofundamento na organização participada que propõem para o todo social.

5. O direito a resposta deve estar contemplado sempre que uma estrutura organizativa se dirige a outra, ou aderentes se lhe dirigem.

# Organizar a nossa intervenção: habitação um caso de sucesso

RICARDO MOREIRA  
RICARDO ROBLES  
RITA SILVA

Nesta conferência debateremos formas para melhor nos organizarmos. Como podemos enraizar o bloco na luta social? Como organizar a nossa intervenção localmente e em articulação nacional para combater o rolo compressor da austeridade permanente que nos prometem PSD/CDS e PS? Nessa reflexão devemos olhar para as experiências que não correram bem e para aquelas em que fizemos um bom trabalho.

O tema da habitação sempre foi central na nossa intervenção. Assumimos a centralidade de um direito fundamental que está cada vez mais posto em causa e com consequências dramáticas na vida das pessoas. No parlamento sempre apresentámos propostas combativas sobre a renda apoiada, sobre o novo regime de arrendamento urbano ou sobre o crédito habitação. Estas iniciativas legislativas foram construídas em forte articulação e proximidade com protagonistas e ativistas sociais. A atividade parlamentar ganhou com a massa crítica e ativismo que construímos na rua. É esse caminho que temos feito que queremos destacar.

Em 2010, trazendo para a rua as nossas propostas sobre reabilitação urbana e desenvolvimento da economia, lançámos a campanha “aqui podia viver gente”. Um coletivo em Lisboa que juntou dezenas de militantes pensou, preparou e pôs em marcha uma das campanhas com maior visibilidade que já realizámos. Lançámos um site onde publicámos artigos e onde compilávamos informação sobre prédios devolutos na cidade. Preparámos equipas e pintámos dezenas de fachadas de prédios devolutos. “Criar emprego, baixar as rendas, reabilitar a cidade” era o mote para estes murais que identificaram o Bloco na luta contra a especulação imobiliária. O modelo de organização deste coletivo de intervenção setorial funcionou e replicámo-lo em campanhas eleitorais em Lisboa e noutras cidades.

Em 2012, este coletivo reorientou a sua intervenção para responder ao ataque do governo PSD/CDS, que já estava previsto no PEC4 do governo Sócrates, sobre o novo regime de arrendamento urbano. A lei dos despejos iniciou uma onda de terror sobre os inquilinos mais idosos com rendas antigas. Os proprietários não perderam tempo e inundaram os arrendatários com cartas ameaçadoras com aumentos brutais e inoportáveis para a maioria dos inquilinos. O coletivo em Lisboa definiu uma estratégia de resposta a este ataque sobre o direito a habitação. Organizar sessões públicas abertas por toda a cidade foi a resposta. Em simultâneo criámos um simulador de cálculo que ficou disponível no esquerda.net e que registou milhares de visitas. Redigimos também uma carta modelo que servisse de orientação aos inquilinos para preparem a resposta obrigatória e dentro do prazo aos proprietários. Fizemos dezenas de sessões públicas, algumas com pouco mais de uma dezena de pessoas outras com mais de uma centena. Contactámos com muitas centenas de pessoas por todo o concelho e distrito, sendo na sua larga maioria a primeira vez que estavam presentes numa iniciativa do Bloco de Esquerda. Explicámos a lei, ajudámos a esclarecer dúvidas, a redigir cartas de resposta e sobretudo confirmámos a revolta destes inquilinos contra o governo PSD/CDS e contra a ministra Assunção Cristas.

## Um partido em rede

JOSÉ PEDRO FERNANDES

Há uma imagem claramente “menos boa” do BE, hoje. Aquela com que temos de viver, no trabalho local, aquela que resulta de haver quem tenha perdido a confiança em nós, que resulta de termos cometido erros de “palmatória”.

Como há uma opinião pública “menos boa” sobre o nosso trabalho, hoje. Que, no trabalho local, se exprime muitas vezes na frase: “você só servem para ser do contra”, ou na ideia de que estamos a “desfazer-nos”, de que “acumulamos derrotas”.

Começemos por colocar a questão no seu ponto inicial. Em 1999, lendo o “Começar de Novo”. Um partido agregador de diferenças, uma esquerda de confiança, outro caminho e não mais do mesmo. Um partido a quem perdoamos insuficiências, mais do que uma vez, em nome de uma “juventude” que não existia, o BE herdou o legado de vários partidos com décadas de atividade política. O que existia, de facto, o que era “novidade”, era a vontade de potenciar o essencial que era comum à esquerda, e de vir a resolver as diferenças no trabalho em comum.

Um “estranho” partido onde o direito de tendência era visto como uma vantagem acrescida, dando aos setores com menor expressão no BE uma forma de se fazerem ouvir. Um partido que conseguia o impensável (para quem o viu nascer dez anos antes), nas Europeias e Legislativas de 2009.

No entanto, são as autárquicas de 2009 o primeiro sintoma de que começamos a perder o norte. Ao decidirmos separar as duas campanhas eleitorais, forçamos os concelhos onde o trabalho local tinha expressão a dar um tiro no pé. E o apoio mais que apressado a M. Alegre, em 2011, quando a prudência recomendava que nos congratulássemos com a existência de um candidato da esquerda, até a situação se definir, atrelou-nos ao PS (ninguém pensou na possibilidade disso acontecer?) e criou uma situação insustentável aos camaradas de Viana do Castelo.

A partir de 2011, perante uma ofensiva neoliberal cuja envergadura não conseguimos prever, fomos perdendo capacidade de iniciativa e ficando a reboque dos acontecimentos. A Convenção Nacional de 2012 dá-nos uma sensação de vazio de ideias, de um “andar à deriva” escondido em palavras.

E é à deriva que vemos surgir o “BE do tempo das tendências”, procurando-se como “solução” a reposição (de facto) da situação anterior a 1999. Transformando, na prática, a esmagadora maioria dos aderentes em “militantes de segunda”, num partido que assume um novo modelo sem o discutir em Convenção. Um partido em que a “capital” discute e decide, e a “província” acata e, o mais das vezes, cala.

Isto não nos parece inevitável, nem a única saída. Mas implica também um outro modelo de partido. Que não rompa com o passado, mas saiba inovar. Assente em duas ideias mestras: que a comunicação vertical contemple a ratificação “de baixo para cima” das decisões, como norma desejável, e que a comunicação horizontal seja potenciada, porque existe a capacidade logística para o fazer. Sem isso, teremos 15 pessoas a falar para si próprias.

# Reforma Política e Administrativa do Estado

ERNESTO FIGUEIREDO

POR LAPSO,  
O TEXTO DO CAMARADA  
ERNESTO FIGUEIREDO NÃO  
FOI INCLUIDO NA PRIMEIRA  
EDIÇÃO DO 5º BOLETIM DA  
CONFERÊNCIA.

18-02-2014

A ideia básica pela qual, creio, valerá a pena formar o BE para comandar a agenda política e conquistar o poder, assenta na restauração (para não dizer reforma administrativa) da organização profunda do País em 6 regiões (que estruturam, de facto, o Continente) de acordo como os níveis de desenvolvimento já alcançados por acumulação e que se identifica (em larga medida) com as seis províncias clássicas, cujas designações são bem conhecidas: 1) Douro-Minho, 2) Trás-os Montes e Beira Interior, 3) Beira Litoral, 4) Estremadura, 5) Alentejo e 6) Algarve.

As identidades regionais, assumidas sob a forma de organização regional administrativa (tão autónoma quanto possível), potenciadas (por um lado) pelas identificações de cidadania que as precedem na origem, ou seja, sub-locais (lugares em freguesias rurais ou bairros em freguesias urbanas), locais (freguesias), inter-locais, municipais, inter-municipais, supramunicipais ou sub-regioais, e integradas (por outro) solidariamente na nacionalidade, ficarão em condições de se administrarem harmoniosamente, em regime democrático de direito.

Fora desta concepção, torna-se hoje impossível o desenvolvimento sustentado dos países. A sua prorrogação no tempo identifica-se, no fundo, com as políticas liberais que nos têm governado, pelo menos desde a instauração da administração distrital, em 1835. É preciso ter a noção de que, 179 anos de vigência liberal e neoliberal, contra o espírito e a identificação regionalista, a favor de um nacionalismo levado por arrasto por um patriotismo imperial(ista) e soberano, perdura na maioria das mentalidades (do cidadão comum). Sustenta-se, amiúde, a supremacia de uma soberania nacional plena, a nível do estado central(izado), no concerto das nações, como se a globalização não tivesse tido lugar. O centralismo democrático (ou não) e as ditaduras (sejam de direita ou de esquerda), de origens ideológicas muito diversas, são bem conhecidas (da história) e nunca se tornaram métodos emancipatórios dos povos, culminando sempre no extremar de conflitos sociais e territoriais.

A emancipação dos povos é regional, não exclusivo estatal: existem povos com mais que um estado e existem povos sem estado, nem pátria!... A (re)evolução administrativa, com descentralização de poderes e desconcentração dos órgãos do aparelho do estado regionalizado e sectoriais por todo o território, será acompanhada de políticas de urbanismo participativas e de integração rural (do minifúndio tanto como do latifúndio). As produções agro-pecuárias autóctones, a disseminação de condutas de águas de regadio (rumo a sul) e a regularização e usufruição dos nossos rios (sobretudo a norte), a par da reconquista e exploração do mar, enquadram o que com maior urgência nos parece dever ser intervencionado, no sector primário. O secundário e o terciário seguem a reboque. Sendo o cenário inverso já conhecido, o projecto proposto incorpora seguramente uma novo paradigma.

# Os Animais na Sociedade

MANUELA VILARES  
PAULA SEQUEIROS  
ANSELMO GONÇALVES BATISTA  
ANTÓNIO DE SOUSA ANDRADE  
BERTA MARQUES BRAZÃO  
CARLOS JOSÉ LIMA  
ELÍSIO PEREIRA DA SILVA  
HUMBERTO CALES  
ISABEL MARIA MAIA  
JOAQUIM DIAS  
JORGE ALEIXO  
JOSÉ DINIS PINTO  
LUCIANA CARVALHO  
LUÍS FAZENDA  
MARIA DO CÉU PEREIRA  
NELSON PERALTA  
NUNO SERRANO  
PAULO PEREIRA DA SILVA  
RICARDO MOREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
SANDRO SANTOS  
SÉRGIO MENDES TEIXEIRA  
TERESA DA CONCEIÇÃO ALVES

POR LAPSO,  
ESTE TEXTO NÃO FOI  
INCLUIDO NA PRIMEIRA  
EDIÇÃO DO 5º BOLETIM DA  
CONFERÊNCIA.

18-02-2014

Numa sociedade evoluída, a forma como se tratam os animais torna-se preocupação para quem defende aqueles que, numa relação de dominação e sem voz, são muitas vezes alvo de exploração e maus tratos.

Os animais são seres com sensibilidade e nossos semelhantes, dada a história evolutiva comum. Para muitas pessoas, os animais domésticos são como membros da família, pelos laços afetivos que os unem. Cidades com qualidade não são asséticas nem artificiais, viver com animais de rua cuidados, é melhor para todos. O respeito pelo bem-estar animal liga-se às preocupações com o ambiente e à qualidade de vida.

Em Portugal tem sido seguida, salvo honrosas exceções, uma política de erradicação do espaço público de cães e gatos errantes baseada sobretudo no abate. Anualmente, dezenas de milhares de animais dão entrada nos centros de recolha oficiais, por abandono ou por nascimento na rua. A esterilização de fêmeas e a castração de machos de cães e gatos é a opção mais eficaz e menos dispendiosa, dado o custo com recolha, alimentação, eutanásia e incineração.

Esse abate é eticamente condenável ao retirar aos animais aquilo que lhes é mais valioso – a Vida. Uma política de cuidados para animais de rua é a única que evita o descontrolo reprodutivo e os abates sendo ainda condição para uma interação saudável e amistosa entre animais e humanos.

A política de abate cria um parêntesis de desvalorização dos animais enquanto seres com interesses, necessidades e vida próprios, banalizando a violência para com eles e degradando a relação com seres humanos, colocando-nos como sociedade atrasada, desrespeitadora de animais. Uma política que incentive a adoção responsável e com informação para quem adota animais recolhidos em centros oficiais pode ainda contrariar a compra compulsiva de animais, antecedente frequente de abandonos.

O uso de animais como objeto recreativo em espetáculos, como touradas, circos, largadas de touros, corridas de galgos, garraíadas, etc., não tem lugar numa sociedade civilizada; são espetáculos deseducativos e desumanos. O mau trato vai do adestramento, à preparação para exibição e continua depois longe da vista. A tradição refaz-se na mudança de valores, há sinais de maior consciencialização em vários setores da sociedade portuguesa.

Devemos, autarcas em especial, comprometer-nos com:

- a) Converter os canis/gatis em centros municipais de bem-estar e proteção de animais de rua, licenciados, com alojamento adequado e condições para esterilizações/castrações;
- b) Promover uma política de não-abate dos animais recolhidos;
- c) Promover campanhas de sensibilização pública contra o abandono e pela adoção responsável;
- d) Prever que os animais a cargo de associações de proteção dos animais ou de detentores em incapacidade económica possam aceder a tratamentos médicos nesses centros, nomeadamente esterilização, a baixo custo;
- e) Promover a realização de programas de Recolha, Esterilização e Devolução em colónias de gatos de rua para a sua estabilização;
- f) Não financiar nem apoiar publicamente espetáculos que promovam qualquer tipo de sofrimento animal.

**parte 03**  
**textos opinião**  
**europa**

## Europa

FRANCISCO CASACA

Precisamos de integrar o movimento anti-memorando do sul da Europa num mais alargado movimento anti-austeridade: um movimento para a refundação democrática da União Europeia respeitando a soberania dos povos e das nações europeias.

Medidas devem ser tomadas no sentido de uma coordenação dessas lutas a nível europeu. Sindicatos entraram, pela primeira vez, em confronto com a linha de orientação da UE: uma rejeição unânime do tratado orçamental e das políticas de austeridade, o apoio e apelos para a mobilização política. Um passo em frente foi dado em 14 de Novembro de 2012: greves gerais coordenadas no sul, dias de mobilização interprofissional e acções de solidariedade em 23 países e milhares de cidades europeias.

Para unir o povo europeu, o mesmo partido socialista ou comunista deve concorrer no maior número possível de países da Europa.

Nos vários países da Europa, e muito menos no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia e no Banco Central Europeu, não estamos a funcionar em democracia. Estamos numa verdadeira plutocracia.

Democracia participativa direta

Em geral, um sistema eletivo para escolher um representante não é um sistema democrático. Utilizando as comunicações e a informática é possível de maneira fiável e segura sortear os cidadãos que participarão nas Assembleias e fazer referendos em questões importantes.

É necessário estabelecer novos direitos para os assalariados e para os cidadãos. Nas empresas os assalariados, deverão ser reconhecidos os poderes de co-decisão sobre as opções estruturantes de gestão, e o direito de suspender um plano de reestruturação para propor soluções alternativas.

O direito a não ser explorado. A legislação europeia deve reconhecer que o trabalho é a única fonte de valor e que os trabalhadores e os seu sindicatos poderão ir para a justiça se os seus empregadores lhes pagar menos que todo o valor do seu trabalho.

Os tribunais que julgarão tais pedidos deverão ser constituídos por jurados em vez de juizes profissionais. Jurados sorteados na população serão provavelmente menos influenciados pelos interesses da classe empregadora.

A base dos impostos da União Europeia deverá passar do IVA para o IRS com taxas progressivas sobre os rendimentos. As partes mais importantes do orçamento deverão ser submetidas a voto popular. O banco Central europeu deve estar sujeito ao parlamento.

A soberania popular de ser resguardada no direito de iniciativa e referendo em toda a Europa sobre qualquer assunto quando haja um número suficiente de assinaturas, num número suficiente de países. Esta participação direta em votação como cidadão europeu, mais que cidadãos das nações que constituem a União deverá ser um objectivo político. Os membros do parlamento devem ser submetidos a eleições anualmente e com um limite no máximo de 2 anos para prevenir a formação de uma classe políticos profissionais divorciados da população. A Comissão Europeia deverá vir e ser escolhida pelo parlamento.

# Propostas ecosocialistas para a europa

ALDA SOUSA  
CARLOS CARUJO  
HENRIQUE DANIEL SILVA  
IRINA CASTRO  
JOANA AMARAL GRILO  
JOANA LOUÇÃ  
JOÃO CAMARGO  
LUÍS MONTEIRO  
MAMADOU BA  
NUNO VILHENA  
RICARDO MOREIRA  
RICARDO SEQUEIROS COELHO  
RITA CALVÁRIO

A necessidade de respostas para a sociedade e modelo de desenvolvimento não nos pode fazer afastar da matriz de esquerda anticapitalista e ecossocialista nem aceitar um programa de transição de pernas-para-o-ar perante um momento de acelerada deterioração ambiental, de intensificação do extractivismo no mar, na floresta e na agricultura, como no trabalho.

O modelo económico voltado para a exportação é eminentemente um modelo contra o ambiente e contra o direito à fruição da natureza, privando a classe trabalhadora e as gerações vindouras da principal herança que importa garantir: a herança natural da água, do ar, dos alimentos de qualidade, da paisagem, das opções territoriais, sem a qual nenhum modelo civilizacional pode vingar. O modelo da troika, da valorização monetária dos recursos naturais para a privatização já fez longo caminho na Europa austeritária, como antes havia feito na América Latina e em África. O modelo vê-se na privatização da água, na Lei das Sementes, no Tratado Transatlântico, na expansão dos OGM autorizados no espaço europeu, na intensificação dos processos mais destrutivos de extracção de recursos minerais como o gás de xisto, na degradação ambiental nas cidades, na externalização de processos altamente destrutivos para as zonas mais pobres, na externalização da poluição para o hemisfério Sul. A resposta ecossocialista tem de ser contundente, sem compromissos de curto prazo com a intensificação, com a saída da crise pelo aumento sempiterno da produção, da extracção, da emissão e da degradação ambiental.

As escolhas de investimentos prioritários para um programa de esquerda para a saída da crise e para a criação de emprego podem estar no cerne das propostas ecossocialistas alternativas, com a adequação dos territórios às alterações climáticas e aos fenómenos extremos no topo das prioridades. Neste sentido propomos as seguintes opções de investimentos:

- Criar um programa de obras públicas europeu para a defesa das costas contra a erosão e os fenómenos oceânicos extremos;
- Criar pelo menos 1 milhão de postos de trabalho em conservação da natureza e gestão de habitats nos mais de 25.000 sítios da Rede Natura 2000;
- Programa de aumento de resiliência agrícola e territorial às alterações climáticas, focado na Europa mediterrânica, hotspot de biodiversidade e primeira barreira ao avanço da desertificação;
- Processo de avaliação das mais de 7 mil grandes barragens no continente, e criação de um programa de desmantelamento de barragens cujo tempo de vida útil acabou, que são um grave risco para os rios, zonas inundáveis e orlas costeiras;
- Revogação de todos os subsídios à produção de agrocombustíveis, falsas energias alternativas com impacto superior em termos de emissões encarecendo a produção alimentar;
- Processo de desactivação de centrais nucleares existentes na UE. 131 centrais produzem 15% da energia da UE e têm de importar mais de 90% do seu urânio, com custos incomportáveis no confinamento sem tratamento de resíduos que ficarão activos por mais de 10 mil anos;
- Iniciar um programa de poupança e eficiência energética a nível da UE, com enfoque no isolamento térmico das casas, na substituição de redes eléctricas obsoletas e no aumento das redes e eficiência dos transportes públicos, principalmente não rodoviários.
- Estas propostas são feitas sem prejuízo de muitas outras medidas necessárias e não perfazem por si mesmas um programa ecossocialista.

## Pela implementação de desenvolvimento científico e tecnológico na proteção do povo e bens públicos portugueses:

### PARTE I

#### Problemas locais com soluções nacionais relacionados com o Ensino Superior = ensino (pseudo) público = ensino fundacional = ensino privado?

CRISTINA SOUSA

Algumas Universidades portuguesas mantêm o seu estatuto de instituições públicas cumprindo as leis nacionais e reportando ao Ministério da Ciência e Ensino Superior, enquanto superior hierárquico destas; enquanto outras mantêm o financiamento público, mas como são fundações públicas de direito privado não têm qualquer superior hierárquico exterior (excepto talvez nalguns casos o Conselho Geral das mesmas instituições), como por exemplo a Universidade de Aveiro. Com o estatuto de fundação pública de direito privado gozam de total autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A fiscalização governamental destas instituições está assim limitada pelos estatutos da própria universidade, o que poderá traduzir-se em excesso de poder concentrado em apenas algumas pessoas controlando processos de averiguações e disciplinares quer a alunos quer a funcionários docentes e não docentes, por exemplo. O Ministério nestas situações apenas é considerado um órgão de tutela, isto é, os seus deveres passam pela análise de reclamações constantes no Livro de Reclamações (equiparando-se esta situação ao que acontece em qualquer estabelecimento comercial) e emissão de recomendações de reparação de danos causados, por exemplo por uma avaliação com irregularidades.

Parece haver necessidade de refletir sobre a forma, atual e anterior ao regime fundacional, de constituição do órgão (ou um dos órgãos) mais importantes numa universidade atualmente - o Conselho Científico. O mérito científico e a carreira pedagógica e/ou de investigação não tem relevância, como até 2010, e são raras as exceções em que individualidades de reconhecido mérito - as mais graduadas de dado departamento - são convidadas a pertencer a listas eleitorais que após votação têm lugar no órgão. Cada Centro de Investigação Científica tem 1 lugar no referido Conselho, isto é, tem direito a 1 voto, mas será a seleção interna do coordenador do centro sempre baseada em critérios científicos?

Considera-se que para **proteger cidadãos e bens públicos nacionais** (entendendo o conhecimento como bem público) urge propôr um projeto de Ensino Superior Público que funcione segundo leis e normas de boa conduta habituais a nível nacional e internacional.

A **rejeição da austeridade** em instituições de Ensino Superior Público parece exigir o pagamento devido de salários e pensões e a devolução a curto ou médio prazo de salários e pensões sob a forma de PPR ou notas de dívida pública, assim como a contratação - por concurso ou convite (de acordo com os Estatutos da Carreira Docente) de pessoal docente (Assistentes) e de pessoal investigador reduzindo a atribuição de bolsas, pela FCT, a situações restritas de formação, definindo um limite temporal após defesa de doutoramento de 2 a 3 anos, e que não assegurem a investigação das instituições como pós-docs (Investigadores Auxiliares).

**Pela  
implementação de  
desenvolvimento  
científico  
e tecnológico na  
proteção do povo e  
bens públicos  
portugueses:**

**PARTE II  
Proposta de criação  
de banco  
transnacional  
europeu  
de biodiversidade e  
bioinformação**

CRISTINA SOUSA

A aposta na formação de científica e tecnológica desde o nível de licenciatura ao doutoramento de cidadãos nacionais deveria constituir investimento em recursos humanos que promovessem a economia nacional quer em empresas, quer em organizações públicas a quem se pudesse recorrer para pareceres científicos. A implementação desta proposta seria criadora de emprego e de mais valias várias para todos os cidadãos, nomeadamente permitindo a defesa de interesses nacionais, eventualmente, em certas situações de conflito de interesses relativamente às pretensões de maiorias a nível europeu.

Urge **proteger a biodiversidade vegetal** (incluindo a flora nativa e as variedades agrícolas) porque constitui um bem público de enorme valor. As espécies da flora portuguesas, algumas das quais existentes apenas em território nacional e as espécies agrícolas tradicionalmente cultivadas no nosso território constituem o património biológico nacional. Este património, para além dos esforços atuais de conservação, nomeadamente em áreas protegidas, deveria ser preservado sob a forma de sementes, outros tecidos vegetais e material genético num banco numa **organização (trans)nacional europeia responsável pela preservação da biodiversidade**. Este banco de produtos biológicos poderá constituir um recurso útil no futuro aquando da necessidade de recuperar ecossistemas (reflorestando-os, por exemplo), assim como de reintrodução de variedades agrícolas que entretanto se extinguíram por competição, em meio natural, com espécies transgênicas. Neste contexto o Decreto-Lei n.º 96/2013 (de 19 de julho), vulgarmente designada "**lei do eucalipto livre**", deveria ser alvo de reflexão e ser realizada proposta de retificação. O eucalipto, originário da Austrália, é uma espécie exótica que, de acordo com o último inventário florestal nacional, ocupa 50% da área em alguns municípios portugueses. Uma vez que esta espécie vegetal produz compostos alelopáticos que dificultam a germinação de muitas plantas vasculares e enriquecem os solos - com a queda das suas folhas - de compostos hidrofóbicos que aumentam a repelência do solo à água na época seca, e, por isso, os eucaliptais são ambientes com uma baixa diversidade que aumentam o risco de incêndios. A sobrevivência das espécies nativas portuguesas de flora e fauna em algumas destas áreas só será possível por esforços de renaturalização eventualmente promovida através da remoção gradual do eucalipto.

Constituir um **Banco Europeu de Bioinformação** que centralize as amostras biológicas e dados biológicos (base de dados forense com perfis de DNA) de forma a evitar a proliferação de bancos privados comerciais de amostras biológicas humanas que privilegiam o benefício individual. Este banco transnacional a constituir sem fins lucrativos e que garanta transparência, solidariedade e não-comercialização (de órgãos, tecidos e células, incluindo gâmetas) no âmbito de uma política de solidariedade. Tal entidade deverá cumprir rigorosamente normas científico-técnicas e éticas, assim como ser devidamente certificada e acreditada pelas autoridades nacionais e europeias competentes nestes assuntos: Deve ser realizada uma reflexão sobre Lei nº 5/2008 (de 12 fevereiro) e constituição de uma comissão nacional de proteção de dados que autorize e regule a criação de base de dados prevista na lei.

# Que cenário europeu?

ERNESTO FIGUEIREDO

POR LAPSO,  
O TEXTO DO CAMARADA  
ERNESTO FIGUEIREDO NÃO  
FOI INCLUIDO NA PRIMEIRA  
EDIÇÃO DO 5º BOLETIM DA  
CONFERÊNCIA.

18-02-2014

Partimos do pressuposto de que a União Europeia (UE), nos enquadramentos que cauciona, constitui fonte identitária de cidadania europeia, com estatuto legal. De duas uma, ou se reprova, ou se reconhece existir, isto é, ser-se europeu faz (con) sentir num espaço territorial confortável e seguro, onde se pode procurar emprego em diversos mercados, onde se pode circular sem entraves, onde se pode viver livremente e para onde se podem levar todos os haveres que se entenda, pelo simples facto de pertença.

Mas o qualificativo europeu não significa auferir-se de um salário determinado, de acordo com profissão ou ofício, não significa ter uma língua, uma cultura, uma religião, uma assistência social igualitária, uma moeda única, etc. Ou seja, embora o trajecto percorrido, tenha começado há mais de meio século, a verdade é que a integração europeia, para a qual aponta a fonte de identificação acima, está muito longe de ser levada a bom porto.

Podemos testemunhar as décadas de 1960, 70 e 80, com forte incremento em parâmetros de inclusão, tais como integração económica, elevação no desenvolvimento de países incorporados a posteriori, integração de políticas regionais e sectoriais, aumentos salariais com convergência real do nível de vida, reestruturações institucionais, etc. Parecia que a futura UE seguia com estabilidade no sentido da Europa das Regiões, como paradigma de desenvolvimento e da evolução política, para uma democracia centrada nos povos, muito mais que nos países em regime de (con)federação. A viragem ocorrida na última década do século passado veio, no entanto, recordar que não era assim e, com a crise internacional instalada pelos mercados, a UE transmutou-se de forma abissal, colocando em risco o seu estado social, permitindo à burguesia, antes (con)tida em estatuto de contra-poder, assumir e exercer agora funções de chefia na administração do estado. Isto abriu brechas na solidez da construção europeia, provocando uma divisão norte sul e, mais do que isso, uma divisão entre centro e periferias.

É certo que os países fundadores tiveram mais tempo para se prepararem, de todos os pontos de vista, nomeadamente, introduzindo diversificação industrial em vez de especialização e concentração. Por isso, aos países admitidos a posteriori, há que conceder e providenciar mais tempo e maior intercâmbio institucional de parcerias e de cooperação, não de exploração feita através de créditos financeiros a juros exorbitantes e imposição de políticas orçamentais recessivas. A integração europeia não pode ser apenas mercantil. Sendo europeus de longa data, tomaremos partido pela UE dos povos no seio das suas forças vivas em luta por deveres e direitos inter-classistas, nem sempre acautelados por oligarquias no poder. A democracia piramidal terá que ser respeitada no topo, não ao invés. O método neo-regionalista do século XXI, com forte incremento em países como a Alemanha, Holanda, Bélgica e Espanha, constitui fonte de aprendizagem a ter em conta.